

Valéria Vendrame

A Evidencialidade em Construções Complexas



1910001454



VALÉRIA VENDRAME

A EVIDENCIALIDADE EM CONSTRUÇÕES COMPLEXAS

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, para obtenção do título de Mestre em Estudos Lingüísticos (Área de Concentração: Análise Lingüística).

Orientadora: Profa. Dra. Marize Mattos Dall'Aglio Hattnher



São José do Rio Preto
2005



441

V453e

06/12/2005

Doação

R\$ 26,00

Autor(a)

Vendrame, Valéria.

A evidencialidade em construções complexas / Valéria Vendrame. –
São José do Rio Preto: [s.n.], 2005
115 f.; 30 cm.

Orientador: Marize Mattos Dall'Aglio Hattnher

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista. Instituto de
Biociências, Letras e Ciências Exatas

1. Lingüística. 2. Funcionalismo (Lingüística) 3. Gramática
funcional. 4. Evidencialidade. 5. Construções complexas. 6. Discurso
científico. I. Dall'Aglio Hattnher, Marize Mattos. II. Universidade
Estadual Paulista. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. III.
Título.

CDU – 81'1



COMISSÃO JULGADORA

Titulares

Profa. Dra. Marize Mattos Dall’Aglío Hattnher – Orientadora

Profa. Dra. Vânia Cristina Casseb Galvão

Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves

Suplentes

Prof. Dr. Juliano D. Antonio *de meu pai dedico este trabalho*

Profa. Dra. Sanderléia Longhin Thomazi



AGRADECIMENTOS

À Marize, pelo carinho, pelo incentivo, pela segurança, pela confiança, pela amizade, pela cumplicidade, e, sobretudo, por estar sempre pronta a me orientar, principalmente nos momentos mais desadiantados da minha vida nesses últimos anos. Os resultados de tão agradável convivência certamente vão muito além dessas páginas...

aos meus amigos do Ibilce, em especial, Priscilla, Maria Lúcia, Edson, Lisângela, Gisele, Liliane, Eduardo, Viviane, Aline, que acompanharam de perto essa caminhada. E aos meus amigos de sempre, em especial, Cau, Carol, Paula, Toco, que, de longe, torceram por essa conquista;

ao Renato, pela ajuda indispensável na preparação do corpus e pelo apoio incondicional em todos os momentos;

a toda a minha família, em especial, minha mãe, irmão e cunhada, por sempre acreditarem em mim e me apoiarem, pois sabiam o que todo isso significava para mim;

ao meu irmão Renauldo, por estar sempre disposto a resolver os complexos problemas de ordem técnica e financeira;

às Profas. Drsas. Anna Flora e Solange, pelo inestimável apoio que me deram, Anna, no princípio de minha vida acadêmica, e Solange, no início desse projeto;

aos Profs. Drs. José Horta, Roberto e Eustáquio, que muito contribuíram para o meu contínuo interesse pela Linguística;

ao Prof. Dr. Schizute Carlos, amigo de todas as horas, pelo carinho, pelo exemplo e pela disposição em me ajudar sempre que necessário;

A minha mãe e à memória de meu pai dedico este trabalho

ao Prof. Dr. Álvaro, pela sempre competente revisão, pela preocupação e pelos inúmeros momentos de descontração;

à família Dell'Aglio Hattner, pela sempre acolhedora recepção de todos a qualquer hora do dia ou da noite. Pessoas com quem aprendi muito e certamente passarei momentos inesquecíveis;

e a todas aquelas pessoas que indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

À Marize, pelo carinho, pelo incentivo, pela segurança, pela confiança, pela amizade, pela cumplicidade, e, sobretudo, por estar sempre pronta a me orientar, principalmente nos momentos mais desorientados da minha vida nesses últimos anos. Os resultados de tão agradável convivência certamente vão muito além dessas páginas...

aos meus amigos do Ibilce, em especial, Priscilla, Maria Luiza, Edson, Lisângela, Gisele, Liliane, Eduardo, Viviane, Aline, que acompanharam de perto essa caminhada. E aos meus amigos de sempre, em especial, Cau, Carol, Paula, Toco, que, de longe, torceram por essa conquista;

ao Renato, pelo ajuda indispensável na preparação do cópys e pelo apoio incondicional em todos os momentos;

a toda a minha família, em especial, minha mãe, irmãos e cunhada, por sempre acreditarem em mim e me apoiarem, pois sabiam o que tudo isso significa para mim;

ao meu irmão Reinaldo, por estar sempre disposto a resolver os eventuais problemas de ordem técnica e financeira;

às Profas. Dras. Anna Flora e Solange, pelo inspirador apoio que me deram; Anna, no princípio de minha vida acadêmica, e Solange, no início desse projeto;

aos Profs. Drs. José Horta, Roberto e Erotilde, que muito contribuíram para o meu contínuo interesse pela Lingüística;

ao Prof. Dr. Sebastião Carlos, amigo de todas as horas, pelo carinho, pelo exemplo e pela disposição em me ajudar sempre que precisei;

ao Prof. Dr. Álvaro, pela sempre competente revisão, pela preocupação e pelos inúmeros momentos de descontração;

à família Dall'Aglio Hattner, pela sempre acolhedora recepção de todos a qualquer hora do dia ou da noite. Pessoas com quem aprendi muito e certamente passei momentos inesquecíveis;

a todas aquelas pessoas que indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.



SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	8
RESUMO.....	9
ABSTRACT.....	10
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I: CARACTERIZAÇÃO DO FENÔMENO EM ESTUDO.....	16
1.1. A Evidencialidade.....	16
1.2. A tipologia dos evidenciais.....	19
1.3. Balanço final: posicionamento.....	25
CAPÍTULO II: AS CONSTRUÇÕES COMPLEXAS NA GRAMÁTICA FUNCIONAL.....	27
2.1. O modelo de interação verbal de Dix (1977) e a estrutura da oração.....	27
2.2. As construções complexas.....	33
2.3. Balanço final: posicionamento.....	40
CAPÍTULO III: O DISCURSO CIENTÍFICO PRIMÁRIO.....	42
3.1. Características interacionais do discurso científico.....	42
3.2. Balanço final: posicionamento.....	53
CAPÍTULO IV: CONSTITUIÇÃO DO CORPUS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE.....	56
4.1. Constituição do corpus.....	56
4.2. Procedimentos de análise.....	57
CAPÍTULO V: A EVIDENCIALIDADE NO DISCURSO CIENTÍFICO PRIMÁRIO.....	64
5.1. A expressão da evidencialidade no discurso científico primário.....	64
5.1.1. O tipo de fonte.....	64
5.1.2. O tipo de predicado matriz.....	70
5.1.3. A natureza argumental das construções.....	82
5.2. A função da evidencialidade no texto.....	89
5.2.1. A evidencialidade na construção da argumentação.....	89
5.2.2. A evidencialidade nas diferentes áreas.....	93
5.2.3. A evidencialidade nas diferentes seções.....	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	106
ANEXO.....	110

Compreender não consiste em elencar dados. Mas em ver o nexo entre eles e em detectar a estrutura invisível que os suporta. Esta não aparece. Recolhe-se num nível mais profundo. Revela-se através dos fatos. Descer até aí através dos dados e subir novamente para compreender os dados: eis o processo de todo verdadeiro conhecimento. (Leonardo Boff)

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	8
RESUMO.....	9
ABSTRACT.....	10
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I: CARACTERIZAÇÃO DO FENÔMENO EM ESTUDO.....	16
1.1. A Evidencialidade.....	16
1.2. A tipologia dos evidenciais.....	19
1.3. Balanço final: posicionamento.....	25
CAPÍTULO II: AS CONSTRUÇÕES COMPLEXAS NA GRAMÁTICA FUNCIONAL..	27
2.1. O modelo de interação verbal de Dik (1997) e a estrutura da oração.....	27
2.2. As construções complexas.....	33
2.3. Balanço final: posicionamento.....	40
CAPÍTULO III: O DISCURSO CIENTÍFICO PRIMÁRIO.....	42
3.1. Características interacionais do discurso científico.....	42
3.2. Balanço final: posicionamento.....	53
CAPÍTULO IV: CONSTITUIÇÃO DO CORPUS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE.	56
4.1. Constituição do corpus.....	56
4.2. Procedimentos de análise.....	57
CAPÍTULO V: A EVIDENCIALIDADE NO DISCURSO CIENTÍFICO PRIMÁRIO.....	64
5.1. A expressão da evidencialidade no discurso científico primário.....	64
5.1.1. O tipo de fonte.....	64
5.1.2. O tipo de predicado matriz.....	70
5.1.3. A natureza argumental das construções encaixadas.....	82
5.2. A função da evidencialidade no discurso científico primário.....	89
5.2.1. A evidencialidade na construção da argumentação dos artigos científicos primários...	89
5.2.2. A evidencialidade nas diferentes áreas.....	93
5.2.3. A evidencialidade nas diferentes seções dos artigos científicos.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	106
ANEXO.....	110

LISTA DE QUADRO, FIGURAS, E TABELAS

Quadro: Predicados encaixadores por tipo de evidencialidade.....	81
--	----

RESUMO

Figura 1. Fontes da informação e modos de obtenção da informação I	23
Figura 2. Fontes da informação e modos de obtenção da informação II	69
Tabela 1: Tipos de fonte e modos de obtenção da informação.....	64
Tabela 2: Tipo de evidencial por predicado encaixador.....	70
Tabela 3: Tipo de evidencial por natureza argumental da CE.....	82
Tabela 4: Tipo de evidencial por estratégia argumentativa.....	90
Tabela 5: Tipo de evidencial por revista.....	94
Tabela 6: Tipo de evidencial por seção do artigo.....	98

PALAVRAS-CHAVE: evidencialidade; construções complexas; evidência; modalidade; verbo.

VENDRAME, V. *A evidencialidade em construções complexas*. São José do Rio Preto, 2005, 115p. Dissertação (Mestrado em Análise Lingüística) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Câmpus de São José do Rio Preto, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as formas e funções da evidencialidade em construções complexas (CC) no discurso científico primário. Evidencialidade é entendida aqui como uma categoria lingüística por meio da qual o falante fornece informações a respeito da fonte do conhecimento asseverado. Para a descrição das propriedades sintáticas, semânticas e discursivas das CC com predicados evidenciais, adotamos, como base teórica para nosso estudo, a Gramática Funcional de linha holandesa (DIK, 1997). Como cópua para essa pesquisa, foram selecionados artigos científicos primários, escritos em língua portuguesa, recentemente publicados em três revistas científicas da Editora da UNESP: *Alfa – Revista de Lingüística*, *Naturalia* e *Matemática e Estatística*. A partir dos resultados obtidos, constata-se que o subtipo de evidencialidade correlaciona-se com alguns aspectos das CC, como o tipo de predicado encaixador e a natureza argumental da construção encaixada. Quanto à funcionalidade das construções evidenciais no discurso científico primário, comprovou-se que atuam de maneiras diferentes em cada seção dos artigos, caracterizando as introduções e os resultados/discussão por relatos de fonte definida e as conclusões por inferências. Considerando a evidencialidade como uma possibilidade de expressão da subjetividade, foi possível caracterizar um comportamento do falante na área da lingüística em oposição às áreas da matemática e biologia, aquela não evitando a indicação comprometida da fonte do saber por meio da evidencialidade inferida e essas construindo o valor de verdade de seus enunciados a partir do distanciamento que a evidencialidade relatada de fonte definida permite.

PALAVRAS-CHAVE: evidencialidade; construções complexas; discurso científico primário.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyze the forms and functions of evidentiality in complex constructions (CC) in primary scientific discourse. Evidentiality is a linguistic category responsible for providing information about the source of the stated knowledge. In order to describe the syntactic, semantic and discursive properties of the CC with evidential predicates, the Dutch Functional Grammar (DIK, 1997) was used as theoretical foundation. The corpus is composed by research articles, written in Portuguese, recently published in three scientific magazines by Editora da UNESP: *Alfa – Revista de Lingüística*, *Naturalia* and *Matemática e Estatística*. The results show that the subtype of evidentiality correlates with some aspects of the CC, such as the kind of matrix predicate and the argumental nature of the embedded construction. In relation to the functionality of the evidential constructions in primary scientific discourse, it was observed that they play a different role in each section of the research articles, characterizing the introductions and results/discussion by the use of definite hearsay and the conclusions by inferences. Considering evidentiality as a possibility of subjectivity expression, it was possible to characterize a different role of the speaker in the linguistics area in opposition to the mathematics and biology ones, the first one not avoiding the committed indication of the source of knowledge by means of inferred evidentiality and the other ones constructing the truth value of their statements by the distance allowed by the definite hearsay evidentiality.

KEY-WORDS: evidentiality; complex constructions; primary scientific discourse

TITLE: EVIDENTIALITY IN COMPLEX CONSTRUCTIONS

INTRODUÇÃO

1. NATUREZA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

A evidencialidade corresponde, em termos genéricos, à explicitação da fonte da informação contida em um enunciado. Ela é uma categoria lingüística amplamente estudada em línguas que possuem operadores evidenciais (cf. WILLET, 1988; BOTNE, 1997; FLOYD, 1999). Em língua portuguesa, no entanto, dos poucos trabalhos que tratam do tema, apenas o de Casseb-Galvão (2001) aponta para uma estrutura evidencial gramatical. Os outros trabalhos tratam apenas da manifestação da evidencialidade por meios lexicais (DALL'AGLIO-HATTNER, 2001; GONÇALVES, 2003). Podemos dizer, então, que, por um lado, a expressão da evidencialidade em língua portuguesa acontece primordialmente por meios lexicais; mas há, por outro lado, um sistema evidencial gramatical em desenvolvimento (cf. CASSEB-GALVÃO, 2001).

Apesar de ser finalidade principal da evidencialidade marcar a fonte da informação asseverada, essa categoria também traz informações acerca do (des)comprometimento do falante em relação ao enunciado que produz. Tendo em vista essa relação intrínseca entre a explicitação da fonte da informação e o (des)comprometimento do falante, a evidencialidade assume um papel de extrema relevância no âmbito do discurso científico primário.¹ Com o intuito de persuadir sua audiência especializada, o enunciador-cientista deve buscar o equilíbrio exato entre o descomprometimento que proporciona objetividade à exposição dos

¹ Utilizamos o termo "primário", segundo Coracini (1991), para nos referirmos a artigos dedicados a relatos de pesquisas científicas e destinados a um público especializado.

fatos e o comprometimento necessário para relatar sobre o assunto de pesquisa com autoridade e/ou autoria.

Acreditamos, nesse sentido, que a presente investigação se justifica não só pela necessidade, ainda premente, de identificação dos papéis semânticos, pragmáticos e argumentativos exercidos pelos evidenciais, mas também, e principalmente, pela carência de estudos sobre essa qualificação em línguas em que a indicação de evidencialidade se faz principalmente por meios lexicais.

Além disso, o estudo dessa categoria semântica em um tipo específico de discurso, o discurso científico primário, pode trazer esclarecimentos aos enunciadores-cientistas a respeito dos efeitos de sentido causados por determinadas formas evidenciais, principalmente no que se refere ao grau de confiabilidade das informações introduzidas por determinados evidenciais.

2. OBJETIVOS

Para a realização do estudo sobre evidencialidade aqui proposto, pretendemos analisar as orações complexas cujo predicado encaixador corresponda a um elemento evidencial. Nas orações complexas, o predicado encaixador que codifica evidencialidade pode ser um verbo de significação plena, um adjetivo em construção predicativa ou um nome. Tratamos, aqui, apenas dos predicados verbais que codificam evidencialidade. Vamos nos restringir, então, ao estudo do que tradicionalmente se chamam orações subordinadas substantivas subjetivas e orações subordinadas substantivas objetivas diretas, dando especial atenção à oração matriz, onde se encontram os predicados evidenciais.



Buscando investigar as propriedades sintáticas, semânticas e discursivas desse tipo de construção complexa, esperamos encontrar correlações entre a natureza argumental da construção encaixada (sujeito ou objeto) e a expressão da evidencialidade. Para tanto, adotamos uma perspectiva funcionalista da linguagem, abordagem teórica que concebe a sintaxe e a semântica como instâncias interligadas que devem ser estudadas dentro do quadro da pragmática.

Considerando que o (des)comprometimento do falante é resultante, basicamente, de dois processos, a qualificação da fonte da informação de que o falante dispõe para fazer seu enunciado e a qualificação da veracidade da informação veiculada, o objetivo geral desta pesquisa é analisar as formas e as funções da evidencialidade em artigos científicos primários, centrando nosso interesse nas funções comunicativas da indicação de evidencialidade.

Os objetivos específicos são:

- i) verificar se é possível estabelecer correlações entre os subtipos de evidencialidade expressos pelos predicados encaixadores e o grau de comprometimento do falante em relação à informação que veicula;
- ii) analisar a função da evidencialidade na construção argumentativa do discurso científico, verificando o comportamento dos evidenciais nas diferentes seções que compõem os artigos científicos;
- iii) verificar se os enunciadores cientistas das três áreas do saber fazem o mesmo uso da evidencialidade.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a análise do comportamento dos predicados encaixadores evidenciais no discurso científico primário, foram selecionados 51 artigos científicos primários, publicados em três revistas especializadas: *Alfa – Revista de Lingüística, Naturalia e Matemática e Estatística*.² Todos os textos foram escaneados para permitir a busca eletrônica dos dados e agilizar o possível retorno, no momento da análise dos dados, ao contexto mais amplo de cada ocorrência.

A análise dos dados foi feita em dois momentos. No primeiro, consideramos a expressão da evidencialidade no discurso científico primário, analisando o tipo de evidencialidade codificada pelos diferentes predicados encaixadores, a função sintática da construção encaixada e a ordenação dos constituintes no interior das construções complexa e encaixada. No segundo momento, consideramos a função da evidencialidade no discurso científico primário, analisando o papel da evidencialidade na construção da argumentação, sua atuação nas diferentes partes do discurso e nas diferentes áreas estudadas. Nessa segunda parte, a relação entre evidencialidade, (des)comprometimento do enunciador e confiabilidade da informação asseverada é enfatizada.

4. ORGANIZAÇÃO GERAL DO TRABALHO

O presente trabalho organiza-se em cinco capítulos. O primeiro, *A evidencialidade*, trata da caracterização do fenômeno escolhido para estudo. Pretende-se, nesse capítulo,

² As letras A, N e M, que acompanham todas as ocorrências dos próximos capítulos, identificam essas três revistas respectivamente. Os números que seguem essas letras identificam o texto em que as ocorrências foram encontradas, conforme a numeração apresentada em anexo.



caracterizar a qualificação evidencial de um modo geral e assumir uma posição em relação a essa complexa categoria lingüística.

O segundo capítulo, *As construções complexas na Gramática Funcional*, traz uma apresentação da Gramática Funcional de linha holandesa como nossa opção teórica para o tratamento da evidencialidade, com especial atenção à configuração das orações complexas no âmbito da Gramática Funcional.

O terceiro capítulo, *O discurso científico primário*, expõe as características do tipo de discurso escolhido para análise e suas condições de produção. Consideramos os diferentes objetivos de cada uma das três partes mais gerais (*introdução, discussão e conclusão*) que compõem o artigo científico como um todo a fim de caracterizarmos os diferentes usos que os evidenciais podem assumir em cada uma dessas partes.

Tendo em vista a complexidade do assunto abordado nesta pesquisa, optamos por expor, ao final dos capítulos teóricos I, II e III, uma subparte que trata da delimitação do objeto de estudo e de nossas hipóteses e expectativas.

O quarto capítulo, *Constituição do corpus e procedimentos de análise*, oferece uma breve caracterização do corpus escolhido para estudo e lista todos os grupos de fatores considerados na análise dos dados.

O quinto e último capítulo, *A evidencialidade no discurso científico primário*, apresenta a análise dos dados e os resultados obtidos a partir dela.

Por fim, na seção destinada às *Considerações finais*, expomos algumas reflexões acerca do comportamento dos evidenciais no discurso científico primário, além de algumas generalizações que puderam ser feitas a partir da análise dos dados. Essa seção é seguida pelas *Referências Bibliográficas* consultadas e pelo *Anexo*, que contém as referências dos textos utilizados como corpus.

CAPÍTULO I

CARACTERIZAÇÃO DO FENÔMENO EM ESTUDO

1.1. A Evidencialidade

A evidencialidade é entendida, de um modo geral, como a categoria lingüística por meio da qual o falante indica como obteve a informação na qual se baseia para fazer uma afirmação (WILLET, 1988, p.55). De acordo com Dendale e Tasmowski (2001), o domínio semântico da evidencialidade já era reconhecido no início do século passado por Boas (1911, *apud* DENDALE & TASMOWSKI, 2001) e Sapir (1921, *apud* DENDALE & TASMOWSKI, 2001). O termo “evidencialidade”, tal como conhecido atualmente nos estudos lingüísticos, foi introduzido por Jakobson (1957, *apud* FLOYD, 1999, p.4) como uma tentativa de nomear “uma categoria lingüística distinta do modo e que se referia à marcação da fonte da informação em geral”.^{1,2} No entanto, apenas com a publicação de *Evidentiality: the Linguistic Coding of Epistemology* (CHAFE & NICHOLS, 1986), é que o uso do termo passa a ser mais recorrente na lingüística. Tal obra consiste na compilação dos trabalhos apresentados na conferência de Berkeley (EUA), em 1981, a primeira conferência dedicada integralmente ao assunto. Desde a década de 1980, portanto, a evidencialidade vem sendo tratada a partir de várias perspectivas em línguas do mundo todo. Trabalhos que retratam essas diferentes abordagens sobre o assunto também podem ser encontrados nos números

¹ a grammatical category distinguished from mood that concerned the marking of information source in general (FLOYD, 1999, p.4).

² Todas as traduções presentes neste trabalho são de minha autoria.

especiais das revistas *Langage* (1994) e *Journal of Pragmatics* (2001).

Nos estudos sobre evidencialidade, é recorrente o tema dos limites entre evidencialidade e modalidade epistêmica, uma vez que, além de indicar a fonte de um conteúdo proposicional e de assegurar a confiabilidade do enunciado, os evidenciais também marcam o grau de comprometimento do falante com a verdade da proposição. Muitos estudiosos tiveram (e talvez ainda tenham) dificuldades em delimitar com precisão as fronteiras entre essas duas qualificações.

Dall’Aglio-Hattner (2001)³, em pesquisa sobre a modalidade e a evidencialidade em língua portuguesa, retrata o problema da conceituação dessas duas categorias da seguinte forma:

Tais dificuldades de conceituação estão crucialmente ligadas a um outro problema, o do estabelecimento das relações de escopo entre essas qualificações. Nesse sentido, duas tendências podem ser definidas: a que considera a evidencialidade como uma categoria gramatical englobada pela modalidade epistêmica e a que considera a evidencialidade como uma instância semântica não só superior, mas também, e principalmente, necessária para a qualificação modal epistêmica (DALL’AGLIO-HATTNER, 2001, p.1).

Ainda segundo a autora, os estudiosos que consideram a evidencialidade como um domínio semântico englobado pela modalidade epistêmica são Givón (1982), Palmer (1986), Willett (1988), Hengeveld (1988, 1989) e Bybee & Fleischman (1995), entre outros. E, dentre os que consideram a evidencialidade como uma categoria superior à modalidade epistêmica, estão Nuyts (1993, 1994, 2001), Dendale & Tasmowski (1994, 2001) e VanValin & LaPolla (1997).

Para Dendale e Tasmowski (2001), três são os tipos de relações existentes entre os

³ Trata-se de pesquisa de pós-doutorado intitulada “Evidencialidade e modalidade epistêmica: forma e função”, desenvolvida na State University of New York at Buffalo e financiada pela FAPESP (proc. 02954-1/2000).



domínios semânticos da evidencialidade e da modalidade epistêmica. A primeira relação é a de *disjunção*, em que cada conceito é definido como não possuindo ligação com o outro. A segunda relação é a de *inclusão*, ou seja, um domínio é considerado dentro do escopo do outro. E a terceira relação é a de *intersecção*, isto é, os dois domínios se entrecruzam de alguma forma. A atribuição do tipo de relação existente entre evidencialidade e modalidade epistêmica é altamente dependente da língua, uma vez que a evidencialidade é codificada de diferentes maneiras em línguas diferentes.

Segundo Lazard (2001, p.360), “todas as línguas possuem formas de qualificar os enunciados por meio da introdução de referências à origem da informação; no entanto, nem todas as línguas possuem uma categoria gramatical evidencial”.⁴ Podemos dizer, então, que o aspecto semântico e/ou cognitivo da evidencialidade é universal, mas sua forma de expressão, gramatical ou lexical, é dependente da língua.

Como exemplos de diferentes formas de codificação da evidencialidade, podemos citar o sistema evidencial gramatical de algumas línguas ameríndias descrito no trabalho de Willet (1988), e as formas lexicais de expressão da evidencialidade do português descritas por Dall’Aglio-Hattnher (2001). Em wintu, uma língua indígena do norte da Califórnia, a evidência relatada é marcada pelo sufixo verbal *-kee*; a inferência decorrente de resultados observados é marcada por *-ree* e a inferência por meio de experiência prévia é marcada por *-?el*. Em português, a evidência relatada pode ser expressa, por exemplo, por verbos encaixadores (*dizem que, X diz que* etc.), locuções prepositivas, preposições acidentais ou sintagmas nominais preposicionados (*de acordo com, segundo, para mim, etc.*) e a evidencialidade inferida, por verbos de atitude proposicional (*creio que*), advérbios (*evidentemente*) ou adjetivos (*é evidente que*).

⁴ Although all languages have means of qualifying utterances by introducing references to the origin of information, not all languages have an evidential grammatical category (LAZARD, 2001, p.360).

Segundo Dendale e Tasmowski (2001), em línguas que possuem um sistema evidencial gramaticalizado, a evidencialidade é uma categoria gramatical em que a indicação da fonte é seu sentido primário. Em línguas cuja expressão da evidencialidade acontece por meios lexicais, é comum que o mesmo item lexical que indica a fonte da informação também exprima (in)certeza e (des)comprometimento por parte do falante, não sendo fácil estabelecer qual dos três significados é o primário.

1.2. A tipologia dos evidenciais

Tanto em línguas que marcam a evidencialidade gramaticalmente como em línguas que a marcam lexicalmente, existem diferentes tipos de fonte da informação e, conseqüentemente, há diferentes subtipos de evidencialidade. A classificação dos evidenciais adotada neste trabalho será baseada em diferentes trabalhos, que passam a ser expostos.

Willet (1988) distingue dois tipos de evidência – a direta e a indireta – levando em conta se a fonte da informação utilizada pelo falante é de natureza primária ou secundária. Os mecanismos de evidência direta são utilizados quando o falante é testemunha direta do fato relatado, ou seja, o falante declara-se fonte do saber relatado e ainda informa que viu, ouviu, ou teve algum contato sensorial com o fato qualificado evidencialmente. Em língua portuguesa, de acordo com Dall'Aglio-Hattner (2001), quando a fonte da informação é o próprio falante, parece não haver a necessidade do uso da evidencialidade. Em outras palavras, se não há explicitação da fonte da evidência, pode-se inferir que o falante teve acesso direto (visual, auditivo, por exemplo) à informação presente em sua proposição. Dessa forma, segundo a autora, a evidencialidade direta é a forma não marcada em língua portuguesa (cf. também CASSEB-GALVÃO, 2001).

Para Willet (1988), a evidência indireta é utilizada quando o falante afirma saber da situação descrita por meios verbais (relatada) ou somente por meio de inferência (inferida). O autor ainda subdivide a evidência indireta relatada em: i) de segunda mão, quando o falante afirma ter ouvido a situação descrita de alguém que foi testemunha direta; ii) de terceira mão, quando o falante afirma ter ouvido sobre a situação descrita, mas não de uma testemunha direta (boato); e iii) mito, quando o falante afirma que a situação descrita é parte de uma história oral consagrada. A evidência indireta inferida é também subdivida em: i) inferência de resultado, quando o falante infere a situação descrita de evidências observáveis e ii) inferência de raciocínio, quando o falante infere a situação descrita com base na intuição, na lógica, em experiências prévias, ou algum construto mental.

Botne (1997), ao estudar o sistema evidencial do *lela*, uma língua banto falada no leste do Zaire, propõe uma classificação para os evidenciais diferente da classificação proposta por Willet (1988). Botne aponta dois problemas na classificação de Willet: o primeiro diz respeito à colocação, num mesmo patamar, das evidências relatadas e inferidas, e o segundo refere-se ao uso confuso da terminologia, tendo em vista que Willet usa “tipos de evidência” e “fontes de evidência” para se referir à subdivisão dos evidenciais em evidência atestada, relatada e inferida.

Para Botne, existem duas instâncias diferentes que parecem estar superpostas no trabalho de Willet: i) o modo como se obteve a informação (*mode of knowing*, termo emprestado de CHAFE, 1986), o que corresponderia ao “tipo de evidência”, de Willet, e ii) a fonte da informação. Com essa separação, ao classificar uma evidência como atestada, relatada ou inferida, o que se está mostrando é o modo como a informação foi obtida. A fonte da informação pode ser o próprio falante ou outra pessoa, *self* e *other*, nos termos de Frawley (1992, *apud* BOTNE, 1997).

Segundo Botne (1997), essas duas diferentes abordagens em relação à organização da informação, a de Willet (1988) e a de Frawley (1992), têm relação direta com as características específicas da evidencialidade na(s) língua(s) sob estudo. Assim sendo, ainda segundo Botne, existem línguas em que o sistema evidencial está baseado no modo de obtenção da informação, que pode ser de forma direta (atestada) ou indireta (relatada e inferida), como proposto no trabalho de Willet (1988). Em outras línguas, o princípio primário de organização dos evidenciais está baseado na divisão de fonte do conhecimento: o próprio falante ou uma outra fonte, como é apresentado em Frawley (1992, *apud* BOTNE, 1997).

Ao recorrermos aos trabalhos de Botne, Willet e Frawley, sumariamente expostos acima, para buscar subsídios para o estudo das construções encaixadas em predicados evidenciais em língua portuguesa, um fator não pode deixar de ser ressaltado: esses três trabalhos, assim como a maioria dos que tratam do tema, dizem respeito a línguas em que a evidencialidade é marcada por meios gramaticais.

Para Floyd (1999, p.28), que estuda o sistema evidencial (gramatical) do *wanka*, “o mero uso de uma estrutura para indicar conceitos de fonte da informação ou de validação não determina automaticamente o *status* da estrutura como um evidencial.”⁵

A consideração de um sistema evidencial lexical traria, sob o ponto de vista de Floyd (1999), sérias conseqüências para uma comparação tipológica, tendo em vista que alguns autores não consideram outras marcas evidenciais a não ser as gramaticais, como é o caso de Barnes (1964, *apud* FLOYD, 1999), Sherzer (1976, *apud* FLOYD, 1999) e Willet (1988). Nesse sentido, Floyd (1999, p.29) ainda acrescenta que “em uma língua como o inglês, o uso de um sintagma evidencial pode conter nuances semânticas que estão ausentes em línguas

⁵ *The mere use of a structure to indicate information source or validation concepts does not automatically determine that structure's status as an evidential* (FLOYD, 1999, p.28).

com sistemas mais gramaticalizados.”⁶ Sobre essa diferença de nuance, Dahl (1990, p.685, *apud* FLOYD, 1999, p.29) observa:

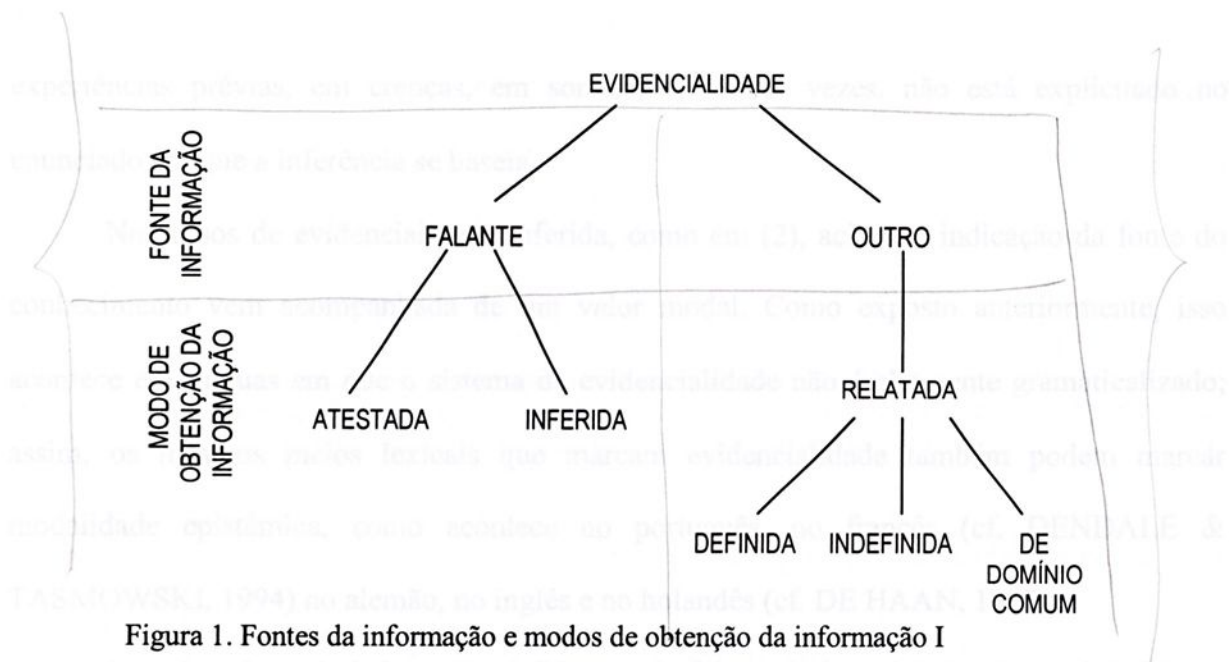
Esta nuance...[nas sentenças em inglês] deve-se claramente a uma implicatura conversacional de Grice: o ouvinte assume que o falante não usaria o qualificador evidencial se não houvesse nenhuma boa razão para fazer isso. Mas note que se o uso de um marcador evidencial é obrigatório, esta implicatura é propensa a se enfraquecer ou desaparecer – o falante não precisa de nenhuma boa razão para o uso exceto que a gramática o requer.⁷

Contrariamente ao que aponta Floyd (1999), mesmo não havendo, em língua portuguesa, um sistema evidencial altamente gramaticalizado, consideramos algumas estruturas como possuindo um *status* evidencial e acreditamos que, assim como em *lega*, língua descrita por Botne (1997), o princípio primário que rege a evidencialidade em língua portuguesa parece ser a fonte da informação: o próprio falante ou uma outra fonte. Considerando ainda que, junto com a explicitação da fonte do conhecimento, é possível mostrar como a informação apresentada foi obtida, podemos, de acordo com Willet (1988), classificar a evidencialidade como atestada (obtida de maneira direta pelo falante), inferida (obtida por meio de inferência feita pelo falante) ou relatada (obtida a partir de fonte diferente do falante). Segundo a proposta de Dall'Aglio-Hattner (2001), a evidencialidade relatada pode ainda ser subdividida em definida, indefinida e de domínio comum.

Podemos correlacionar as tipologias dos evidenciais propostas por Willet, Botne, Frawley e Dall'Aglio-Hattner da seguinte maneira:

⁶ In a language like English the overt use of an evidential phrase may carry semantic nuances that are absent in languages with more grammaticalized systems (FLOYD, 1999, p.29).

⁷ This nuance...[in the English sentences] is clearly due to a Gricean conversational implicature: the listener assumes that the speaker would not supply the evidential qualifier if there were not a good reason for doing so. But notice that if the use of an evidential marker is obligatory, this implicature is bound to weaken or disappear – the speaker needs no good reason for the use except that the grammar requires it (DAHL, 1990, p.685; *apud* FLOYD, 1999, p.29).



Quando a fonte da informação é o próprio falante (*self*), ele pode explicitar o modo como a informação chegou a seu conhecimento: de forma atestada ou inferida. Se o falante “viu”, “ouviu”, ou obteve a informação por meio de algum outro contato sensorial, ele pode utilizar um verbo de sentido para mostrar que a informação que apresenta é “atestada”, como vemos no exemplo criado abaixo:

(1) *Vi* que o chão estava sujo.

O falante também pode ser a fonte de uma informação obtida por meio de uma inferência própria, como vemos em:

(2) *Acredito* que Günther deve ter utilizado dados adicionais de Kner, referentes a *A. longiceps*, além daqueles presentes no exemplar do Rio Capim examinado por ele. (N1)

Diferentemente do proposto no trabalho de Willet (1988), a evidencialidade inferida não foi, aqui, subdividida, por termos observado que as inferências podem estar baseadas nos mais diversos fatores, como, por exemplo, em resultados de um evento, em intuição, em

experiências prévias, em crenças, em sonhos, e, muitas vezes, não está explicitado no enunciado em que a inferência se baseia.

Nos casos de evidencialidade inferida, como em (2), acima, a indicação da fonte do conhecimento vem acompanhada de um valor modal. Como exposto anteriormente, isso acontece em línguas em que o sistema de evidencialidade não é altamente gramaticalizado; assim, os mesmos meios lexicais que marcam evidencialidade também podem marcar modalidade epistêmica, como acontece no português, no francês (cf. DENDALE & TASMOWSKI, 1994) no alemão, no inglês e no holandês (cf. DE HAAN, 1997).

Quando a fonte da informação é diferente do falante (*other*), a única forma de o falante tê-la obtido é por meio de um relato. Este, no entanto, pode ser de três tipos, segundo Dall'Aglio-Hattnher (2001):

- i) um relato apresentado com uma fonte definida. Nesse caso, a fonte do conhecimento é marcada como diferente do falante, ou seja, o falante obtém a informação de uma fonte externa (outro falante, por exemplo) e explicita qual ou quem é essa fonte, como vemos em (3), a seguir:

(3) *Cordeiro (1986) relata* que para examinar propriedades da deviance em pequenas amostras, torna-se necessária uma aproximação de ordem superior para o seu valor esperado, supondo o modelo sob pesquisa verdadeiro. (M12)

- ii) um relato apresentado com uma fonte indefinida. Nesse caso, a fonte da informação é marcada como diferente do falante, mas indefinida; o falante apenas indica a existência da fonte, sem explicitá-la, como vemos em (4):

(4) *Diz-se* que há reativação se a probabilidade de identificação do estímulo original aumentar significativamente ou se a latência da resposta de identificação for reduzida, em comparação com medidas similares para itens de controle. (A5)

iii) um relato que é apresentado como sendo de domínio comum. Nesse caso, a informação é apresentada como um conhecimento compartilhado entre falante e ouvinte, como em (5):

(5) *Sabemos* que a análise dos gêneros se situa na confluência dos estudos sobre o continuum fala/escrita: há gêneros tipicamente orais (a conversa) ou escritos (o artigo acadêmico), mas outros se aplicam igualmente às duas modalidades (a estória). (A4)

É com base nessa tipologia que pretendemos analisar as ocorrências de evidenciais encontradas em nosso corpus.

1.3. Balanço final: posicionamento

Ao tentarmos circunscrever nosso objeto de estudo dentro do paradigma geral da evidencialidade, ressaltamos que a nossa opção é pelo emprego do termo evidencialidade em sentido mais amplo. Isso se deve ao fato de termos observado que, em muitos casos, as formas de expressão da evidencialidade indicam mais do que simplesmente a fonte do conhecimento. Tanto em português como em outras línguas, não são raros os casos em que um mesmo elemento expressa evidencialidade e modalidade epistêmica.

Dessa forma, tendo em vista os três tipos de relações entre evidencialidade e modalidade estabelecidos por Dendale e Tasmowski (2001), concebemos a relação entre as duas qualificações como uma relação de *intersecção*. E isso implica que analisaremos não só a expressão da fonte do conhecimento *per se*, mas também outras expressões de atitudes do falante em relação ao conhecimento que, num sentido mais geral, remetem à fonte do conhecimento. Embora reconheçamos a possibilidade de, em alguns casos, haver uma

→ usar na análise dos dados
- Questão referente ao porque de se
escolher deter minados evidências

superposição entre as duas categorias, não pretendemos estabelecer relações de escopo entre as qualificações, uma vez que isso fugiria aos objetivos desta pesquisa.

Tendo em vista que a expressão da evidencialidade não é obrigatória em língua portuguesa, “é a intenção comunicativa, que se manifesta na negociação entre os usuários da língua na relação de interação verbal, que vai exigir a presença de elementos indicadores da origem do conhecimento asseverado” (CASSEB-GALVÃO, 2001, p.123). Nesse sentido, pretendemos verificar quais os efeitos de sentido efetivamente obtidos pelo emprego de elementos evidenciais no contexto específico de enunciação do discurso científico primário. Entretanto, não podemos ignorar o fato de que, como bem lembra Casseb-Galvão (2001, p.119), “há fatores influenciando a escolha lexical que estão longe do alcance do analista, muitas vezes restritos ao domínio da (in)consciência do usuário.”

Em suma, com o objetivo maior de caracterizar o tipo de texto escolhido para análise, procuraremos verificar quais as implicações, no âmbito do discurso científico primário, do emprego de formas evidenciais que indicam unicamente a fonte do conhecimento e de outras formas cujo sentido envolva também (in)certeza e/ou (des)comprometimento por parte do falante. Para tanto, o aspecto semântico, aliado a elementos gramaticais e discursivos, é de fundamental importância na determinação dos subtipos da evidencialidade.

CAPÍTULO II

AS CONSTRUÇÕES COMPLEXAS NA GRAMÁTICA FUNCIONAL

2.1. O modelo de interação verbal de Dik e a estrutura da oração

Para o estudo das construções complexas com predicados evidenciais na oração matriz, adotamos uma concepção funcionalista da linguagem, especialmente na linha de S. Dik (1997) e seus seguidores. Segundo os estudiosos dessa linha teórica, considerada como um funcionalismo moderado, a semântica e a pragmática assumem um papel de extrema relevância para a compreensão dos fenômenos lingüísticos; no entanto, a noção de estrutura não é descartada.

De acordo com o modelo de interação verbal proposto por Dik (1997a), o falante¹ produz seu enunciado levando em conta sua intenção, sua informação pragmática e sua antecipação do que pode ser a interpretação do ouvinte. Este, por sua vez, interpreta o enunciado produzido pelo falante considerando sua informação pragmática e sua reconstrução do que possa ter sido a intenção comunicativa do falante. Nessa simplificação do processo de interação verbal, não se pode perder de vista que a expressão lingüística faz apenas uma mediação da relação entre falante e ouvinte, “o significado que é codificado pelo falante na expressão lingüística não é idêntico a sua intenção e, do mesmo modo, não se iguala à interpretação final a que chega o ouvinte” (GONÇALVES, 2003, p.54).

¹ Utilizamos o termo “falante” para nos referirmos a “usuário da língua” de uma maneira geral; dessa forma, tendo em vista que trabalhamos com a língua escrita, muitas vezes usaremos “falante” para nos remetermos aos escritores dos artigos científicos.



Segundo Dik, o que acontece durante uma interação verbal é, por parte do falante, um desejo de provocar alguma modificação na informação pragmática do ouvinte; desse modo, ele formula sua intenção comunicativa de acordo com a mudança pragmática específica que deseja provocar no ouvinte, e procura fazer isso de forma tal que o ouvinte reconheça a intenção e aceite a mudança em sua informação pragmática. O ouvinte, por seu turno, também leva em conta sua informação pragmática ao interpretar a expressão lingüística. A interpretação desta por parte do ouvinte depende, portanto, apenas parcialmente da informação contida no enunciado produzido pelo falante. Assim, embora o falante tenha uma intenção comunicativa ao falar, não é sempre que essa intenção é efetivamente atingida.

No âmbito do discurso científico primário, o falante, ao produzir seu artigo científico, faz uma imagem de seu leitor como um conhecedor da matéria científica que relata. O leitor, por seu turno, tenta prever a linha de pensamento do escritor, conjecturando quais teriam sido as reais intenções do escritor. Esse leitor não é considerado isoladamente, mas, sim, como toda uma comunidade científica capaz de ler o artigo, apreender as informações que este traz e, automaticamente, julgar o escritor em termos de seu conhecimento sobre o assunto tratado e sua competência ao abordá-lo, o que garantirá a aceitação do trabalho pela comunidade científica.

Neste contexto específico de interação, em que se espera que os participantes tenham um conhecimento pragmático amplo sobre o assunto, muitas informações podem ser omitidas por serem consideradas pressupostas. A informação que o falante tem a respeito do conhecimento que o ouvinte possui é que vai proporcionar ao texto científico ser mais ou menos informativo, mais ou menos interessante e inovador para o leitor. O texto será, para o leitor, tanto mais informativo e inovador quanto mais informações não compartilhadas trouxer; no entanto, informações compartilhadas também são necessárias para uma melhor compreensão do texto como um todo. “Fazer afirmações sempre envolve uma tensão: o

escritor deve permanecer em um certo consenso para ter algo a dizer aos membros de sua disciplina, mas também deve fazer afirmações novas para justificar a publicação”² (MYERS, 1989, p.5).

Como aponta Dik (1997a, p.9),

a informação pragmática do falante e do ouvinte normalmente possui uma grande parte em comum, mas haverá também informações que estão apenas disponíveis ao falante, ou apenas ao ouvinte. O “ponto” real de interação verbal está normalmente localizado na informação não compartilhada.³

Como dito anteriormente, a interação verbal tem como função principal uma tentativa de o falante mudar a informação pragmática do ouvinte. As mudanças que o falante pode efetuar em relação à informação pragmática do ouvinte podem ser de natureza diversa, como:

- i) *adições*, acrescentando informações que o ouvinte não possuía; ii) *substituições*, substituindo informações antigas por informações novas; ou iii) *lembranças*, fazendo o ouvinte se lembrar de informações que já possuía.

Para a análise das expressões lingüísticas, Dik propõe um modelo no qual as orações se organizam em camadas, hierarquicamente estabelecidas, que representam diferentes tipos de entidades.

Segundo o autor (DIK, 1997a, p.50), “a estrutura subjacente é uma estrutura abstrata complexa na qual diferentes níveis ou ‘camadas’ de organização formal e semântica devem ser distinguidos”.⁴ É importante ressaltar que esses níveis hierarquicamente distinguidos não

² *The making of claims always involves a tension: the writer must stay within a certain consensus to have anything to say to members of his or her discipline, but must also have a new claim to make to justify the publication* (MYERS, 1989, p.5).

³ *The pragmatic information of S and A will normally have a great deal in common, but there will also be information which is only available to S, or only to A. The actual ‘point’ of verbal interaction is typically located in this non-shared information* (DIK, 1997a, p.9).

⁴ *The underlying structure is a complex abstract structure in which the several ‘layers’ of formal and semantic organization can be distinguished* (DIK, 1997a, p.50).

correspondem a um modelo de processamento; são apenas uma descrição, visto que o processamento de um enunciado abarca a simultaneidade dos processos que serão descritos a seguir. O próprio autor reconhece que seu modelo não dá conta do correlato psicológico da produção e de sua complexidade.

A estrutura subjacente da oração pode ser assim descrita (em ordem crescente de complexidade):

Nível 1: predicados e termos

Nível 2: predicação

Nível 3: proposição

Nível 4: ato de fala

Partindo do primeiro nível de estruturação, temos o predicado (por exemplo, “escrever”), que designa propriedades ou relações, aplicado a um certo número de termos (por exemplo, “John” e “uma carta”), que se referem a entidades. O número de termos é estabelecido pelo predicado. No caso, o predicado “escrever” necessita de dois argumentos, designando, portanto, uma relação de dois lugares com suas entidades, como representado no esquema abaixo:

(1) escrever (John) (uma carta)



Um predicado, quando aplicado a termo(s), resulta numa predicação nuclear [*nuclear predication*], que designa um estado-de-coisas, algo que pode acontecer em algum mundo (mental ou real). A predicação nuclear, composta pelo predicado e seus argumentos (termos requeridos pela semântica do predicado), pode receber especificações por meios gramaticais (*operadores*) ou lexicais (*satélites*). Os *operadores* que atuam nesse nível, simbolizados por π_1 , marcam gramaticalmente aspecto qualificacional (perfectividade/imperfectividade) e

negação de predicado, enquanto os *satélites* de nível 1 (σ_1) expressam lexicalmente propriedades adicionais como modo, velocidade e instrumento. Ao acrescentarmos operadores e satélites de nível 1 à predicação nuclear, temos a predicação central [*core predication*]. No exemplo representado abaixo, foram aplicados, ao predicado, o operador perfectivo e o satélite de Modo:

- (2) Perf escrever (John) (uma carta) (cuidadosamente)
[John escreveu uma carta cuidadosamente]

À predicação central podem ser acrescentados operadores de nível 2 (marcas gramaticais de tempo e aspecto quantificacional, modalidade objetiva e polaridade) e satélites de nível 2 (marcas lexicais de tempo, lugar, frequência e probabilidade), o que resulta na predicação estendida [*extended predication*]. Em (3), abaixo, aplicaram-se o operador de Tempo com valor de Passado e o satélite de Locação:

- (3) Pass escrever (John) (uma carta) (cuidadosamente) (em seu quarto)
[John escreveu uma carta cuidadosamente em seu quarto]

Quando uma predicação estendida é especificada por operadores de nível 3 (marcas gramaticais de modalidade subjetiva e evidencial)⁵ e satélites de nível 3 (marcas lexicais da validade da proposição, como evidências, atitudes e modalidade epistemológica), temos uma estrutura de ordem mais alta, a proposição, simbolizando um fato possível, que pode ser conhecido ou pensado, pode ser causa de surpresa e de dúvida, pode ser mencionado, negado, rejeitado e lembrado, e pode ser verdadeiro ou falso, como representado em (4), abaixo:

- (4) Modo Subjetivo [John escrever uma carta] (em minha opinião)_{Atitude}
[Em minha opinião, John deveria escrever uma carta]

⁵ Dall'Aglío-Hattner (1995) observa que, em português, assim como em inglês e espanhol, não ocorre a qualificação da proposição por meio de operadores de nível 3.



Quando a uma proposição são aplicados operadores e satélites ilocucionários, o que resulta é uma oração [*clause*], que designa um ato de fala, o nível mais alto da estrutura, como representado em (5):

- (5) Decl [John não escreveu a carta] (em resumo)_{ilocução}
[Em resumo, John não escreveu a carta]

Para que a descrição de uma expressão lingüística esteja completa, devem ser acrescentadas, ainda, as regras de expressão, que determinam o modo como as estruturas funcionais são representadas na estrutura morfossintática das expressões lingüísticas. Elas dizem respeito, por exemplo, à marcação de caso, diferenças de voz, ilocução, ordem dos constituintes, acento, entonação, entre outros aspectos.

Geralmente, as predicações, as proposições e as orações são termos complexos, ou seja, possuem como argumentos ou como satélites outras predicações, proposições ou orações, como acontece respectivamente em (6), (7) e (8):

- (6) Peter viu John escrevendo uma carta.
(7) Peter acredita que John escreveu uma carta.
(8) Peter disse: “John escreveu uma carta”.

Desse modo, segundo Hengeveld (1989), Bolkestein (1990), Dik (1997b) e Dik & Hengeveld (1991), as diferentes camadas de organização formal e semântica que representam as orações principais também são relevantes para a representação das construções encaixadas. A tipologia aplicada às orações principais, exposta anteriormente, pode, portanto, ser aplicada também aos diferentes tipos de estruturas encaixadas nas posições de satélites ou de argumentos de um predicado matriz.

2.2. As construções complexas

Dik (1997b) dedica parte de seu trabalho para tratar especificamente dos parâmetros semânticos, formais e funcionais das construções complexas. Para desenvolver sua tipologia de construções complexas, o autor toma como base as diferentes camadas de organização da estrutura subjacente da oração, os diversos tipos de predicado matriz e suas propriedades semânticas. São distinguidos, dessa forma, três tipos de complementos: predicções encaixadas, proposições encaixadas e orações encaixadas, sendo que o emprego de um ou outro tipo é determinado pelas propriedades semânticas específicas de cada tipo de predicado matriz. Como dito anteriormente, tais estruturas encaixadas podem preencher as posições de argumentos, quando correspondem aos sujeitos ou objetos da oração matriz, e de satélites, quando correspondem a orações adverbiais.

Dik (1997b, p.110) propõe oito tipos de predicados matriz que tomam termos predicacionais como argumentos. São eles: i) *predicados diretivos* (“ordenar”); ii) *predicados de manipulação prática* (“forçar”); iii) *predicados volitivos* (“querer”); iv) *predicados de percepção direta* (“ver”); v) *predicados de realização* (“conseguir”); vi) *predicados fasais* (começar); vii) *predicados comentativos* (“ser engraçado”); viii) *predicados modais objetivos* (“ser (im)possível”). Dentre esses oito tipos, apenas os *predicados de percepção direta* podem ser considerados como marcadores de evidencialidade (atestada).

Os quatro tipos de predicados matriz que encaixam complementos proposicionais, distinguidos por Dik (1997b, p.106) de acordo com a natureza semântica de cada um, são:

- i) *predicados de atitude proposicional*: especificam a atitude (intelectual ou emocional) de uma pessoa em relação aos fatos possíveis designados pelo complemento proposicional, como, por exemplo, “acreditar”, “presumir”;

- ii) *predicados de manipulação proposicional*: indicam alguma tentativa por parte do falante de induzir uma certa atitude proposicional no ouvinte, como “convencer”, “persuadir”;
- iii) *predicados de (aquisição/perda de) conhecimento*: designam aquisição mental, posse ou perda de fatos designados pelo complemento proposicional; como “saber”, “aprender”;
- iv) *predicados de percepção mental*: designam “percepção indireta” do fato designado pelo termo do complemento proposicional, como “ver”, “perceber”.

A respeito dos predicados que designam ou implicam atos de fala, Dik afirma que são muitas as formas em que se apresentam os complementos oracionais, mas, de um modo geral, elas podem ser pensadas como constituindo um contínuo que varia entre os extremos de discurso direto e discurso indireto. “Em ambos os casos, de discurso direto e indireto, podemos falar de um ‘complemento oracional’: embora no discurso direto a oração encaixada conserve sua completa independência e não seja, de modo algum, marcada como subordinada à oração matriz, ela ocupa uma posição de argumento”⁶ (DIK, 1997b, p.96).

A questão das construções encaixadas em *verbos de dizer* parece ser um ponto bastante polêmico. Dik (1997b), embora reconheça as diferenças entre o discurso direto e indireto (diferente força ilocucionária e mudança no centro dêitico para referência temporal, espacial e pessoal), sustenta que tanto o discurso direto quanto o indireto encaixam complementos oracionais. Para Hengeveld (1989, p.146) os relatos em discurso indireto são similares aos predicados de atitude proposicional (cf. também NOONAN, 1985), uma vez que os operadores de proposição aplicados em complementos de predicados cognitivos (predicados de conhecimento para Dik) podem, da mesma forma, ser aplicados aos

⁶ Both in indirect and direct speech we may speak of a ‘clausal complement’: although in direct speech the embedded clause retains its full independence and is in no way marked as subordinate to the matrix, it does occupy an argument position (DIK, 1997b, p.96).

complementos de discurso indireto. Segundo Hengeveld (1989), os complementos de discurso indireto não representam o mesmo tipo de entidade que os complementos de discurso direto, apenas os últimos representam entidades do tipo oracional, enquanto os primeiros representam entidades do tipo proposicional.

Bolkestein (1990) também questiona o *status* oracional dos complementos de discurso indireto. Segundo a autora, os complementos de discurso indireto não admitem formas correspondentes de certos constituintes extra-oracionais característicos de discurso direto, como, por exemplo, interjeições, marcadores conversacionais e iniciadores, o que justificaria sua rejeição em atribuir-lhes o rótulo de oracionais. A conclusão a que a autora chega é a de que, uma vez que em latim e em outras línguas os complementos de discurso indireto podem conter tanto expressões pertencentes ao nível proposicional quanto expressões pertencentes ao nível ilocucionário, tais complementos representam entidades do tipo proposicional revestidas de força ilocucionária básica (BOLKESTEIN, 1990, p.78-79). Assim, para Bolkestein, além da distinção entre oração, proposição e predicação, é necessário que se identifique uma outra camada, localizada entre a oração e a proposição, para definir o comportamento dos complementos de discurso indireto.

Mais recentemente, Hengeveld (2004), em sua reformulação da Gramática Funcional (GF) para uma Gramática Funcional do Discurso (GFD), considera que os relatos em discurso indireto correspondem a proposições que, no nível interpessoal, representam um conteúdo comunicado. Algumas outras mudanças vêm sendo propostas com o objetivo de se chegar a uma teoria da GF que ultrapasse o nível da sentença.

Apesar de reconhecermos que tais mudanças podem fornecer um paradigma mais completo para o estudo do uso lingüístico, optamos por manter, como embasamento dessa pesquisa, a teoria da GF, como proposta por Dik (1997a; 1997b), uma vez que, para o estudo da expressão da evidencialidade, o domínio da oração complexa é suficiente. Além disso,

embora a GFD proponha uma organização descendente (*top-down*) para as orações, ela não descarta o modelo da GF; ao contrário, a noção de estrutura em camadas do modelo de 1997 é totalmente incorporada ao novo modelo.

Para entendermos melhor a relação entre falante, enunciado e destinatário em construções com predicados do tipo *verbo de dizer* nos termos da GF, recorreremos a Hengeveld (1990). Segundo o autor, partindo de um ponto de vista metacomunicativo, todo enunciado é uma instanciização da relação entre esses três elementos. Vejamos os exemplos comentados abaixo, adaptados de Hengeveld (1990):

(9) João está feliz.

(E_i: [DECL (S) (A) (X_i: [João está feliz] (X_i))] (E_i))

Nesse caso, a ilocução básica é calculada por um predicado ilocucionário abstrato - alguém (o falante) declarou tal enunciado para um destinatário. O predicado ilocucionário abstrato pode ser substituído por um *verbo de dizer* usado performativamente, que freqüentemente têm um valor mais específico do que os predicados abstratos, como vemos em (10):

(10) Eu digo a você que João está feliz.

(E_i: [dizer_v (S) (A) (X_i: [João está feliz] (X_i))] (E_i))

Ou, então, pode acontecer de se usar um *verbo de dizer* de maneira reportativa, como em (11):

(11) Maria me disse que João está feliz

(E_i: [DECL (S) (A) (X_i: [Maria me disse (X_j: [João está feliz] (X_j))] (X_i))] (E_i))

Como observa Hengeveld (1990, p.8), em (10) o *verbo de dizer* não é parte do conteúdo proposicional X_i da oração principal, mas substitui o predicado performativo

abstrato, enquanto em (11) o *verbo de dizer* é parte do conteúdo proposicional X_i da oração principal e rege o conteúdo proposicional relatado X_j .

A exemplificação das três possibilidades apresentada por Hengeveld (1990) deixa bastante claro o fato de que as camadas de complexidade mais baixas estão completamente contidas dentro das camadas de complexidade mais alta.

Outras questões mais gerais acerca das construções complexas devem ser expostas. A primeira diz respeito à ordenação dos constituintes na sentença. Segundo Dik (1997a, p.396), a ordenação dos constituintes em qualquer língua resulta da interação de vários fatores funcionalmente motivados. Tais fatores, ou princípios, no entanto, não são aplicados todos ao mesmo tempo e da mesma forma em línguas diferentes. Dik ressalta, ainda, que os princípios de ordenação não têm validade absoluta e que não há uma solução estável para o problema da ordenação dos constituintes.

No português, como demonstrado por Pezatti (1993; 1994), existem duas ordens naturais de constituintes sentenciais: a ordem SV(O) e a ordem VS. A autora (1994, p.44) afirma ser o fluxo de atenção o principal determinante da ordenação linear dos sintagmas nominais, e é o falante que os organiza da forma que deseja que o ouvinte atente para eles.

Ao descrever cada uma das duas ordens do português, Pezatti (1994, p.50) explica que o sujeito na ordem SV(O) – sujeito-verbo-(objeto) – é também o ponto de vista e o tópico, o pressuposto, e dificilmente corresponde a um elemento novo na sentença. Por apresentar tanto o ponto de partida quanto o tópico no sujeito e o material novo no predicado, tal ordem tem como função a progressão do discurso, sendo, portanto, mais empregada na porção de figura. A ordem VS (verbo-sujeito) não apresenta o sujeito como sendo, ao mesmo tempo, tópico, nem define o ponto de partida lingüístico como coincidindo com o ponto de vista; apenas apresenta a Meta, o Fim do evento. “Quando apresentacionais, as construções VS introduzem um novo tópico ou elemento novo no discurso, que pode tanto fornecer material de suporte

quanto ser abandonado, servindo meramente para montar o cenário para o desenvolvimento do discurso” (PEZATTI, 1994, p.51), sendo mais usada, portanto, na porção de fundo.

A fim de buscarmos subsídios para a descrição da evidencialidade nas construções complexas, recorreremos aos princípios de ordenação gerais propostos por Dik (1997a) subjacentes a cada uma das ordens do português estudadas por Pezatti.

Dentre os nove princípios gerais de ordenação propostos por Dik, dois parecem reger a ordenação nas construções complexas. O primeiro deles diz respeito ao princípio de Complexidade Crescente [*Principle of Increasing Complexity*] (DIK, 1997a, p.404), segundo o qual existe uma preferência em dispor os constituintes em uma ordem de complexidade crescente. Tendo em vista que as construções encaixadas apresentam complexidade categorial, sua posição é preferencialmente à direita do predicado matriz. Isso justifica o fato de a colocação dos sujeitos sentenciais de predicados evidenciais ser diferente daquela de sujeitos representados por termos. Em outras palavras, enquanto sujeitos formados por termos tendem a ser colocados antes do predicado (ordem não marcada), os sujeitos formados por orações vêm, preferencialmente, após o predicado, como podemos ver em:

- (12) Assim, *parece* que a conjugação desses fatores "prepararam" o fungo vegetativamente para a reprodução. (N10)

O outro princípio de ordenação diz respeito ao Realce Pragmático [*Principle of Pragmatic Highlighting*] (DIK, 1997a, p.403). De acordo com esse princípio, constituintes com uma funcionalidade pragmática especial são colocados, preferencialmente, em posições especiais. Isso acontece na seguinte construção com o predicado “parecer”:

- (13) Esse efeito *parece* ter ocorrido durante o segundo ensaio pois, nessa época, observou-se maior crescimento das plantas na fase pré-reprodutiva, quando comparado ao ocorrido durante o primeiro ensaio. (N9)

Nesse caso, o sintagma nominal “esse efeito” é deslocado do domínio da oração encaixada para o domínio da oração matriz. A oração criada abaixo, a partir de (13), mostra como seria a construção, com os devidos ajustes, sem essa alteração na ordem dos constituintes:

- (13a) *Parece que esse efeito* ocorreu durante o segundo ensaio pois, nessa época, observou-se maior crescimento das plantas na fase pré-reprodutiva, quando comparado ao ocorrido durante o primeiro ensaio.

Outros autores (NOONAN, 1985; GONÇALVES, 2003) também observaram que o falante opta por colocar o sujeito da construção encaixada na posição P1, no domínio do predicado matriz, com a intenção de realçar pragmaticamente um constituinte importante da construção encaixada. Segundo Gonçalves (2003, p.135), “essa discrepância posicional e formal leva o constituinte a se ajustar ao novo domínio, comportando-se ‘como se’ fosse um constituinte [no caso o primeiro argumento] desse domínio, podendo nele contrair relações gramaticais com formas ali presentes”. É o que acontece em (14), abaixo, em que o predicado “parecer” vai para o plural para concordar com o constituinte que foi deslocado da oração encaixada para a oração matriz:

- (14) Essas orações *parecem* ser o contexto ideal para a realização dessa forma, nas quais tal certeza adquire, muitas vezes, matiz (A8)

Em outro trabalho, Gonçalves (2001, p.187), ao tratar das orações complexas subjetivas, cita as seguintes propriedades comuns desse tipo de construção:

- i) a oração encaixada subjetiva ocorre à direita da oração matriz (posição não-marcada);
- ii) é possível a ocorrência da oração encaixada subjetiva na forma finita ou não finita;

- iii) o verbo da matriz aparece categoricamente na 3ª pessoa do singular e na grande maioria das vezes no tempo presente do indicativo;
- iv) a oração matriz codifica sempre uma avaliação do falante sobre o conteúdo da oração subjetiva encaixada.

2.3. Balanço final: posicionamento

Nem todos os tipos de predicados encaixadores propostos por Dik (1997b) são marcadores de evidencialidade. Faz-se necessária, então, uma delimitação dos predicadores que esperamos encontrar em nosso corpus. Dentre os oito subtipos de predicados que encaixam complementos predicacionais, apenas os *predicados de percepção direta* podem ser considerados como marcadores de evidencialidade (atestada). Dentre os quatro subtipos de predicados que encaixam complementos proposicionais, consideramos, como marcadores de evidencialidade, os *predicados de atitude proposicional*, os *predicados de percepção mental* e os *predicados de conhecimento*. Ficam excluídos, portanto, os *predicados de manipulação proposicional*. Pela própria definição desse tipo de predicado – indicam alguma tentativa por parte do falante de induzir uma certa atitude proposicional no ouvinte – percebe-se que eles não são usados como forma de se explicitar nem a fonte da informação nem seu modo de obtenção. Além dos *predicados de percepção direta* e dos *predicados de atitude proposicional*, *de percepção mental* e *de conhecimento*, classificamos como introdutores de evidencialidade relatada os *predicados de dizer*.

Com relação às construções encaixadas na posição de sujeito, pretendemos verificar se as mesmas características prototípicas desse tipo de construção apontadas por Gonçalves (2001, p.187) estão presentes nos dados que serão analisados. Além disso, vamos averiguar a



aplicação dos princípios de ordenação dos constituintes, nos termos de Dik (1997a), tanto nas orações encaixadas em posição de sujeito como nas encaixadas na posição de objeto.

3.1. Características interacionais do discurso científico primário

O discurso científico primário é o discurso produzido por pesquisadores científicos especialistas e destinado a um público especializado. Segundo Corcúia (1991, p.41), a intenção desse tipo de discurso é "convencer (a audiência especializada) da validade da pesquisa e do rigor da mesma". É por isso que esse discurso se caracteriza por expor os resultados de uma pesquisa e outras proposições da mesma área ou de áreas adjacentes.

O discurso científico primário, por ser direcionado a um público conhecedor da matéria e dos métodos utilizados na área de pesquisa relatada, trata dos assuntos científicos utilizando uma linguagem mais técnica, empregando termos próprios das descrições por parte do público leigo. Ele se diferencia, então, do discurso de divulgação (ou popularização) científica, tendo em vista que este se destina a um público leigo e, por isso, aborda assuntos científicos usando linguagem e termos mais simples, de fácil compreensão por parte do público em geral.

A comunicação científica que se estabelece entre os cientistas por meio do discurso científico primário é uma atividade social que contribui para a produção e circulação de conhecimento e também para a construção de uma identidade social e profissional dos pesquisadores. Para que essa circulação seja efetiva, os cientistas devem estar familiarizados

CAPÍTULO III

O DISCURSO CIENTÍFICO PRIMÁRIO

3.1. Características interacionais do discurso científico primário

O discurso científico primário é o discurso produzido por enunciadores-cientistas especialistas e destinado a um público especializado. Segundo Coracini (1991, p.42), a intenção desse tipo de discurso é “convencer [a audiência especializada] da validade da pesquisa relatada e do rigor da mesma”. É por meio desse discurso que os pesquisadores expõem os resultados de suas pesquisas a outros pesquisadores da mesma área ou de áreas adjacentes.

O discurso científico primário, por ser direcionado a um público conhecedor da matéria e dos métodos utilizados na área da pesquisa relatada, trata dos assuntos científicos utilizando uma linguagem mais técnica, empregando termos provavelmente desconhecidos por parte do público leigo. Ele se diferencia, então, do discurso de divulgação (ou vulgarização) científica, tendo em vista que este se destina a um público leigo e, por isso, aborda assuntos científicos usando linguagem e termos menos complexos, de fácil compreensão por parte do público em geral.

A comunicação científica que se estabelece entre os cientistas por meio do discurso científico primário é uma atividade social que contribui para a produção e circulação do conhecimento. Para que essa circulação seja efetiva, os cientistas devem estar familiarizados

com as práticas discursivas convencionais de sua comunidade discursiva.¹ Uma dessas práticas discursivas diz respeito à referência às fontes utilizadas na pesquisa.

No discurso científico primário, assim como no discurso de divulgação ou em outros tipos de discursos, o falante pode optar por explicitar ou não as fontes em que se baseia para fazer suas afirmações. Se escolhe indicar a fonte do saber que seu enunciado transmite, o falante oferece a seu interlocutor a possibilidade de avaliar por si próprio a confiabilidade dessa informação, visto que a origem da informação está disponível.

Uma vez que existem diferentes maneiras pelas quais se tem acesso às informações, diferentes são também as formas para se referir às fontes dessas informações. Segundo Dall'Aglío-Hattner (2001, p.10), “a avaliação da verdade de uma proposição pode ser feita, então, com diferentes graus de adesão do falante, segundo as diferentes fontes de informação apresentadas, que podem ser um relato de terceiros, uma percepção sensorial, uma inferência ou suposição do próprio falante.”

Dada essa forte relação entre a fonte da informação e sua confiabilidade, a evidencialidade assume um importante papel no discurso científico primário. Na busca pela persuasão de sua audiência especializada, o enunciador deve se referir às fontes que utilizou em sua pesquisa e, quando for o caso, assumir a responsabilidade por suas próprias afirmações.

Por meio da evidencialidade inferida, então, o enunciador explicita sua posição, colocando-se estrategicamente em primeiro plano, mostrando-se como um participante ativo no processo de produção do conhecimento. O ato de assumir responsabilidade pessoal por uma afirmação, geralmente marcado pelo uso da primeira pessoa, é, de acordo com Myers (1989), um importante mecanismo de expressão de polidez na linguagem da ciência, uma vez

¹ Empregamos o termo “comunidade discursiva” nos mesmos moldes de “*discourse community*” (SWALES, 1990), como correspondendo a um grupo de pesquisadores (tanto iniciados quanto iniciantes no assunto) que dissemina os objetivos que têm em comum de diversas formas (publicação de textos, reuniões, cursos, etc) utilizando linguagem técnica característica do grupo.

que, por meio de seu uso, um tipo de conhecimento que é considerado universal é personalizado, e conseqüentemente tem sua força enfraquecida.

Por meio da evidencialidade de domínio comum, o enunciador apresenta uma informação como se ela fizesse parte do conhecimento compartilhado entre os interlocutores. “Ao reforçar a universalidade do conhecimento, falante e ouvinte mantêm uma certa proximidade com o fato enunciado: eles compartilham a potencial ‘propriedade’ do dito” (CASSEB-GALVÃO, 2001, p.131). Segundo Vassileva (2001), construções como “é sabido que”, “sabe-se que”, dentre outras, exercem uma dupla função: o enunciador, por um lado, evita fazer afirmações pessoais, contando com um conhecimento que espera ser compartilhado e, por outro lado, espera que seus interlocutores estejam familiarizados com determinados fatos, tendências ou fenômenos, tomando por certa sua competência em entender o que expõe como algo amplamente conhecido. “Essa é uma maneira mais ou menos compulsória de se evitarem críticas pela inclusão de informações redundantes (mas que provavelmente são necessárias para a discussão)”² (VASSILEVA, 2001, p.98).

Por meio da evidencialidade relatada, o falante expõe seu conhecimento acerca de pesquisas anteriores e demonstra sua fidelidade com relação à comunidade discursiva. Segundo Vigner (1988, p.34), citar o trabalho de outro(s) “tem por função reforçar com o leitor a comunidade de repertório, estabelecer uma espécie de convivência, ancorar o discurso recém produzido no discurso científico geral, tal como circula na comunidade de leitores à qual se destina.”

Isso posto, podemos dizer que a indicação da evidencialidade, em suas diversas formas, está diretamente relacionada com o contexto interpessoal e interdiscursivo que se estabelece no discurso científico primário e que, para que a comunicação se estabeleça de maneira efetiva, o cientista deve antecipar as necessidades de seus interlocutores, tanto para

² *this is a more or less compulsory way of avoiding criticism for including redundant (but, probably, necessary for the discussion) information* (VASSILEVA, 2001, p.98).

conduzir sua exposição dos fatos científicos quanto para participar de um diálogo como iguais (HYLAND, 1998).

Considerando os artigos científicos primários como um dos principais meios de disseminação de conhecimento entre os cientistas, espera-se que eles contenham uma variedade de idéias provenientes de diversas fontes textuais, fontes essas indispensáveis para a construção do aparato teórico que sustenta qualquer pesquisa relatada em um artigo científico. A evidencialidade, nesse contexto, pode servir como uma das formas disponíveis ao falante para introduzir alguma fonte textual.

Seja por meio da evidencialidade ou de algum outro meio de referência às fontes das informações transmitidas, o leitor, se conhecedor da área em que se insere a pesquisa, pode reconhecer, no artigo que lê, textos que provavelmente são de seu conhecimento, o que torna sua leitura mais fácil. Em contrapartida, segundo Vigner (1988, p.34), se o leitor não fizer parte da comunidade discursiva à qual se endereça o texto, terá dificuldades para interpretá-lo, uma vez que não participa do “sistema ideológico compartilhado pelo escritor e o leitor.”

Assim, é de extrema relevância, para que a legibilidade de um artigo científico se torne possível, que o falante leve em consideração, no momento da produção de seu texto, o conjunto de saberes que provavelmente seu leitor possui. É no momento da elaboração do artigo científico que se estabelece o primeiro passo da interação entre escritor e leitor. Nesse processo de interação, o escritor escreve seu texto levando em conta tanto sua intenção de expor seus pensamentos como a experiência que o leitor pretendido possa ter sobre o assunto. O segundo passo dessa interação acontece no momento da leitura do texto: o leitor vai tentar reconstruir as intenções comunicativas do escritor e se convencer (ou não) da veracidade do que está presente no texto.

Segundo Hyland (1996, p.436), o escritor vai tentar “guiar” o leitor, por meios formais, em direção à interpretação específica que deseja que este faça; no entanto, o leitor

pode sempre refutar as afirmações contidas no texto que lê. O leitor assume, nesse sentido, um papel ativo na construção de um texto, uma vez que o escritor vai tentar sempre se antecipar à oposição que pode ser feita aos seus escritos.

“A relação escritor-leitor é, portanto, a chave para o sucesso do trabalho e da continuação da carreira de um pesquisador. No entanto, ser julgado convincente e competente é um processo que envolve vários níveis”³ (DRESSEN, 2000, p.4). Na tentativa de convencer e obter sanções por parte de seus leitores, os escritores se esforçam para expor o conhecimento que possuem acerca da comunidade discursiva em que estão inseridos, demonstrando serem hábeis com convenções discursivas como as que se referem a quando e onde citar os trabalhos de outros.

Somente seguindo as normas impostas pela comunidade discursiva é que o escritor poderá ganhar a aceitação necessária para que suas considerações se consolidem como conhecimentos aceitos como verdadeiros pelos pesquisadores da área. As pesquisas de cada estudioso e seus conseqüentes resultados são altamente dependentes dos trabalhos e da aceitação de outros pesquisadores.

Publicar um artigo envolve entrar em um contrato interacional com os leitores no tocante à conduta do debate científico; assim sendo, o elaborado sistema de comunicação que conduz a publicação e ratifica o conhecimento também controla os autores e ajuda a reforçar convenções estilísticas⁴ (HYLAND, 1996, p.447).

Nesse contexto específico de interação “verbal”, a evidencialidade pode fornecer elementos para a contextualização do leitor acerca do assunto abordado e também pode indicar o caminho percorrido pelo escritor para chegar as suas constatações e/ou conclusões.

³ *The reader-write relationship and ongoing evaluative dialogue is therefore key to the successful fieldwork endeavor and to one's continued career. However, being judged convincing and competent is a multi-layered process* (DRESSEN, 2003, p.4).

⁴ *Publishing a paper involves entering into an interactional contract with one's readers concerning the conduct of scientific debate; the elaborate communication system which manages publication and validates knowledge thus also regulates authors and helps enforce stylistic conventions* (HYLAND, 1996, p.447).

O uso da referência pessoal (evidencialidade inferida), por exemplo, pode fornecer ao leitor uma clara indicação “da perspectiva a partir da qual suas afirmações devem ser interpretadas”⁵ (HYLAND, 2001, p.210).

Tanto objetivos institucionais quanto objetivos individuais estão envolvidos na publicação de resultados de pesquisas científicas, segundo Hyland (1996, p.435). Institucionais porque os artigos científicos transmitem “fenômenos e teorias que o paradigma em vigor julga serem merecedores de estudo”⁶ e individuais porque eles também contribuem para o estabelecimento e consolidação da reputação do escritor. Na tentativa de manter a reputação de “bom cientista”, ainda segundo Hyland, os escritores, por um lado, utilizam afirmações categóricas para expressar conhecimentos previamente confirmados como verdadeiros pela comunidade discursiva, e, por outro lado, fazem afirmações mitigadas ou não-factivas quando a veracidade da informação expressa é comprovada apenas pelo escritor do artigo, estando sujeita à sanção por parte dos leitores.

O discurso científico, para Myers (1989, p.5), “consiste de interações entre cientistas nas quais a manutenção da face é crucial.”⁷ Citando Latour (1987), Myers (1989, p.5) ainda acrescenta que esse tipo de “aliança” entre os cientistas define o que vem a ser conhecimento: afirmações individuais que são consideradas como fatos quando aceitas e usadas pela comunidade discursiva como um todo. E é exatamente o conhecimento consolidado entre os cientistas, ou seja, a contribuição de um artigo para o conhecimento, que vai ser citado por outros pesquisadores em publicações posteriores.

No entanto, o fato de uma afirmação ser aceita pela comunidade e ser citada em outros trabalhos não garante a permanência desse conhecimento, uma vez que, muitas vezes,

⁵ *the perspective from which their statement should be interpreted* (HYLAND, 2001, p.210).

⁶ *phenomena and theories that the current paradigm deems worthy of study* (HYLAND, 1996, p.435).

⁷ *consists of interactions among scientists in which the maintenance of face is crucial* (MYERS, 1989, p.5).

quando fazem suas próprias afirmações, pesquisadores negam ou suplantam afirmações de outros, reforçando o traço provisório que caracteriza a verdade científica.

Outra forma de suplantar trabalhos anteriores é criticá-los diretamente. Segundo Myers (1989, p.6), a crítica direta é evitada no meio científico por ser algo ameaçador; o que se faz, mais comumente, é negar brevemente ou ignorar os resultados equivocados. “A omissão de uma referência, e não o ataque direto contra ela, é a principal ameaça que se pode fazer contra a face positiva de um indivíduo”⁸ (MYERS, 1989, p.6). Ainda segundo esse autor, a omissão de uma informação contraditória ameaça não apenas quem a propôs, mas também todos os leitores que compartilhem da mesma opinião do proponente.

Em contrapartida, as afirmações científicas que são citadas e usadas em trabalhos posteriores sobrevivem no meio científico. Nesse sentido, a evidencialidade, como uma das formas à disposição dos cientistas para se referirem a outros trabalhos, contribui também para a manutenção dos conhecimentos considerados mais relevantes dentro de um paradigma.

Outro aspecto relacionado às intenções comunicativas do enunciador ao explicitar a fonte de alguma informação diz respeito à forma que ele decide usar ao relatar a fonte. Como apontam Thompson e Yiyun (1991, p.366), “é claramente possível que o escritor tenha dificuldades em encontrar a forma de expressão que se adapte à necessidade de transmitir suas próprias intenções e às imposições convencionais (pelo menos em artigos acadêmicos) de ser razoavelmente fiel às intenções do autor citado”.⁹ Para Viechnicki (2002, p.28), os falantes podem escolher quais evidenciais usar, mas suas escolhas estão sempre baseadas nos objetivos sociais, discursivos e retóricos que esperam atingir em determinado contexto.

Nesse sentido, os evidenciais também são um meio de o enunciador mostrar seu

⁸ *the omission of a reference rather than outright attack is the main threat to an individual's positive face* (MYERS, 1989, p.6).

⁹ *it is clearly possible that difficulties will arise for the writer in finding a form of expression which balances the need to convey her own purposes with the conventional requirement (at least in academic papers) to be reasonably faithful to the quoted author's original purposes* (THOMPSON & YIYUN, 1991, p.366).

conhecimento e competência sobre o assunto. Referindo-se a outros pesquisadores da área, o enunciador mostra que está atualizado em relação ao que se publica no âmbito de sua pesquisa. Além disso, o enunciador deve saber quando e como citar os trabalhos de outros, ou seja, ele deve mostrar que tem domínio sobre as normas e convenções de sua comunidade discursiva, respeitando-as sempre, como uma forma de obter credibilidade.

O autor responde aos interesses e práticas da sua comunidade de pesquisa reconhecendo o que outros pesquisadores relataram e contribuíram para o conhecimento compartilhado. Ele, dessa forma, situa sua própria pesquisa de campo dentro de uma infinidade de referências aos resultados de campo publicados por outros pesquisadores. (DRESSEN, p.12, 2003)¹⁰

Além de saber quando e como se referir a trabalhos de outros estudiosos, os cientistas também devem saber o momento mais oportuno de trazer para seu texto uma evidência. Os artigos científicos primários constituem um gênero¹¹ discursivo específico com diferentes seções que vão apresentar os diferentes estágios de realização do trabalho científico. Segundo Swales (1990), os *research articles* (que correspondem ao que chamamos artigos científicos primários) obedecem à estrutura Introdução-Metodologia-Resultados-Discussão (IMRD).

Tendo em vista essas diferentes seções que compõem os artigos científicos, acreditamos que os evidenciais devam também servir às funções de cada parte do artigo científico.

De acordo com Swales (1990), as *introduções* têm como função apresentar o objetivo e o escopo do trabalho e fornecer algumas preliminares teóricas por meio de uma breve revisão bibliográfica. Nos termos do modelo CARS (*Create a Research Space*), de Swales (1990), os objetivos principais das *introduções* de artigos científicos são estabelecer um

¹⁰ Finally, the author responds to his research community's concerns and practices by acknowledging what other researchers have reported and contributed to the bed of communal knowledge. He thereby situates his own field research within a myriad of references to other researchers' published field results (DRESSEN, p.12, 2003).

¹¹ Por "gênero", seguindo Swales (1990), entendemos a classe de eventos comunicativos cuja estrutura esquemática, conteúdo e estilo são regulados pela comunidade discursiva a que pertence.

território, estabelecer um nicho da pesquisa e ocupar o nicho. Na seção destinada à *metodologia*, são descritos os processos de obtenção dos dados. Na seção destinada à apresentação dos *resultados*, *discussões*, e *conclusões*, são apresentadas avaliações e interpretações dos dados em relação ao problema de pesquisa apresentado. Em alguns casos, são oferecidas respostas para as questões de pesquisa colocadas anteriormente.

Como o próprio autor afirma (SWALES, 1990, p.174), a estrutura IMRD não é algo estanque; no entanto, há certas características dos artigos científicos primários que tendem a ocorrer, de um modo geral, nas diversas áreas do saber. Assim, ainda que essas grandes partes do artigo científico primário nem sempre possam ser definidas claramente, visto que as subdivisões podem receber outros nomes de acordo com os objetivos do trabalho, é esperado que os artigos científicos de um modo geral tenham uma parte destinada à *introdução*, à *metodologia*, à apresentação dos *resultados/discussão* e à *conclusão*, mesmo que não recebam essas denominações.

Apesar de as condições de produção de um artigo científico, como as expostas anteriormente, possuírem um caráter universal, nem todas as comunidades discursivas empregam exatamente as mesmas convenções. Sendo assim, tanto escritores como leitores pertencentes a campos diferentes do saber podem ter diferentes orientações em relação às normas de argumentação de um artigo científico.

Hyland (2001) afirma que os escritores das grandes áreas do conhecimento conduzem suas pesquisas e tentam persuadir seus leitores acerca de seus resultados de diferentes formas. Segundo ele, em disciplinas como a Física, Engenharia Mecânica e Biologia, incluídas sob o rótulo inglês de *hard sciences*, os escritores procuram estabelecer “uniformidades empíricas por meio de atividades de pesquisa que envolvem medições precisas e exames minuciosos sistemáticos de um número limitado de variáveis controladas”¹² (HYLAND, 2001, p.215). O

¹² *empirical uniformities through research activities that involve precise measurement and systematic scrutiny of a limited number of controlled variables* (HYLAND, 2001, p.215).

tipo de conhecimento gerado por disciplinas desse tipo tende a ser, portanto, “universalista e motivado por questões conceituais”¹³ (HYLAND, 2001, p.216).

No tocante ao uso de pronomes de primeira pessoa, por exemplo, Hyland (2001) constata que, em textos pertencentes a essas disciplinas, os escritores adotam um estilo menos pessoal a fim de reforçarem a objetividade de suas interpretações, destacando o fenômeno em estudo e a generalidade de seus achados. “Tal estratégia sutilmente propaga a ideologia empirista que sugere que os resultados de uma pesquisa seriam os mesmos independentemente de quem a conduz”¹⁴ (HYLAND, 2001, p.216).

Por outro lado, em disciplinas como a Filosofia e a Lingüística Aplicada, pertencentes às *soft sciences*, segundo o autor, as variáveis são geralmente mais particulares, mais heterogêneas e menos precisamente mensuráveis e definidas. Assim, o estabelecimento de um efetivo grau de engajamento pessoal com o leitor é uma estratégia valiosa utilizada por pesquisadores dessas áreas para provarem que as relações feitas por eles são pertinentes.

Nessas disciplinas, o uso de pronomes de primeira pessoa, representando um “eu autoral solidamente situado nas normas da disciplina e refletindo um grau apropriado de confiança e autoridade, pode ajudar a construir a imagem de um pesquisador inteligente, crível e engajado”¹⁵ (HYLAND, 2001, p.216).

Enquanto em Física, Engenharia Mecânica e Biologia, a maioria dos escritores costuma focalizar os procedimentos envolvidos na pesquisa e apresentar os resultados como se não houvesse envolvimento de um agente em todo o processo, em Filosofia e Lingüística Aplicada o estilo do escritor é de grande relevância para a obtenção de credibilidade; nessas disciplinas, o equilíbrio entre a precaução e o comprometimento é uma das estratégias

¹³ *universalistic and to be motivated by conceptual issues* (HYLAND, 2001, p.216).

¹⁴ *Such an strategy subtly conveys an empiricist ideology that suggests research outcomes would be the same irrespective of the individual conducting it* (HYLAND, 2001, p.216).

¹⁵ *can help construct an intelligent, credible, and engaging colleague, by presenting an authorial self firmly established in the norms of the discipline and reflecting an appropriate degree of confidence and authority* (HYLAND, 2001, p.216).

responsáveis pelo convencimento do leitor. Apesar de os escritores de disciplinas como Física, Engenharia Mecânica e Biologia se apresentarem menos explicitamente em seus textos, eles não são invisíveis. Na verdade, em ambos os tipos de disciplinas, “os escritores devem demonstrar respeito apropriado a alternativas, mas devem se voltar a responsabilidades pessoais onde for necessário”¹⁶ (HYLAND, 2001, p.221).

Analisando a transitividade em artigos científicos de três diferentes disciplinas (Física, Biologia e Ciências Sociais), Martínez (2001) se apóia nas diferenças de complexidade entre os objetos de estudo de cada uma das disciplinas para caracterizá-las. Assim, a autora considera que a Física estuda objetos essencialmente inertes, a Biologia, objetos orgânicos e as Ciências Sociais, objetos animados e conscientes. Explicando os resultados de sua pesquisa baseando-se nessas diferenças, a autora afirma que, na Física, os objetos de estudo são, principalmente, objetos inertes sobre os quais deve incorrer uma ação, enquanto na Biologia e nas Ciências Sociais, os objetos de estudo possuem uma capacidade independente de agir.

Tendo em vista que este trabalho trata de textos pertencentes a diferentes disciplinas, diferenças quanto ao uso evidencial em cada uma delas também serão consideradas.

Apesar de ser esperado que comunidades discursivas de diferentes áreas estabeleçam normas diferentes quanto a certas escolhas lingüísticas, uma mobilidade nessas normas também está prevista. Os escritores não são totalmente servís a suas disciplinas a ponto de submeterem todas as suas escolhas às convenções. As normas às quais os artigos científicos estão submetidos tanto restringem o uso de formas discursivas específicas quanto permitem variações entre elas. As convenções são, portanto, validantes e não determinantes (HYLAND, 1998, 2001).

Ponderando todas as particularidades que fazem parte das condições de produção de um artigo científico, acreditamos que os evidenciais só possam ser compreendidos em sua

¹⁶ *Writers must display appropriate respect for alternatives, but back theirs views with a personal warrant where necessary* (HYLAND, 2001, p.221).



complexidade se forem considerados os contextos lingüísticos (sintático, semântico e discursivo) e extralingüísticos (institucional e profissional) nos quais eles são empregados. Com base nessa observação procuramos empreender a análise exposta no capítulo VI.

3.2. Balanço final: posicionamento

Considerando a qualificação evidencial como uma possibilidade de manifestação de subjetividade, buscaremos verificar se é possível estabelecer um contínuo de comprometimento do falante que se estenderia da indicação descomprometida da fonte do conhecimento (evidencialidade relatada) à indicação mais comprometida, em que o falante assume ser ele próprio a fonte da informação que qualifica o conteúdo enunciado (evidencialidade atestada e inferida).

A proposta de análise dos diferentes tipos de evidencialidade justifica-se pelas características do discurso analisado neste trabalho. Nossa expectativa é a de que, no discurso científico, haja uma ocorrência bastante significativa de evidencialidade relatada, tendo em vista a necessidade de um novo saber científico se assentar, sempre, em um saber já consolidado. A evidencialidade inferida, por seu turno, deve ocorrer em contextos mais específicos, em que o falante queira deixar bastante claro que a informação que apresenta é fruto de seu próprio pensamento. Como aponta Myers (1989), apesar de, no discurso científico, usarem-se, mais freqüentemente, construções impessoais, referências a opiniões e desejos pessoais não são inexistentes. Para Hyland (1996, p.447), “a referência ao envolvimento direto do escritor com a pesquisa é, dessa forma, uma estratégia consciente para

sutilmente resguardar a generalidade de uma afirmação”,¹⁷ marcando-a como uma interpretação individual, uma visão alternativa e não uma verdade definitiva.

A citação do trabalho de outro pesquisador, segundo Trados (1985, *apud* THOMPSON & YIYUN, 1991, p.367), “prediz (se não por si só traz) uma avaliação daquele autor – o escritor está sob a obrigação convencional de justificar a menção do autor no contexto em questão.”¹⁸ A evidencialidade, nesse sentido, pode servir como uma estratégia utilizada pelo escritor para ratificar algum argumento de seu texto ou então para contrariar alguma posição. Em outros termos, o falante pode trazer uma informação de um outro pesquisador para confirmar que seus achados são pertinentes ou trazê-la para contestar alguma informação. Outro aspecto relacionado às diferentes estratégias envolvidas no emprego da evidencialidade diz respeito à confirmação ou refutação do próprio falante em relação à informação apresentada como de terceiros. Isto é, o falante traz a informação do outro para aprová-la ou rebatê-la. Segundo Gosden (1993, p.65), a referência a outros autores é “um mecanismo poderoso para os escritores apresentarem suas próprias posturas por meio da concordância/inclusão e da divergência/exclusão”¹⁹ em relação a eles. Tendo em vista o exposto, pretendemos examinar, em nossos dados, essas diferentes estratégias que podem estar envolvidas no emprego de construções evidenciais.

Pressupondo que a atitude do falante em relação ao conteúdo enunciado difere em cada uma das partes de um artigo científico (*introdução, resultados/discussão, metodologia e conclusão*), pretendemos investigar as funções comunicativas que a indicação da evidencialidade pode exercer nessas diferentes seções que compõem os artigos científicos.

¹⁷ Reference to the writer's involvement in the research is therefore a conscious strategy to subtly hedge the generalizability of a claim (HYLAND, 1996, p.447).

¹⁸ predicts (if it does not itself carry) an evaluation of that author – the writer is under a conventional obligation to justify mentioning the author in the present context (TRADOS, 1985, *apud* THOMPSON & YIYUN, 1991, p.367).

¹⁹ a powerful means of for writers to present their own stance through agreement/inclusion and disagreement/exclusion (GOSDEN, 1993, p.65).

Tendo em vista que nem todos os artigos selecionados como *cópus* continham uma parte dedicada à *metodologia*, optamos por não considerar essa seção em nossa análise.

Pretendemos verificar também se há diferenças no uso da evidencialidade entre as três diferentes áreas do saber nas quais se inserem os textos selecionados como *cópus* desta pesquisa: Matemática, Biologia e Lingüística. Nossa expectativa é a de que o tipo de pesquisa tenha interferência no tipo de evidencial escolhido pelo falante. Pesquisas menos controladas experimentalmente devem favorecer o aparecimento de evidencialidade inferida, como uma das formas avaliativas escolhidas pelo falante.

Todas essas hipóteses deverão nos levar a uma explicação mais geral do uso recorrente de evidenciais em artigos científicos primários. Mais do que uma estratégia estabelecida pelas normas da comunidade científica, a evidencialidade pode servir a diferentes propósitos, entre eles a manifestação do (des)comprometimento do falante. Assim sendo, procuramos considerar, em nossa pesquisa sobre a evidencialidade, as coerções que o falante sofre ao se referir a outros estudos e/ou estudiosos e que compõem as condições de produção do discurso científico primário.



CAPÍTULO IV

CONSTITUIÇÃO DO CORPUS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

4.1. Constituição do corpus

De acordo com o modelo de interação verbal proposto por Dik (1997ab) e Hengeveld (1988), o falante produz seu enunciado levando em conta sua intenção, sua informação pragmática e sua antecipação do que pode ser a interpretação do ouvinte. Este, por sua vez, interpreta o enunciado produzido pelo falante considerando sua própria informação pragmática e a reconstrução que faz do que possa ter sido a intenção comunicativa do falante.

No âmbito do discurso científico primário, o enunciador cientista considera as reações do leitor pretendido com base na antecipação do conhecimento que o leitor possa ter sobre o assunto. O leitor, por seu turno, tenta reconstruir a intenção comunicativa do escritor com base nas escolhas lingüísticas que este fez.

Ao analisar, nesse contexto de interação, a atuação da evidencialidade na composição do conjunto de conhecimento que o falante deseja compartilhar com o ouvinte, buscamos a fundamentação teórica para esta investigação no Funcionalismo.

Essa opção teórica tem, obviamente, implicações metodológicas. Nossa investigação sobre a evidencialidade será feita, necessariamente, a partir da análise da língua em uso. Para tanto, o corpus de nossa pesquisa será composto por artigos científicos primários, escritos em língua portuguesa, recentemente publicados em três revistas científicas da Editora da UNESP. Ao optarmos por revistas de uma mesma editora, esperamos garantir certa padronização

quanto às normas impostas para a apresentação dos originais, em especial aquelas normas relacionadas à indicação de fontes bibliográficas.

Para garantir maior representatividade aos dados, selecionamos uma revista de cada grande área do saber: *Alfa-Revista de Lingüística, Matemática e Estatística* e *Naturalia*. Tendo em vista que os textos pertencentes às três áreas variam entre si quanto ao número de páginas, consideramos o número total de páginas dos artigos escolhidos, e não o número de artigos, para garantir uma extensão equilibrada dos textos. Assim, de cada área foi selecionado um total de 215 páginas, a fim de assegurar a possibilidade de comparação quantitativa e qualitativa entre as ocorrências.

4.2. Procedimentos de análise

Para a análise dos dados levantados, serão considerados os grupos de fatores que descrevemos a seguir:

- Tipo de fonte

A fonte de uma informação, como exposto no capítulo I, pode ser o próprio falante ou diferente do falante, como exemplificado abaixo:

- (1) Como hipótese, *creio* que esse elemento correferencializador do SN antecedente é introduzido variavelmente com certo papel relevante e definido do ponto de vista discursivo-pragmático. (A14)
- (2) *Alcoforado-Filho considera* que, em razão da grande diversidade de conjuntos florísticos e fisionômicos ocorrentes nas formações xerófilas caducifólias do semi-árido nordestino, muitos autores propuseram classificações de sua flora e vegetação usando critérios fisionômicos, ecológicos, florísticos ou mistos. (N7)

- *Modo de obtenção da informação quando a fonte é o falante*

Quando a fonte da informação é o próprio falante, ele pode mostrar como a obteve de duas formas: por meio de um verbo sensorial, como em (3), caracterizando uma evidência atestada, ou por meio de um verbo que indica que a informação foi obtida por meio de uma inferência, como em (4):

(3) *Vi* que o chão estava sujo.

(4) *Acredito* que Günther deve ter utilizado dados adicionais de Kner, referentes a A. longiceps, além daqueles presentes no exemplar do Rio Capim examinado por ele. (N1)

- *Modo de obtenção da informação quando a fonte é diferente do falante*

Quando a fonte da informação é diferente do falante, a obtenção da informação pelo falante só pode acontecer por meio de um relato. A evidencialidade relatada é, então, subdividida em *definida*, *indefinida* e de *domínio comum*, de acordo com a natureza da fonte que está disponível, como apresentado respectivamente em (5), (6) e (7):

(5) *Thomas & Esteves consideram* que as macrófitas aquáticas apresentam um grande potencial para a produção de forragem. (N5)

(6) *Diz-se* que há reativação se a probabilidade de identificação do estímulo original aumentar significativamente ou se a latência da resposta de identificação for reduzida, em comparação com medidas similares para itens de controle. (A5)

(7) *Sabe-se* também que a cimetidina, um antagonista específico dos receptores H2 da histamina, mesmo em doses terapêuticas, pode vir a causar disfunções no eixo hipotalâmico-hipofisário-gonadal, apresentar atividade antiandrogênica, interferir na liberação de prolactina e levar ao aparecimento de ginecomastia. (N15)

- *Presença de elemento modal epistêmico*

Observamos se o predicado evidencial incide sobre uma afirmação *modalizada* ou *não-modalizada* a fim de verificar se o grau de certeza relativizado de uma construção modal altera o efeito de sentido evidencial num contexto mais amplo:

- (8) *Parece-me* que, em vários casos, esta reversão, em sentenças descontextualizadas, é potencialmente possível, a maior ou menor facilidade da inversão decorrendo de fatores diversos. (A1)

Ao estabelecermos esses quatro grupos de fatores, esperamos encontrar correlações entre os *tipos de fonte*, os diferentes *modos de obtenção da informação*, a *presença de elementos modais de incerteza* e o (des)comprometimento do falante e, conseqüentemente, a confiabilidade da informação asseverada. Em outras palavras, pretendemos verificar até que ponto a explicitação descomprometida da fonte (diferente do falante) torna um enunciado mais confiável em comparação com uma explicitação mais comprometida da fonte (próprio falante).

- *Tipo de predicado matriz*

A escolha do predicado matriz está diretamente relacionada com tipo de fonte. O tipo de predicado matriz – *predicado de dizer*, *predicado de atitude proposicional*, *predicado de percepção mental* e *predicado de conhecimento* – e outros fatores como voz verbal e pessoa do sujeito têm correlações com o tipo de evidencialidade usado em um enunciado.

- (9) Ao investigarem a ordem das chamadas subordinadas adverbiais, em inglês, *Thompson (1984)* e *Ford (1988)* afirmam que a diferente localização das orações de tempo se correlaciona com papéis textuais diferenciados. (A1)

- (10) No espírito da proposta de Schiffrin (1994), *creio* podermos distinguir um nível de estruturas discursivas, entendidas também como modos de organização de informação, que representariam as potencialidades da língua, as rotinas retóricas ou formas

convencionais que o falante tem à sua disposição na língua quando quer organizar o discurso. (A4)

- (11) Comparando os dados deste trabalho com os de GARUTTI, acerca dos estádios de maturação gonadal, *verifico* que o máximo de desenvolvimento dos ganchos — o grau ÁSPERO, coincide aproximadamente com o final do estágio "em desenvolvimento", praticamente todo o estágio "maduro" e o início do "esvaziado". (N17)

- (12) *Sabemos* que a análise dos gêneros se situa na confluência dos estudos sobre o continuum fala/escrita: há gêneros tipicamente orais (a conversa) ou escritos (o artigo acadêmico), mas outros se aplicam igualmente às duas modalidades (a estória). (A4)

- Tipo de predicado de dizer

Dada a variedade e riqueza de matizes semânticos dos predicados de dizer, subdividimos essa classe tomando como base a classificação de Martins (1989). Pretendemos avaliar a influência desses diferentes matizes semânticos no (des)comprometimento do falante. Diferenciamos, portanto: *verbos de dizer propriamente ditos, como "afirmar"; verbos que, pela polissemia, são elocutivos em certos empregos e não em outros, como "mostrar"; verbos que equivalem a um "dizer +/- enfático", como "ressaltar" e verbos com que o falante não quis afirmar um fato, mas apenas levantar uma suposição, uma suspeita, como "sugerir".*

- (13) A questão do gênero na etnografia da comunicação, abordagem baseada na antropologia e na lingüística, exige um preâmbulo. *Briggs & Bauman (1992)*, num panorama crítico do lugar ocupado pelo gênero nas duas disciplinas, *afirmam* que o interesse pelos estudos de gênero se origina na convergência entre a antropologia lingüística e os estudos de folclore, em razão da preocupação dos pesquisadores nessas áreas em classificar formas de discurso oral. (A4)

- (14) *Huynh & Felt (1970) e Rouanet & Lépine (1970) mostraram* que uma condição necessária para que esta abordagem seja válida é que a matriz Z satisfaça a condição de circularidade. Morrisson (1990) descreveu um teste para a condição de circularidade da matriz Z. (M8)

- (15) *Ressalta* o autor, que esses resultados, juntamente com aqueles sobre adaptações masculinas e seleção sexual confirmam a importância da função masculina e da distribuição do pólen na evolução das estratégias reprodutivas, do sistema de cruzamento e da relação planta-polinizador. (N11)

- (16) Para situações em que 03 não é conhecido, *este autor sugeriu* que o procedimento de máxima verossimilhança (ML) propiciaria estimativas razoáveis. (M5)

- Função argumental da construção encaixada

Os complementos sentenciais de predicados evidenciais podem assumir tanto a função de *sujeito* como a de *objeto*. A escolha de determinado subtipo de evidencialidade tem correlação com a natureza argumental da construção encaixada.

- (17) A outra constante das definições de gênero de Bakhtin diz respeito a seu caráter típico. *Ele defende* que a fala (*parole*) não tem o caráter individual que Saussure lhe atribui, isto é, não depende puramente de escolhas do indivíduo, restando todo o lado social para a *langue*. (A4)
- (18) *Diz-se* que há reativação se a probabilidade de identificação do estímulo original aumentar significativamente ou se a latência da resposta de identificação for reduzida, em comparação com medidas similares para itens de controle. (A5)

A consideração dos grupos de fatores apresentados até aqui fornecerá subsídios para a análise da forma de expressão da evidencialidade no discurso científico primário. Os grupos de fatores subseqüentes ajudarão a compreender as funções desempenhadas por essa categoria semântica no tipo de texto escolhido para estudo.

- Direção argumentativa

Partindo do pressuposto de que os evidenciais assumem importante papel na construção da argumentação no discurso científico primário, classificamos as ocorrências em termos de sua direção argumentativa. Em outras palavras, analisamos, com a ajuda do contexto mais amplo, se informações de fontes externas são trazidas para o texto apenas para acrescentar informação (19), para confirmar a posição do escritor (20) ou para refutar

argumentos presentes no texto (21). Verificamos também se, por meio de uma inferência, o escritor relativiza sua própria postura (22) ou a posição de outro (23):

(19) *Eorquin (1995) afirma* que a escola deve contribuir para a fabricação da memória coletiva. (A6)

(20) Considerando-se isoladamente o efeito da luz, *Griffin destaca* que alguns fungos podem até iniciar o processo de esporulação na ausência de luz; entretanto, esse fator torna-se preponderante na fase final do referido processo. Isso, de certa forma, está de acordo com os dados encontrados neste trabalho, no qual a condição de claro contínuo fomentou maiores índices de esporulação. (N10)

(21) *Steel & Torrie (1980) sugerem* que a análise seja feita seguindo um esquema em parcelas subdivididas, tendo o efeito de tempo como sub-parcela. Este é um procedimento que vem sendo utilizado com frequência na prática, embora se saiba que a aplicação direta desta abordagem não é exata, pois, no geral, a matriz de variâncias e covariâncias (L) do modelo não é homogênea, como é suposto para este tipo de análise. (M4)

(22) *Parece-me* que, em vários casos, esta reversão, em sentenças descontextualizadas, é potencialmente possível, a maior ou menor facilidade da inversão decorrendo de fatores diversos. (A1)

(23) Com relação aos moluscos coletados na plataforma do Rio de Janeiro, durante a Comissão Oceanográfica GEOCOSTA RIO I, ABSALÃO especulou a respeito das Correntes do Brasil e das Malvinas como vetores potenciais de dispersão. Contudo, esta explicação *parece* não se aplicar a esta nova situação, pois o efeito, atualmente conhecido mais a nordeste da Corrente das Malvinas, é o norte do Estado do Rio de Janeiro; por outro lado, o grupo de espécies, habitantes usuais do litoral norte do Brasil, teriam que se deslocar em sentido oposto ao ramo da Corrente Equatorial, que irá formar a Corrente das Guianas. (N20)

- Parte do texto

Partindo do pressuposto de que a atitude do falante em relação ao conteúdo enunciado difere em cada uma das partes de um artigo científico primário, pretendemos analisar quais são as formas mais frequentes e as funções comunicativas que a indicação da evidencialidade pode exercer nas *introduções*, nas *apresentações dos resultados e discussões* e nas *conclusões* dos artigos científicos.

- Área do saber

Pretendemos verificar se há diferenças no uso da evidencialidade entre as três diferentes áreas do saber nas quais se inserem os textos selecionados como cópús desta pesquisa: Matemática, Biologia e Lingüística. Nossa expectativa é a de que o tipo de pesquisa tenha interferência no tipo de evidencial escolhido pelo falante; assim, áreas em que a pesquisa é menos controlada experimentalmente, como é o caso das ciências humanas, devem favorecer o aparecimento de evidencialidade inferida, como uma das formas avaliativas escolhidas pelo falante.

Grande parte dos grupos de fatores citados acima tem relação entre si, por isso fica difícil explicar cada um separadamente. Na verdade, é a partir do entrecruzamento de vários grupos de fatores que podemos obter os resultados mais pertinentes.

Tipo de fonte	modo de obtenção	N	%
Falante	Inferência	78	38
Outro	Relato sem fonte de onde	101	52
	Relato com fonte indefinida	2	1
	Relato de Pessoa(s) anônima(s)	22	11
	TOTAL	105	100%

Tabela 1. Tipo de fonte e modo de obtenção da informação

Todas as vezes em que o próprio falante se coloca como fonte da informação correspondem à inferência. Outra possibilidade de explicitação do modo de obtenção da informação por parte do falante quando ele mesmo é a fonte da informação seria a evidencialidade atestada; no entanto, nos textos analisados, não houve nenhum momento em que o próprio falante apresentasse uma informação obtida por meio dos sentidos (visual, auditivo, etc).

CAPÍTULO V

A EVIDENCIALIDADE NO DISCURSO CIENTÍFICO PRIMÁRIO

5.1. A expressão da evidencialidade no discurso científico primário

5.1.1. O tipo de fonte

De acordo com a tipologia proposta no capítulo I, classificamos as ocorrências de construções complexas com predicados evidenciais primeiramente de acordo com o tipo de fonte e o modo de obtenção da informação por parte do falante. A Tabela 1, abaixo, reúne os dados encontrados:

TIPO DE FONTE	MODO DE OBTENÇÃO	N	%
Falante	Inferência	70	36
Outro	Relato com fonte definida	101	52
	Relato com fonte indefinida	2	1
	Relato de Domínio comum	22	11
TOTAL		195	100

Tabela 1: Tipos de fonte e modos de obtenção da informação

Todos os casos em que o próprio falante se coloca como fonte da informação correspondem a inferências. Outra possibilidade de explicitação do modo de obtenção da informação por parte do falante quando ele mesmo é a fonte da informação seria a evidencialidade atestada; no entanto, nos textos analisados, não houve nenhum momento em que o próprio falante apresenta uma informação obtida por meio dos sentidos (visual, auditivo, etc).

A evidencialidade inferida, quando comparada com os outros tipos de evidencialidade, foi o segundo tipo mais freqüente, representando 36% do total (70/195). Por meio desse tipo de evidencialidade, o falante apresenta uma informação que é resultado de uma atividade mental própria, como vemos exemplificado abaixo:

- (1) Levando em conta os fatores estruturais apontados como relevantes à emergência de anáforas em relativas, *acredito* ter demonstrado que a propalada linguagem popular, se bem que algumas vezes redundante, é carregada de contraparte semântico-funcional expressiva. (A14)
- (2) Concordamos com o autor, mas *achamos* também que, como as perífrases, as ações futuras expressas por esse tempo dependem de fatos presentes, tidos como certos e avaliados e decididos no momento da fala. (A8)

Em (1), o verbo *acreditar*, em primeira pessoa do singular, além de indicar que é o próprio falante a fonte da informação apresentada na proposição encaixada, também mostra que tal informação foi obtida por meio de uma inferência.

Em (2), o falante também acrescenta uma informação na forma de uma inferência, mas, nesse caso, concordando parcialmente com outro autor. Esse recurso a outras fontes, que é o fundamento da evidencialidade relatada definida, é usado também no entorno da evidencialidade inferida como uma forma de obter o respaldo de outros estudiosos que pesquisaram sobre o mesmo assunto, ou seja, uma forma de mostrar que a inferência está bem fundamentada. Uma vez que, no discurso científico, o comprometimento do falante pode resultar em perda de confiabilidade da informação exposta, em uma ocorrência como (2), busca-se resgatar a confiabilidade que poderia ser perdida com o uso de uma inferência por meio do uso de uma outra fonte do conhecimento.

As ocorrências de evidencialidade em que a fonte da informação é apresentada como diferente do falante foram as mais recorrentes em nosso corpus. A evidencialidade cuja fonte é diferente do falante e definida (evidencialidade relatada definida) ocorreu em mais da

metade (52%) do total de evidenciais encontrados no corpus. Exemplos desse tipo de evidencialidade são apresentados a seguir:

- (3) *Alcoforado-Filho considera* que, em razão da grande diversidade de conjuntos florísticos e fisionômicos ocorrentes nas formações xerófilas caducifólias do semi-árido nordestino, muitos autores propuseram classificações de sua flora e vegetação usando critérios fisionômicos, ecológicos, florísticos ou mistos. (N7)
- (4) *Cordeiro (1986) relata* que para examinar propriedades da deviance em pequenas amostras, torna-se necessária uma aproximação de ordem superior para o seu valor esperado, supondo o modelo sob pesquisa verdadeiro. (M12)
- (5) A outra constante das definições de gênero de Bakhtin diz respeito a seu caráter típico. *Ele defende* que a fala (parole) não tem o caráter individual que Saussure lhe atribui, isto é, não depende puramente de escolhas do indivíduo, restando todo o lado social para a langue. (A4)

Nos três casos, está claro que a autoria da informação contida na proposição encaixada é atribuída à fonte explicitada na oração matriz. O falante, nesse sentido, não se compromete com o conteúdo da proposição encaixada, ficando a confiabilidade desse conteúdo atrelada à confiabilidade da fonte.

A predominância de evidencialidade relatada definida em nosso corpus mostra que os enunciadore, ao relatarem suas próprias pesquisas, estão sempre ancorados em pesquisas anteriores, às quais devem fazer referência por meio de evidenciais, objeto de investigação desta pesquisa, ou outras formas de remissão às fontes das informações.

A evidencialidade relatada de fonte indefinida foi o tipo menos freqüente em nosso corpus, ocorrendo em apenas 1% do total (2/195), trazidos abaixo:

- (6) Por considerar-se o texto muito mais que uma simples soma de frases, *postula-se* que a compreensão e a produção de textos depende de uma capacidade específica dos falantes - a competência textual - que lhes permite, por exemplo, distinguir um texto coerente de um aglomerado aleatório de palavras e/ou sentenças, bem como parafrasear um texto, perceber se está completo ou não, resumi-lo, atribuir-lhe um título ou produzir um texto a partir de um título dado. (A3)
- (7) *Diz-se* que há reativação se a probabilidade de identificação do estímulo original aumentar significativamente ou se a latência da resposta de identificação for reduzida, em comparação com medidas similares para itens de controle. (A5)

Por meio desse tipo de evidencialidade, o falante, sem ter como ou não querendo registrar a fonte de sua informação, apenas indica sua existência, deixando subentendido que ele próprio não é a origem da informação. Embora o falante não explicita a fonte da informação, ele indica que ela existe e é de natureza relatada.

A partir da análise do contexto mais amplo de (6), que trata dos dois momentos da evolução da Lingüística Textual (LT), fica subentendido que quem “postula” são alguns estudiosos de um determinado momento do processo de passagem da lingüística da frase para a lingüística do texto; no entanto, não é possível identificar quem são esses estudiosos. O dado apresentado em (7) ocorre, no texto, logo após a apresentação das duas etapas de um experimento psicolingüístico baseado na teoria da reativação. Quem “diz”, nesse caso, está, por um lado, indeterminado, uma vez que não se pode identificar a fonte desse dizer. Por outro lado, tal proposição só tem sentido se dita nesse determinado contexto: o da reativação psicolingüística, então, somente uma pessoa que entendesse do assunto estaria habilitada a dizer isso.

As informações cujas fontes encontram-se indefinidas são geralmente consideradas pouco confiáveis, o que explica o tão baixo número de ocorrências desse tipo de evidencialidade nos textos estudados. Mesmo nos dois únicos casos, como explicado anteriormente, a origem da informação não está totalmente indefinida: podemos depreender, pelo contexto, que as fontes dos dizeres das CE apresentadas em (6) e (7) podem ser quaisquer pessoas que façam parte respectivamente do grupo de estudiosos de determinado período do desenvolvimento da LT e dos estudiosos da teoria de reativação psicolingüística.

O último tipo de evidencialidade a ser considerado é a evidencialidade de domínio comum, que ocorreu em 11% (22/195) do total de ocorrências, como vemos em:

- (8) Partindo de outras motivações, a abordagem variacionista tem aberto espaço à discussão dos tipos de texto: *é sabido* que a sociolingüística variacionista muito se beneficiou das narrativas de experiência pessoal como rica fonte para obtenção de dados. (A4)
- (9) *Sabe-se* também que a cimetidina, um antagonista específico dos receptores H2 da histamina, mesmo em doses terapêuticas, pode vir a causar disfunções no eixo

hipotalâmico-hipofisário-gonadal, apresentar atividade antiandrogênica, interferir na liberação de prolactina e levar ao aparecimento de ginecomastia. (N15)

Ao utilizar uma evidência de domínio comum, como nos dois casos acima expostos, o falante indica que a fonte da informação é um saber assumido como compartilhado com o interlocutor. Esse tipo de evidencialidade apresenta a informação como um conhecimento consolidado na comunidade científica e, por isso, torna o enunciado altamente confiável.

Segundo a tipologia proposta por Dall'Aglio-Hattnher (2001), a evidencialidade de domínio comum é um subtipo da evidencialidade relatada. No entanto, ao estabelecer a correlação desse subtipo de evidencialidade relatada com a tipologia proposta por Botne (1997), surge a seguinte questão: uma informação de domínio comum sempre chegará ao alcance do falante por meio de um relato? Seria difícil precisar o modo de obtenção da informação contida nas CE de (8) e (9). Na verdade, o modo de obtenção nesses casos, se foi um relato de alguém, se foi por meio da leitura de um texto, etc, não importa; o que se quer destacar com um evidencial desse tipo é que a afirmação é de conhecimento geral, ou pelo menos da comunidade discursiva e, por isso, assenta-se como uma verdade incontestável, independentemente do modo de obtenção dessa informação por parte do falante.

Isso posto, a tipologia dos evidenciais proposta no capítulo I merece uma revisão. A evidencialidade de domínio comum passaria, então, a compor o nível do tipo de fonte da informação, ao lado do falante e outro, como esquematizado na figura a seguir:



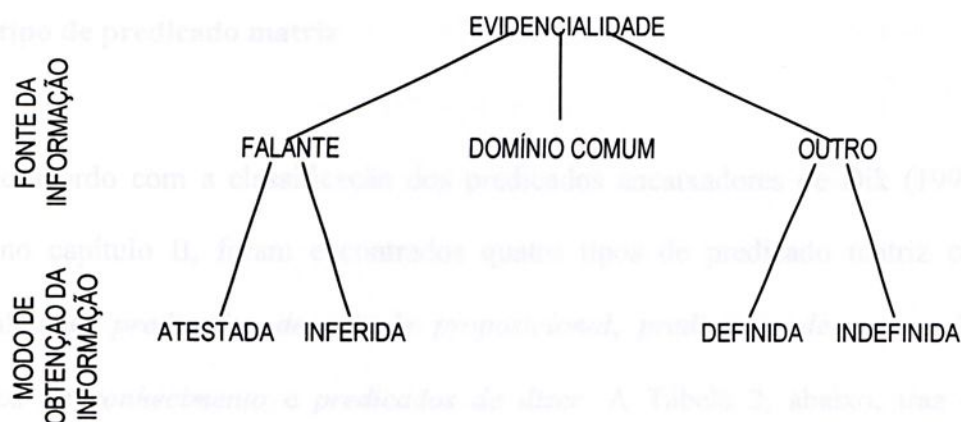


Figura 2. Fontes da informação e modos de obtenção da informação II

Após a análise dos casos de evidencialidade relatada de fonte indefinida e de domínio comum expostos anteriormente, percebe-se que o princípio que subjaz os dois subtipos de evidencialidade é o mesmo: em ambos os casos, não temos a explicitação da fonte do conhecimento, como acontece com a evidencialidade relatada definida e a inferida. Os efeitos de sentido gerados por um e outro tipo de evidencialidade são, no entanto, distintos: na evidencialidade de domínio comum, não há a necessidade de explicitação da fonte da informação porque ela é amplamente conhecida; além disso, a informação é apresentada como algo verdadeiro e incontestável, independentemente do modo de obtenção dessa informação, que não se pode e nem se precisa recuperar. Na evidencialidade relatada de fonte indefinida, a fonte da informação é omitida porque o enunciador não a conhece ou não a quer explicitar; nesse caso, apesar de o modo de obtenção da informação estar indicado (um relato), a origem incerta da informação asseverada pode acarretar perda de credibilidade ao enunciado a que pertence. Tendo em vista que, no discurso científico primário, os enunciadores buscam persuadir seus interlocutores por meio da credibilidade de seus enunciados, seria pouco provável a construção de enunciados considerados verdadeiros utilizando-se de evidencialidade relatada de fonte indefinida.

5.1.2. O tipo de predicado matriz

De acordo com a classificação dos predicados encaixadores de Dik (1997b), como exposto no capítulo II, foram encontrados quatro tipos de predicado matriz codificando evidencialidade: *predicados de atitude proposicional*, *predicados de percepção mental*, *predicados de conhecimento* e *predicados de dizer*. A Tabela 2, abaixo, traz o total de ocorrências de cada predicado e o tipo de evidencialidade codificado por eles:

TIPO DE EVIDENCIAL	PREDICADO ENCAIXADOR								TOTAL	
	<i>atitude</i>		<i>percepção</i>		<i>conhecimento</i>		<i>dizer</i>			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Relatada indefinida	-	-	-	-	-	-	2	100	2	100
Inferida	67	96	3	4	-	-	-	-	70	100
Domínio comum	2	9	10	45,5	10	45,5	-	-	22	100
Relatada definida	6	6	24	23,5	6	6	65	64,5	101	100
TOTAL	75	39	37	19	16	8	67	34	195	100

Tabela 2: Tipo de evidencial por predicado encaixador

Uma primeira observação pode ser feita com relação aos dados da Tabela 2: a escolha do predicado encaixador relaciona-se com o subtipo de evidencialidade. Assim, se o falante deseja mostrar que a informação foi obtida por meio de um relato cuja fonte não conhece ou não deseja explicitar, deverá usar exclusivamente um *predicado de dizer* com a ocultação do agente da ação, como nas duas ocorrências de passiva sintética encontradas no corpus, aqui repetidas para facilitar a leitura:

- (6) Por considerar-se o texto muito mais que uma simples soma de frases, *postula-se* que a compreensão e a produção de textos depende de uma capacidade específica dos falantes - a competência textual - que lhes permite, por exemplo, distinguir um texto coerente de um aglomerado aleatório de palavras e/ou sentenças, bem como parafrasear um texto, perceber se está completo ou não, resumi-lo, atribuir-lhe um título ou produzir um texto a partir de um título dado. (A3)
- (7) *Diz-se* que há reativação se a probabilidade de identificação do estímulo original aumentar significativamente ou se a latência da resposta de identificação for reduzida, em comparação com medidas similares para itens de controle. (A5)

Se a informação a ser asseverada pelo falante é fruto de uma inferência, é possível o uso de dois tipos de predicado: de *atitude proposicional* e de *percepção mental*. Uma vez que por meio desse tipo de evidencialidade o falante apresenta sua informação como o resultado de uma atividade mental própria, não é possível o uso de *predicados de dizer e de conhecimento* como codificadores de inferências.

Os *predicados de atitude proposicional* foram os preferidos pelos escritores dos textos analisados para a codificação de inferências, representando 96% (67/70) dos casos desse tipo de evidencialidade. As ocorrências abaixo ilustram esses casos:

- (10) *Considero*, portanto, que há ainda a possibilidade de examinar os tipos de texto de uma perspectiva mais abrangente - um nível que leve em conta a função/propósito comunicativo (Nichols, 1984) com que dada unidade discursiva é empregada, sua força ilocucionária ou a variedade de eventos comunicativos a que se associa. (A4)
- (11) *Acreditamos* que os compostos com disque- não se enquadram em nenhuma dessas divisões: não se trata de um agente, de um instrumento ou de um local, mas sim de um serviço oferecido à população por determinada empresa. (A2)
- (12) A formação de um espaço perivitelínico, para o qual se dirigem essas projeções, *parece* indicar que aí possa preliminarmente se acumular o material utilizado nas trocas. Todavia, ressalte-se que apenas a visão morfológica não é suficiente para esclarecer a fisiologia de cada tipo de célula (ovócito, célula folicular). (N16)

Apesar de, na maioria dos casos em que foram usados *predicados de atitude proposicional* para codificar inferências, não estar explícito, nos limites da construção complexa, em que o falante se baseia para fazer sua inferência, em alguns casos, a análise do contexto mais amplo pode contribuir para a identificação dessa fonte. Vejamos as ocorrências a seguir:

- (13) Os resultados do experimento indicam que o objeto nulo com antecedente em posição argumental só *parece* ser sancionado em PB em estruturas de adjunção com predicados capazes de atribuir papel temático afetado ao seu argumento interno. (A5)

- (14) L2 - (...) assim que estiver pronto eu lhe aviso
 L1 - (...) assim que ele chegar eu mando ele te ligar

Parece existir relação semântico-pragmática entre a atitude avaliativa de certeza e comprometimento do falante incluída no presente do indicativo da condicionada e o conteúdo proposicional da subordinada. (A8)

Em (13), está explícito, no limite da construção complexa, que o falante está baseado em resultados observáveis para fazer sua inferência. Ao observarmos o contexto mais amplo de (14), vemos que a inferência é feita a partir de dados expostos anteriormente. Tendo em vista que nosso corpus é composto apenas por artigos científicos primários, é mais comum que as inferências sejam baseadas em resultados observáveis ou raciocínio lógico e não em boatos, crenças, ou outros fatores menos concretos. No entanto, ainda que o tipo de dado que sustenta a inferência possa ser interessante para a construção da argumentatividade, foge aos objetivos deste trabalho a sua identificação.

Apesar de tanto “considerar” (10) e “acreditar” (11) quanto “parecer” (12) a (14) codificarem a informação presente na construção encaixada como uma inferência do próprio falante, percebemos que o efeito de sentido causado pelo uso de um ou outro predicado é diferente. Os predicados “acreditar” e “considerar”, mesmo com sujeito oculto, como ocorreu em todos os casos, carregam a desinência de primeira pessoa e, portanto, conferem um maior comprometimento do falante em relação a seu enunciado, quando comparados com as construções com “parecer”. Poderíamos estabelecer, dessa forma, uma ordem crescente de descomprometimento que vai do maior comprometimento da fonte em (15) até um menor comprometimento em (18):

- (15) *Acredito*, no entanto, que sem uma teoria do discurso que procure integrar os aspectos formais e os funcionais não se conseguirá avançar muito na análise dos gêneros. (A4)

- (16) Como os referidos compostos fazem parte do vocabulário da propaganda, em que predomina a forma verbal imperativa, *acreditamos* estar diante de um composto em que o verbo está na sua forma imperativa, conservando sua significação de ordem. (A11)

(17) *Parece-me* que, em vários casos, esta reversão, em sentenças descontextualizadas, é potencialmente possível, a maior ou menor facilidade da inversão decorrendo de fatores diversos. (A1)

(18) O padrão de floração de M. ássoides *parece* indicar a ocorrência concomitante dessas duas estratégias de florescimento. (N9)

Com relação aos predicados de *percepção mental*, observa-se que são pouco freqüentes na codificação de inferências, ocorrendo em apenas 4% do total desse subtipo de evidencialidade, como vemos a seguir:

(19) Comparando os dados deste trabalho com os de GARUTTI, acerca dos estádios de maturação gonadal, *verifico* que o máximo de desenvolvimento dos ganchos — o grau ÁSPERO, coincide aproximadamente com o final do estágio em desenvolvimento, praticamente todo o estágio maduro e o início do esvaziado. (N17)

Comparando esse dado com os apresentados de (10) a (14), percebe-se que, embora todos correspondam a inferências do próprio falante, há uma diferença nos efeitos de sentido gerados pelos *predicados de atitude proposicional* (10) a (14) e pelos *predicados de percepção mental* (19).

Nos casos em que um *predicado de percepção mental* codifica a inferência, observa-se que a base para essa inferência é sempre algum fato concreto (dados, tabelas, gráficos). O leitor, tendo acesso a esse fato, pode conferir os dados e avaliar as constatações do escritor, concordando ou não com elas. Quando um *predicado de atitude proposicional* codifica a inferência, a base para essa inferência é menos explícita, o que confere menor confiabilidade ao enunciado. Ainda assim, os *predicados de atitude proposicional* foram muito mais freqüentes que os *predicados de percepção mental*, correspondendo, respectivamente, a 96% e 4% do total de ocorrências de inferências, como mostrou a Tabela 2.

Se o falante deseja mostrar que a informação contida em seu enunciado é amplamente conhecida, que faz parte do domínio comum, três tipos de predicados são possíveis:

predicados de atitude proposicional, predicados de percepção mental e predicados de conhecimento, como podemos ver respectivamente nas ocorrências expostas a seguir:

- (20) Devido às excelentes propriedades teóricas e práticas da análise Bayesiana, *acredita-se* que a mesma tornar-se-á rotineira na área de genética quantitativa, transformando-se no procedimento padrão para a estimação de componentes de variância e de valores genéticos. (M4)
- (21) *Constata-se* que os blocos apresentaram médias estatisticamente diferentes entre si (Tabela 4). (M10)
- (22) Levando em conta os fatores estruturais apontados como relevantes à emergência de anáforas em relativas, acredito ter demonstrado que a propalada linguagem popular, se bem que algumas vezes redundante, é carregada de contraparte semântico-funcional expressiva. *Sabe-se* que, ao longo do tempo, algumas inovações nas línguas acabam sendo assimiladas pela norma, outras refreadas. (A14)

Nas três ocorrências acima, a informação veiculada na CE é apresentada como um conhecimento compartilhado pela comunidade discursiva. O contexto mais amplo de (20) deixa claro que o conteúdo da CE é do conhecimento geral da comunidade discursiva a qual pertence o artigo.

Em (21), a construção com o *predicado de percepção mental* pode permitir a seguinte leitura: trata-se de uma constatação feita pelo próprio falante, mas colocada de uma forma impessoal, com baixo comprometimento, recurso, aliás, muito usado no discurso científico. No entanto, apesar dessa possibilidade de leitura, acreditamos que o uso de tal construção proporciona mais do que o descomprometimento do falante com relação à proposição encaixada; nesse e nos outros casos do tipo ocorridos com *predicados de percepção mental*, o efeito de sentido gerado pela ocultação da fonte da informação é o de que qualquer pessoa possa fazer tal constatação. Como exposto anteriormente, as inferências codificadas por *predicados de percepção mental*, na maior parte das vezes, trazem informações acerca do que as embasa (dados, tabelas, gráficos, etc). O mesmo acontece com as evidências de domínio comum: em (21), a remissão à Tabela 4, ao final do período, deixa subentendido que qualquer pessoa que olhar para a Tabela 4 constatará que os blocos apresentaram médias diferentes.

A ocorrência em (22) tem como predicado matriz um *predicado de conhecimento*, marcador prototípico de evidencialidade de domínio comum. Observa-se que o que se busca com o uso de um evidencial de domínio comum não é o descomprometimento, mas, sim, o valor de verdade maior proporcionado pela introdução desse tipo de evidencialidade. Mesmo não podendo precisar a fonte primeira da proposição encaixada em (22), esta é tida como certa pelo falante, uma certeza proporcionada pela evidencialidade de domínio comum. Observa-se que, em ocorrências como essa, o falante pode se comprometer com suas afirmações, se isso lhe convier, ao usar, por exemplo, o verbo na primeira pessoa do singular.

Quando o falante deseja introduzir uma informação obtida por meio de um relato com a fonte definida (evidencialidade relatada definida), é possível o uso dos quatro tipos de predicados: de *atitude proposicional*, de *percepção mental*, de *conhecimento* e de *dizer*.

Os *predicados de atitude proposicional* usados de maneira reportativa foram encontrados em apenas seis casos. Nessas ocorrências, o falante atribui a outra pessoa uma atitude mental, como ocorre em (23):

(23) *Schiffrin acredita* que comparar diferentes estruturas textuais é uma aplicação viável da análise variacionista que pode contribuir não só para nosso conhecimento da variação no nível do texto, como para a nossa identificação de instâncias de gêneros. (A4)

Nesse caso, o falante também indica como a fonte obteve a informação: por meio de uma inferência. O grau de confiabilidade de (23) é então diminuído pelo emprego de um verbo que não compromete a fonte da informação nem com a verdade nem com a falsidade da informação, diferentemente do que acontece em (24):

(24) *Paoli, estudando frutos de Dalbergia Nigra, verificou* que a ausência de mecanismo ativo de deiscência está relacionada à existência de endocarpo constituído de fibras de arranjos diversos e de um tecido de separação formado de fibras lignificadas e parênquima. (N3)

Nesse caso, temos um *predicado de percepção mental* codificando evidencialidade relatada de fonte definida. Esse tipo de predicado foi encontrado em 24 ocorrências desse tipo



de evidencialidade, casos em que o falante atribui a outra pessoa uma percepção mental, como ocorre em (24).

Apesar de termos observado que em alguns casos de evidencialidade relatada de fonte definida está implícito o modo como a fonte da informação a obteve, não nos propomos, neste trabalho, a expandir a tipologia a ponto de incluir também o modo como uma terceira pessoa obteve a informação exposta por um escritor. Naturalmente, isso vai ocorrer sempre que um escritor utilizar um *verbo de atitude proposicional* ou um *verbo de percepção mental* para expor, em seu texto, um relato de uma outra pessoa. A inclusão desse outro nível de análise levantaria um questionamento: até que ponto o uso de um *predicado de atitude proposicional*, por exemplo, refletiria exatamente o modo de obtenção da informação (no caso uma inferência) por parte de uma terceira pessoa, visto que quem determina o tipo de verbo a ser usado em um relato é o próprio escritor?

No caso de uma inferência do próprio falante, está claro que o falante decide como apresentar sua própria afirmação (como uma informação inferida). No caso de uma inferência de uma terceira pessoa, é o falante que também decide como apresentar a informação do outro. Dessa forma, um relato passa sempre pelo filtro do falante e, portanto, seria precipitado dizer que todos os casos de relato com *predicados de atitude proposicional* e de *percepção mental* correspondem efetivamente a uma inferência de uma terceira pessoa.

Não podemos negar, no entanto, que a escolha do tipo de predicado encaixador influencia o grau de confiabilidade da informação contida na oração encaixada. Um complemento introduzido por um *predicado de conhecimento* ou por um *predicado de dizer*, como veremos a seguir, torna-se muito mais confiável do que um complemento introduzido por um *predicado de atitude proposicional* ou por um *predicado de percepção mental*.

Predicados de conhecimento codificando evidencialidade relatada de fonte definida indicam que é uma terceira pessoa que tem a posse da informação contida na construção encaixada, como vemos em (25):

- (25) *Schiffrin reconhece* que, se, por um lado, narrativas podem ter certa autonomia, enquanto estruturas com uma organização característica, por outro, elas são sensíveis ao contexto em que se desenrolam, às experiências de quem as conta. (A4)

Esse tipo de predicado, dada a sua factividade, confere ao enunciado um maior grau de certeza e, conseqüentemente, um maior grau de confiabilidade.

Por fim, um *predicado de dizer* usado reportativamente expressa a afirmação de outra pessoa, como vemos em (26):

- (26) Ao investigarem a ordem das chamadas subordinadas adverbiais, em inglês, *Thompson (1984) e Ford (1988) afirmam* que a diferente localização das orações de tempo se correlaciona com papéis textuais diferenciados. (A1)

Constatamos, ao analisar os casos de *predicados de dizer* como codificadores de evidencialidade relatada definida, que esse tipo de verbo apresenta uma variedade de matizes que, de certa forma, influenciam o efeito de sentido da evidência relatada definida. Do total de 65 ocorrências de *predicados de dizer* utilizados para a codificação desse subtipo de evidencialidade, cerca de 52% (34/65) correspondem a *verbos de dizer propriamente ditos*, como em (26). Os verbos que, pela polissemia, são elocutivos em certos empregos e não em outros representam 17% (11/65) dos casos, como vemos em (27), a seguir:

- (27) Essa teoria já foi contestada por diversos lingüistas, que *argumentam* que a forma verbal dos compostos nada mais é do que o tema verbal puro (cf. Martins, 1995). (A2)

Aqueles que introduzem uma informação de forma mais ou menos enfática, com convicção maior ou menor, correspondem a outros 17% (11/65), como exemplificado a seguir:

(28) *Lyons (1977)*, por exemplo, *assevera* que a forma não-marcada tem um sentido mais geral ou uma distribuição mais ampla do que a forma marcada. (A1)

Nas três ocorrências expostas anteriormente, o *verbo de dizer* indica que a informação contida na construção encaixada é considerada verdadeira por sua fonte. Em (28), a escolha pelo verbo “asseverar” mostra uma maior convicção, por parte da fonte, em relação à informação encaixada, quando comparado aos verbos “afirmar” (26) e “argumentar” (27).

Por fim, temos verbos que indicam uma sugestão, que representam 14% (9/65) dos casos, como mostra a seguinte ocorrência:

(29) Para situações em que 03 não é conhecido, *este autor sugeriu* que o procedimento de máxima verossimilhança (ML) propiciaria estimativas razoáveis. (M5)

Em (29), ao introduzir o enunciado por meio de uma sugestão, a fonte da informação é apresentada como não estando totalmente comprometida com a verdade da informação presente na oração encaixada. O contexto mais amplo mostra que, como os resultados do experimento em questão são desconhecidos, o que se afirma sobre ele não é algo categórico e o uso do futuro do pretérito no interior da construção encaixada contribui para o efeito de verdade relativizada.

Independentemente do tipo de predicado encaixador escolhido para codificar evidencialidade relatada definida, o falante, ao mesmo tempo em que se descompromete com o conteúdo de tal informação, também busca a credibilidade do leitor, mostrando que tem conhecimento acerca da área do saber sobre a qual faz suas considerações. No entanto, não é o uso da evidencialidade relatada simplesmente que vai garantir a total confiabilidade dos enunciados. Da análise dos diferentes tipos de verbos utilizados em relatos aqui empreendida, pode-se concluir que as propriedades semânticas dos verbos têm importante participação no grau de confiabilidade dos enunciados qualificados evidencialmente. Assim sendo, podemos dizer que a escolha do verbo a ser usado de forma reportativa não é aleatória, ou seja, o ponto

de vista do escritor em relação à fonte que utiliza sempre está contido no predicado evidencial que decide usar.

Poderíamos, assim, estabelecer um contínuo de confiabilidade entre evidências relatadas definidas codificadas por diferentes tipos predicados. Tal contínuo iria de uma informação menos confiável, codificada por um *predicado de atitude proposicional*, como vemos em (30), até uma mais confiável, introduzida por um *predicado de conhecimento*, em (33):

- (30) Em termos bastante gerais, a visão formalista defende a autonomia do sistema gramatical, enquanto *a funcionalista acredita* que o sistema gramatical está condicionado (ou mesmo determinado) pelas funções comunicativas que realiza, encontrando, assim, suas motivações numa esfera fora da língua. (A4)
- (31) Adicionalmente, *tais autores concluíram* também que a vantagem do BLUP(2) sobre o BLUP(1) se verifica quando *azd / cr2* for de alta magnitude. (M3)
- (32) *Afirmou aquele autor* que, quando dois escorpiões brigam, picam-se mutuamente repetidas vezes, com pouca ou nenhuma consequência. (N12)
- (33) Embora alguns lingüistas (Duarte, 1995, p.107ss.; Ferreira, 1989) contestem o conceito de pseudoprefixo, por achá-lo incômodo e dispensável, *Ferreira (1989) reconhece* que, para se dispensar o referido conceito, faz-se necessária uma reformulação da própria definição de prefixo. (A2)

A confiabilidade de uma informação pode resultar, também, da coocorrência de evidenciais e modalizadores. Como observa Gonçalves (2003, p.120), predicados como *achar, acreditar, parecer*, além de marcar evidencialidade inferida, também são portadores de marcas de modalidade epistêmica, uma vez que a proposição é apresentada como possível/provável. Observamos, no entanto, que, em alguns casos, foram necessárias outras marcas modais ou outros elementos que remetessem a um grau de certeza diminuído, como vemos nas ocorrências abaixo:

- (34) A possibilidade de evocar o futuro a partir do presente consta das noções: presente posterior, de Reichenbach (1947); tempo diviso, de Imbs (1960), relevância do presente, de Fleischman (1982), mas sua constituição não é de todo explicitada. *Acreditamos* que

isso seja possível através da composicionalidade de vários elementos lingüísticos, analisados a seguir. (A8)

- (35) Como hipótese, *creio* que esse elemento correferencializador do SN antecedente é introduzido variavelmente com certo papel relevante e definido do ponto de vista discursivo-pragmático. (A14)
- (36) O exemplar BM (NH) 1849.11.8.54, que incluo na série-tipo de *A. robeitsi*, havia sido utilizado por Günther ao redescrever *Hemiodus longiceps* Kner. Há no trabalho de Günther, entretanto, caracteres que não estão presentes naquele exemplar, e.g.: linha lateral com 79 a 85 escamas perfuradas, número intermediário entre *A. longiceps* e *A. robertsi* sp n. (o exemplar tem 89 escamas) e "...a large blotch in the fork of the caudal fin black...", colorido semelhante ao de *A. longiceps*. *Acredito* que Günther deve ter utilizado dados adicionais de Kner, referentes a *A. longiceps*, além daqueles presentes no exemplar do Rio Capim examinado por ele. (N1)
- (37) *Parece-me* que, em vários casos, esta reversão, em sentenças descontextualizadas, é potencialmente possível, a maior ou menor facilidade da inversão decorrendo de fatores diversos. (A1)

Em (34), o falante infere a possibilidade de ocorrer algo. Em (35), a inferência é colocada apenas como uma conjectura, independentemente do fato de ela ser verdadeira ou falsa. Em (36), a inferência diz respeito ao que o escritor pensa de um outro autor. Neste caso, após expor os resultados do trabalho do outro autor, o escritor faz uma inferência sobre os dados que esse autor usou em seu trabalho. O modal "deve" da CE, além de indicar um grau de certeza diminuído do escritor, mostra que a informação colocada na CE não estava explícita no trabalho consultado, mas o escritor, "sabedor da área", conseguiu reconhecer quais dados foram utilizados pelo outro pesquisador. O contexto mais amplo dessa ocorrência, exposto em (36), justifica essas considerações. Em (37), o caráter apenas provável da proposição apresentada como uma inferência é reforçado pelo predicativo "potencialmente possível".

Observamos que a coocorrência de outros elementos codificadores de incerteza no entorno de construções inferenciais não foi algo muito freqüente em nossos dados: ocorreu em apenas 8% (6/70) do total de inferências. Isso se deve, provavelmente, ao fato de um grau

maior de descomprometimento (gerado pelos modais de incerteza) não se prestar ao propósito de construção da verdade inerente ao discurso científico.

No quadro a seguir, são apresentados todos os predicados encaixadores encontrados neste estudo correlacionados com o subtipo de evidencialidade:

FONTE DA INFORMAÇÃO		RELATADA INDEFINIDA	INFERIDA	DOMÍNIO COMUM	RELATADA DEFINIDA
PRED. ATITUDE	acreditar		X	X	X
	crer, parecer, achar		X		
	considerar		X		X
PRED. PERCE	concluir, verificar, observar, constatar		X	X	X
	perceber			X	
PRED. CONHEC.	saber, conhecer, estabelecer			X	
	defender, assumir, reconhecer				X
PRED. DE DIZER ¹	dizer	X			X
	afirmar, relatar, comentar, citar, alegar, reportar, argumentar				X
	demonstrar, mostrar, indicar, entender, provar, revelar				X
	destacar, salientar, frisar, sustentar, asseverar, ressaltar				X
	sugerir				X
	postular, ressalvar	X			X

Quadro: Predicados encaixadores por tipo de evidencialidade

A partir do Quadro-resumo exposto acima e das ocorrências analisadas anteriormente, podemos fazer algumas observações. Os *predicados de atitude proposicional* e os *predicados de percepção* têm um comportamento bastante parecido, sendo usados para codificar três subtipos de evidencialidade: inferida, de domínio comum e relatada definida. Os *predicados*

¹ Os *predicados de dizer* são apresentados segundo tipologia de Martins (1989), conforme apresentado no Cap. IV

de conhecimento são usados na codificação de dois subtipos de evidencialidade: a de domínio comum e a relatada definida. E os *predicados de dizer* são usados apenas na codificação da evidencialidade relatada, tanto definida quanto indefinida; não poderiam ter sido usados para codificar inferências, visto que os *predicados de dizer* envolvem atividade verbal e não mental.

5.1.3. A natureza argumental das construções encaixadas

No tocante à natureza argumental da CE, observa-se que, dependendo da fonte da informação, a construção encaixada pode assumir a função de sujeito ou de objeto. Na Tabela 3, a seguir, vemos os números referentes à natureza argumental das orações complemento correlacionados com os subtipos de evidencialidade:

TIPO DE EVIDENCIAL	NATUREZA ARGUMENTAL DA CE			
	SUJEITO		OBJETO	
	N	%	N	%
Relatada definida	-	-	101	79
Relatada indefinida	2	3	-	-
Domínio comum	14	21	8	6
Inferida	51	76	19	15
TOTAL	67	100	128	100

Tabela 3: Tipo de evidencial por natureza argumental da CE

Como podemos observar, em todos os casos de evidencialidade relatada definida, a construção encaixada encontra-se na função de objeto. Nesse subtipo de evidencialidade, portanto, independentemente do tipo de predicado encaixador, a função argumental de sujeito é reservada exclusivamente para a explicitação da fonte da informação que vem no complemento, como ilustram as ocorrências a seguir:

- (38) *Rondeau (1984)*, tratando desses termos, *afirma* que eles se situam numa zona intermediária, entre a língua comum e as línguas de especialidade. (A12)
- (39) *Brito (apud Jorge, 1994)* *considera* que a organização das atividades educacionais constitui livre associação do ensino com as diferentes realidades existentes, sendo ele, o ensino, trampolim da ciência teórica para a ciência aplicada. (A6)
- (40) *Araújo observa* que o termo carrasco é empregado para designar diferentes tipos vegetacionais e florísticos do Nordeste e outras regiões do Brasil. (N7)

Nos dois únicos casos de evidencialidade relatada de fonte indefinida encontrados em nosso corpus, já retomados à página 70, temos uma construção com predicado de dizer na voz passiva sintética com a oração encaixada na função de sujeito. A ocultação do agente, nesses dois casos, acarreta também uma indefinição da fonte do conhecimento asseverado.

Nos casos de evidencialidade de domínio comum, como podemos observar na Tabela 3, a CE pode ocorrer tanto na função de sujeito (41) e (42) como na de objeto (43):

- (41) Partindo de outras motivações, a abordagem variacionista tem aberto espaço à discussão dos tipos de texto: *é sabido* que a sociolinguística variacionista muito se beneficiou das narrativas de experiência pessoal como rica fonte para obtenção de dados. (A4)
- (42) *Conhece-se* ser rápido este segmento de trânsito dos espermatozoides ao segmento médio, e que nele se cumpre o papel de "secreção de macromoléculas" no epidídimo adulto. (N18)
- (43) *Sabemos* que as entidades com o traço [+humano], por usualmente agruparem numerosos papéis, tendem a ser mais salientes tópica e cognitivamente. (A10)

Nos dois casos de voz passiva, analítica em (41) e sintética em (42), a CE aparece na função de sujeito do predicado matriz e a omissão do agente não implica na indefinição da fonte, uma vez que a informação encaixada, em ambos os casos, é colocada como amplamente conhecida. Em (43) a CE ocorreu na função de objeto e o sujeito do predicado encaixador em primeira pessoa do plural também remete a informação encaixada ao domínio comum.

Nas ocorrências de evidencialidade inferida, a CE ocupa tanto a posição de sujeito quanto a de objeto. Nas ocorrências abaixo, temos casos de evidencialidade inferida com a oração complemento encaixada na função de objeto:



- (44) *Acredito*, no entanto, que sem uma teoria do discurso que procure integrar os aspectos formais e os funcionais não se conseguirá avançar muito na análise dos gêneros. (A4)
- (45) Comparando os dados deste trabalho com os de GARUTTI, acerca dos estádios de maturação gonadal, *verifico* que o máximo de desenvolvimento dos ganchos — o grau ÁSPERO, coincide aproximadamente com o final do estágio em desenvolvimento, praticamente todo o estágio maduro e o início do esvaziado. (N17)
- (46) Embora essa descrição já tenha sido realizada para o francês (Peytard, 1964), *cremos* que, no português, em sua variante brasileira, o fenômeno da vulgarização de tele- acarretou outros sentidos, não encontrados, até onde sabemos, no francês ou mesmo no português europeu. (A2)

Nesses e em todos os outros casos desse tipo, a fonte da inferência é dada como sujeito oculto do predicado matriz na primeira pessoa do singular (oito casos), demonstrando que o falante é o responsável pela inferência, como vimos em (44) e (45), acima, ou primeira pessoa do plural (11 casos), caracterizando o falante como co-autor da inferência, como exposto em (46). A CE ocorreu, em sua grande maioria, na forma finita (14 casos). Em duas das cinco ocorrências de construção encaixada não-finita, o infinitivo pode ter sido usado como uma forma de não se repetir a desinência de pessoa no verbo da construção encaixada, como vemos em (47):

- (47) *Acreditamos*, com este trabalho, ter esclarecido que o constituinte Tema, da perspectiva da Gramática Funcional de Dik, vai além do que se tem denominado constituinte deslocado à esquerda e que não deve ser confundido com o Foco nem com o Tópico, funções pragmáticas pertencentes à predicação. (A16)

Na ocorrência a seguir, ao contrário, o escritor optou por usar o infinitivo pessoal:

- (48) No espírito da proposta de Schiffrin (1994), *creio podermos* distinguir um nível de estruturas discursivas, entendidas também como modos de organização de informação, que representariam as potencialidades da língua, as rotinas retóricas ou formas convencionais que o falante tem à sua disposição na língua quando quer organizar o discurso. (A4)

Em (48), ocorre um jogo de comprometimento e descomprometimento interessante.

Por um lado, o falante marca como sendo somente sua a inferência exposta na CE por meio

do evidencial em primeira pessoa do singular (“creio”). No entanto, o infinitivo pessoal em primeira pessoa do plural qualifica a afirmação encaixada como possível de ser feita por todos (ou pelo menos por escritor e leitor). Por outro lado, a expressão inicial “No espírito da proposta de Schiffrin (1994)”, que tem como escopo a construção complexa como um todo, descompromete o falante da responsabilidade em relação à afirmação posta na construção encaixada. É como se o falante inferisse com o respaldo de um outro autor e, na possibilidade de a inferência do falante estar errada, não recairia sobre ele a culpa por tal erro.

Quanto às relações entre orações matriz com predicados que codificam inferências e suas orações complemento, observamos que a natureza argumental da CE depende, antes de qualquer coisa, da opção pelo predicado encaixador. Um predicado do tipo “acreditar” ou “verificar”, como vimos anteriormente, implica a CE na posição de objeto e na explicitação da fonte da informação apresentada como uma inferência da entidade codificada pelo sujeito do verbo (o falante). O predicado “parecer”, como veremos a seguir, implica necessariamente a CE na posição de sujeito, podendo apenas haver a explicitação da fonte da informação/inferência, no caso o próprio falante, por meio de recursos como o pronome oblíquo “me”, como aconteceu uma única vez em nosso corpus, ocorrência retomada abaixo, ou o acréscimo do sintagma “para mim”, que não foi encontrado em nosso corpus, mas é criado em (17a):

(17) *Parece-me* que, em vários casos, esta reversão, em sentenças descontextualizadas, é potencialmente possível, a maior ou menor facilidade da inversão decorrendo de fatores diversos. (A1)

(17a) *Parece, para mim*, que, em vários casos, esta reversão, em sentenças descontextualizadas, é potencialmente possível, a maior ou menor facilidade da inversão decorrendo de fatores diversos.

Todas as ocorrências de inferências com CE na posição de sujeito dizem respeito ao predicado “parecer”. A realização preferida para o complemento desse tipo de predicado é a

não-finita; assim é que apenas dois dos 51 casos apresentam-se na forma finita com complementizador, um deles exemplificado em (17), retomado acima, e o outro trazido a seguir, em (49):

- (49) Assim, *parece* que a conjugação desses fatores prepararam o fungo vegetativamente para a reprodução. Nesse contexto, Lilly & Barnett afirmaram que uma das principais funções da fase vegetativa é o armazenamento de energia a itr oportunamente empregado na fase seguinte, a reprodução. (N10)

Tendo em vista o padrão funcional interno de constituintes da oração matriz e da oração encaixada, como apresentado em Gonçalves (2003, p.133), podemos representar a ocorrência anterior da seguinte forma:

- (49a) [$\emptyset$]_(P1) $\emptyset$ _(S) *parece*_(V) [[*que*]_(P1) [a conjugação desses fatores]_(S) [prepararam]_(V) [o fungo para reprodução]_(O)]_(S)

Percebemos, com essa representação, que a ordenação dos constituintes dentro da oração encaixada finita obedece à ordem canônica do português, (P1) (S) V (O), o que não acontece com as ocorrências de “parecer” com complementos não-finitos. Neste último caso, é muito comum a atuação do princípio de Realce Pragmático [*Pragmatic Highlighting*] (DIK, 1997a, p.437), tendo em vista que ele foi empregado em 43 dos 49 casos de construções não-finitas encaixadas no predicado “parecer”. Vemos, em (50), um caso em que se aplica o princípio de Realce Pragmático:

- (50) A distribuição dos dados do português oral *parece* corroborar esta hipótese. (A1)

No exemplo (50), vemos que o sujeito da CE é colocado no domínio da construção matriz. A esse respeito, Gonçalves (2003, p.134) afirma que “o padrão de ordenação da [oração] encaixada em relação à matriz depende da realização finita ou não-finita da oração encaixada”; assim, em casos de “parecer” com complemento não-finito, o sujeito da oração encaixada é colocado na posição P1 da oração matriz. Como vemos representado abaixo:

(50a)

[A distribuição dos dados do português oral]_(P1) parece_(V) [[corroborar]_(V) [esta hipótese]_(O)]_(S)

Nesse caso, observamos que o sujeito da construção encaixada recebe a função pragmática de Tópico² e é colocado na posição P1 da oração matriz. A recorrência de tal fenômeno pôde ser claramente observada em nossos dados, uma vez que, do total de 49 ocorrências de construções não-finitas encaixadas no predicado “parecer”, apenas seis casos não apresentam o sujeito da oração encaixada como Tópico no domínio do predicado matriz. Mesmo nesses seis casos, o sujeito da oração encaixada não aparece na posição canônica, isto é, antes do verbo da oração encaixada, como podemos ver abaixo:

(51) Neste ponto, *parece* ter razão Swales (1990), ao afirmar que traços de estilo (ou registro) dizem respeito a escolhas que fazemos no nível da sintaxe ou do vocabulário, mas não do texto como um todo, onde estão as restrições relativas ao gênero. (A4)

(52) *Parece* ter tido início nessa época (década de 1960) a deriva semântica do formativo tele-: telecinema (tele(visão) + cinema), tele-microfone (tele(fone) + microfone), telerradiofonia (tele(grafia) + radiofonia). (A2)

Esses dois casos ilustram que os sujeitos da CE não-finita, quando não posicionados em P1, no domínio do predicado matriz, ocupam a posição de Antitema³ da oração encaixada. Tanto os casos de realce pragmático como os casos de sujeito na posição de Antitema comprovam que seria pouco natural que o sujeito de orações não-finitas encaixadas no verbo “parecer” viesse anteposto ao verbo não-finito, como seria o caso nas paráfrases abaixo:

(52a) *Parece* a deriva semântica do formativo tele- ter tido início nessa época (década de 1960) telecinema (tele(visão) + cinema), tele-microfone (tele(fone) + microfone), telerradiofonia (tele(grafia) + radiofonia).

(53) *Parece* esta conjunção sinalizar apenas que mais material lingüístico vai ser apresentado (Chafe, 1992; Schiffrin, 1987) e é este despojamento semântico que facilitará a atribuição de uma leitura temporal a combinações como a seguinte.

² Entendemos por Tópico o ponto de partida do fluxo de atenção lingüístico, sobre o que se fala, conforme Dik (1997).

³ Entendemos por Antitema (*Tail*) um constituinte ulterior à predicação, uma informação especificada para esclarecê-la ou modificá-la, conforme Dik (1997).

Outro fator que pode estar subjacente a esse estranhamento em relação à colocação do sujeito antes do verbo não-finito, no domínio da CE, é a grande semelhança entre a construção “parecer + infinitivo” e as perífrases verbais, que não aceitam constituintes entre o auxiliar e o verbo principal. Tal semelhança, inclusive, parece ser o fator determinante para que, em alguns casos, o verbo “parecer” concorde com o sujeito plural realçado, como vemos em (54) e (55), abaixo:

(54) Os intervalos *parecem* ser simétricos ou com uma suave assimetria, excetuando os intervalos bootstrap para os estimadores de Stefanski e Usual em que a assimetria é bastante acentuada. À medida que ai aumenta os intervalos Stefanski e Usual acentuam sua assimetria. (M15)

(55) As técnicas de bandas C e a de impregnação pela prata podem marcar a mesma região cromossômica e, em alguns casos, *parecem* ser equivalentes. (N13)

Mesmo quando o sujeito composto realçado encontra-se longe do predicado “parecer”, como em (55), ocorre concordância entre eles. Foi observado, em nosso corpus, que em todas as ocorrências em que o sujeito realçado está no plural (3ª pessoa), o verbo “parecer” vai para o plural e o verbo da construção encaixada permanece no infinitivo impessoal, como acontece nas perífrases verbais de infinitivo.

Ao tratarmos da questão da ordenação nas construções com predicados evidenciais de um modo geral, vemos que elas obedecem às características gerais das construções complexas. Ou seja, as construções encaixadas tanto na posição de sujeito como na posição de objeto apresentam-se após o predicado matriz, confirmando o caráter posposicional da língua portuguesa e obedecendo ao princípio de “Ordenação de Complexidade Crescente” [*Principle of Increasing Complexity*] (DIK, 1997a, p.404), como exposto no capítulo II. Afastam-se um pouco dessa caracterização os casos de realce pragmático dos sujeitos de algumas CE no predicado “parecer”, como já foi demonstrado anteriormente.

Os dados encontrados confirmam também as características prototípicas das orações complexas subjetivas apontadas por Gonçalves (2001, p.187). Assim, i) a posição não



marcada das orações encaixadas na posição de sujeito de predicados evidenciais é à direita do predicado matriz; ii) as construções encaixadas ocorrem tanto na forma finita como na forma não-finita, sendo a segunda preferida com predicados do tipo “parecer”; iii) a grande maioria dos predicados matriz aparece na 3ª pessoa do singular e no tempo presente do indicativo. As únicas exceções de 3ª pessoa do plural aconteceram com o verbo “parecer”; nesses casos, o realce pragmático do sujeito no plural acarreta a concordância do predicado matriz com o sujeito plural; e iv) sendo todos os predicados da oração matriz expressão de evidencialidade, todos eles codificam uma atitude do falante em relação ao conteúdo do complemento encaixado.

5.2. A função da evidencialidade no discurso científico primário

5.2.1. A evidencialidade na construção da argumentação dos artigos científicos primários

Diferentes estratégias podem estar subjacentes à indicação da fonte da informação contida em um enunciado. Por meio da evidencialidade relatada, o falante pode trazer para seu texto informações de outros pesquisadores consideradas relevantes para a contextualização de sua pesquisa, pode confirmar seus resultados ou argumentos com resultados de outras pesquisas ou, ainda, pode trazer argumentos de terceiros para serem contestados. Por meio da evidencialidade inferida, o falante vai sempre relativizar uma informação, que pode ser dele próprio ou de outra pessoa. A evidencialidade de domínio comum, por introduzir uma informação considerada como uma verdade incontestável, vai sempre introduzir uma informação para confirmar a posição do escritor. A Tabela 4, a seguir, traz os números correspondentes a cada estratégia argumentativa correlacionada com os subtipos de evidencialidade:

ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS			N	%
Evidencialidade	Relatada	Acrescentar informação	57	29
		Confirmar informação do falante	43	22
		Refutar informação do outro	3	1,5
	Inferida	Relativizar uma informação do falante	64	33
		Relativizar uma informação do outro	6	3
	Dom. comum	Confirmar informação do falante	22	11,5
TOTAL			195	100

Tabela 4: Tipo de evidencial por estratégia argumentativa

Como podemos observar, a estratégia argumentativa mais recorrente em nosso corpus foi a relativização de uma informação do próprio falante, que acontece em 33% do total de ocorrências, como apresentado a seguir:

(56) Outros critérios fossem estabelecidos e, certamente, teríamos outras tipologias. *Acredito*, no entanto, que sem uma teoria do discurso que procure integrar os aspectos formais e os funcionais não se conseguirá avançar muito na análise dos gêneros. (A4)

Em todos os casos desse tipo, temos uma informação do próprio falante apresentada como resultado de uma inferência. Tendo em vista que os predicados de atitude proposicional, além da fonte da informação, também denotam o (des)comprometimento do falante, o uso de um predicado desse tipo vai introduzir sempre uma afirmação de forma relativizada. O alto índice de ocorrências de evidenciais com essa função demonstra que a preservação de face por meio de afirmações não categóricas é algo recorrente nos artigos analisados.

A segunda estratégia mais utilizada foi o simples acréscimo de uma informação de terceiros por meio da evidencialidade relatada, que ocorreu em 29% dos casos, como exemplificamos abaixo:

(57) Ângela Bustos Kleiman (3) caracteriza a relação entre ciências puras e aplicadas como bidimensional. *Afirma que*, nesse sentido, a L. A. contribui para o desenvolvimento da linguagem e áreas da lingüística. A relação com outras disciplinas classifica-a de transdisciplinar, pois a L. A., segundo Kleiman, apropria-se, atravessa e muda os princípios e/ou conteúdo propostos. (A7)

Por meio da evidencialidade relatada, o falante também pode trazer informações para corroborar resultados de sua pesquisa, o que aconteceu em 22% casos. Observamos que o falante pode concordar parcialmente ou integralmente com a informação relatada, como vemos respectivamente em (58) e (59):

(58) Ao investigarem a ordem das chamadas subordinadas adverbiais, em inglês, *Thompson (1984) e Ford (1988) afirmam* que a diferente localização das orações de tempo se correlaciona com papéis textuais diferenciados. Aquelas que aparecem antes da oração núcleo criam o pano de fundo, a orientação temporal para os eventos que serão referidos nas seguintes. Já aquelas que aparecem pospostas delimitam, restringem a asserção codificada pela oração núcleo. A distribuição dos dados do português oral parece corroborar esta hipótese. Também nesta língua as orações de tempo em posição inicial criam molduras temporais, quadros de referência a partir dos quais se desenvolve uma sequência tópica, como mostraram os exemplos acima.

(59) Embora alguns lingüistas (Duarte, 1995, p.107ss.; Ferreira, 1989) contestem o conceito de pseudoprefixo, por achá-lo incômodo e dispensável, *Ferreira (1989) reconhece* que, para se dispensar o referido conceito, faz-se necessária uma reformulação da própria definição de prefixo. Segundo esta autora, uma das dificuldades na adoção do conceito de pseudoprefixo consiste em decidir onde integrar unidades como teledependência: se na derivação ou na composição. Endossamos o argumento da autora, pois deparamos com elementos situados à margem de qualquer classificação, como auto-, eletro-, foto-, tele-etc. (A2)

É interessante notar a ordem em que os argumentos aparecem nos textos. Em nossos dados, encontramos casos em que o escritor expõe primeiramente o resultado obtido por ele e, posteriormente, traz o outro como uma confirmação para seu argumento:

(60) Apesar desses excepcionais exemplos, sementes de leguminosas geralmente apresentam pouco conteúdo de lipídios. Entre as diversas espécies estudadas, a maior parte revelou conteúdo de lipídios em torno de 5,5%. Observações semelhantes foram feitas por Carvalho & Nakagawa, *os quais salientaram* que as sementes de cereais apresentam conteúdo menor de proteínas quando comparadas com as leguminosas. (N3)

Em outros casos, mais recorrentes, primeiramente o autor expõe a posição de outra pessoa e a confirma com seus dados, como vemos em:

(61) Assim, *Cinque (1999) postula* que o sujeito tem deslocamento aparentemente opcional em relação a advérbios sentenciais em inglês, possivelmente para checar algum traço adicional em uma posição de especificador mais alta. O mesmo comprovamos para o português. (A13)

Construções como (60), em que o resultado encontrado pelo próprio falante vem em primeiro plano, foram mais comuns nas revistas *Naturalia* e *Matemática e Estatística*, enquanto construções como (61), em que se dá mais ênfase à pesquisa do outro autor, foram mais freqüentes na revista *Alfa*. Acreditamos que a ordenação das informações como acontece em (60) seja uma estratégia usada pelo falante para realçar descobertas ou resultados de suas pesquisas. A ordem priorizada nos artigos da revista *Alfa* é responsável por um outro efeito de sentido. Ao apresentar primeiro a posição de outra pessoa, geralmente uma autoridade na área, o falante constrói um valor de verdade objetivo, que será, depois, atribuído também a sua afirmação, visto que ela confirma ou comprova a posição do outro.

Todos os casos de domínio comum foram utilizados como forma de confirmação dos resultados da pesquisa, ou seja, 11,5% do total de evidenciais, como se vê a seguir:

- (62) Sobre estes comportamentos algumas hipóteses podem ser levantadas, conforme segue: no segmento inicial, o mais alto de todos no adulto, há aumentos progressivos de sua altura epitelial média, seguindo sua diferenciação histológica global que se consolida em etapas puberal e adulta, com vistas à sua histofisiologia. *Conhece-se* ser rápido este segmento de trânsito dos espermatozóides ao segmento médio, e que nele se cumpre o papel de secreção de macromoléculas no epidídimo adulto. (N18)

As outras duas estratégias argumentativas subjacentes ao uso evidencial, ambas pouco freqüentes, foram a relativização de informações de terceiros por meio de uma inferência e a introdução de informações de terceiros para serem refutadas. Em apenas 3% (6/195) do total de ocorrências relativizou-se uma informação de uma fonte externa, como apresentamos a seguir:

- (63) Com relação aos moluscos coletados na plataforma do Rio de Janeiro, durante a Comissão Oceanográfica GEOCOSTA RIO I, ABSALÃO especulou a respeito das Correntes do Brasil e das Malvinas como vetores potenciais de dispersão. Contudo, esta explicação *parece* não se aplicar a esta nova situação, pois o efeito, atualmente conhecido mais a nordeste da Corrente das Malvinas, é o norte do Estado do Rio de Janeiro; por outro lado, o grupo de espécies, habitantes usuais do litoral norte do Brasil, teriam que se deslocar em sentido oposto ao ramo da Corrente Equatorial, que irá formar a Corrente das Guianas. (N20)

E, em apenas 1,5% (3/195) do total, o falante trouxe para seu texto, por meio de um evidencial, informações de terceiros para serem contestadas, como vemos em (64) e (65):

(64) Há mais de vinte anos, Conte (1977) distinguia três momentos fundamentais na passagem da teoria da frase à teoria do texto: o da análise transfrástica, o das gramáticas textuais e o da teoria ou lingüística do texto. *Frisava a autora* não se tratar de uma distinção de ordem cronológica, mas, na verdade, de ordem tipológica. Embora aceite, em linhas gerais, a postulação dos três momentos, sou de opinião, contudo, que há, sim, uma cronologia envolvida nesta sucessão. (A3)

(65) *Steel & Torrie (1980) sugerem* que a análise seja feita seguindo um esquema em parcelas subdivididas, tendo o efeito de tempo como sub-parcela. Este é um procedimento que vem sendo utilizado com freqüência na prática, embora se saiba que a aplicação direta desta abordagem não é exata, pois, no geral, a matriz de variâncias e covariâncias (L) do modelo não é homogênea, como é suposto para este tipo de análise. (M4)

O que percebemos, nessas duas ocorrências, é que a oposição por parte do falante em relação à informação do outro não é feita de maneira categórica. Nesses casos, a oposição é introduzida por uma oração concessiva, o que diminui a força da refutação.

Podemos concluir, a partir da análise empreendida nesta seção, que é muito pouco freqüente, no discurso científico, a contestação de informações de terceiros; mesmo quando o escritor do artigo não concorda com determinada informação, ele se opõe a ela de uma maneira pouco contundente, como vimos anteriormente. Esses dados comprovam a afirmação de Myers (1989), exposta no capítulo III, segundo a qual não se fazem, no meio científico, ameaças diretas a trabalhos anteriores. Ignorar o fato ou negá-lo de maneira sutil são atitudes mais eficazes contra resultados “equivocados”, de acordo com o escritor.

5.2.2. A evidencialidade nas diferentes áreas

Os evidenciais comportaram-se, como era esperado, de diferentes formas nas diferentes disciplinas às quais pertencem os textos que compõem o corpus, confirmando o fato de as diferentes comunidades discursivas estabelecerem diferentes normas que

determinam as escolhas lingüísticas dos escritores. A Tabela 5, a seguir, reúne os dados de acordo com o subtipo de evidencialidade e a revista em que foram encontrados:

TIPO DE EVIDENCIAL	REVISTA					
	<i>Alfa</i>		<i>Naturalia</i>		<i>Mat. e Estat.</i>	
	N	%	N	%	N	%
Inferida	43	43,5	22	41	5	12
Relatada definida	47	47,5	30	55,5	24	57
Relatada indefinida	2	2	-	-	-	-
Domínio comum	7	7	2	3,5	13	31
TOTAL	99	100	54	100	42	100

Tabela 5: Tipo de evidencial por revista

Como se pode observar, as três revistas apresentam a predominância de evidencialidade relatada definida. O também alto percentual de evidencialidade inferida na revista *Alfa* demonstra que os escritores pertencentes à área da lingüística colocaram-se explicitamente em seus textos por meio de inferências quase na mesma proporção em que trouxeram evidências relatadas definidas. Na revista *Matemática e Estatística* o percentual de evidencialidade relatada definida é bastante superior ao da evidencialidade inferida, demonstrando o pouco interesse dos escritores dessa revista em apresentarem um comprometimento maior por meio de inferências. Outro ponto que chama atenção na revista *Matemática e Estatística* é o alto percentual de evidencialidade de domínio comum. Esse tipo de evidencialidade, por introduzir uma informação como uma verdade amplamente conhecida, confere aos enunciados um maior grau de confiabilidade. Os textos da revista *Naturalia* apresentam um maior percentual de evidencialidade relatada definida, assim como os da área da Matemática, e um pequeno percentual de evidencialidade de domínio comum, como os textos da área da Lingüística.

Estabelecendo uma comparação entre os subtipos de evidencialidade encontrados nas três revistas, constatamos que, do total de ocorrências de inferências, 61,5% (43/70) dos casos ocorreram na revista *Alfa*. Desses 43 casos, aproximadamente 32% (14/43) correspondem a

predicados de atitude proposicional do tipo crer/acreditar, com a explicitação da pessoa do sujeito, o que confere ao enunciado um maior envolvimento do falante. Na revista *Naturalia*, os casos de inferência correspondem a 31,5% (22/70) do total; e, desses 22 casos, em apenas cinco há a manifestação da primeira pessoa do sujeito. Os outros 17 casos dizem respeito a inferências com o predicado “parecer”. Na revista *Matemática e Estatística*, das poucas ocorrências de evidencialidade inferida (5/70), todas correspondem ao *predicado de atitude proposicional* “parecer”, que denota um menor comprometimento do falante.

Esses dados comprovam o exposto no capítulo III: a evidencialidade inferida, principalmente quando acompanhada da primeira pessoa, permite ao falante colocar-se em primeiro plano, reforçando seu papel de participante ativo no processo de produção do conhecimento. Assim, o maior percentual desse subtipo de evidencialidade apresentado pela revista *Alfa* justifica-se pelo fato de a Lingüística ser uma área em que o comprometimento do escritor é uma das formas de se obter credibilidade, uma vez que o ato de assumir responsabilidade pelas afirmações reflete um certo grau de confiança e autoridade por parte do falante. Nos textos da revista *Naturalia* e *Matemática e Estatística*, o baixo número de inferências reflete o desejo dos escritores de expressarem objetividade em suas interpretações. Na área da Biologia e da Matemática, o que se destaca é o fenômeno em estudo e a generalidade dos resultados, não o engajamento pessoal do escritor em relação a sua pesquisa.

A observação dos dados de inferências, distribuídos por tipo de revista, permite-nos estabelecer um contínuo de comprometimento que tem, em um extremo, os textos da revista *Alfa*, com a maioria dos casos de inferência denotando um maior comprometimento; numa posição intermediária, os textos da revista *Naturalia*, e, no outro extremo, os textos da revista *Matemática e Estatística*, que apresentaram o menor número de inferências de um modo geral.



Uma maior quantidade de evidências relatadas definidas já era esperada, uma vez que é pouco provável que todas as idéias contidas em um artigo científico, independentemente da área a que pertença, sejam originais. Em outras palavras, os cientistas sempre se baseiam em outros estudos e é uma questão de ética referir-se às fontes utilizadas. Nesse contexto, uma observação importante deve ser feita: os evidenciais são apenas uma das formas de remissão às fontes das informações; outras formas, como a citação do autor no final das orações entre parênteses ou por meio do sistema numérico, também são bastante utilizadas no discurso científico. Na verdade, a existência de outras formas de remissão às fontes parece influenciar na diferença de quantidade dos evidenciais utilizados nas três revistas analisadas. O menor número absoluto de evidenciais relatados nos textos das revistas *Naturalia* e *Matemática e Estatística* não significa que seus escritores não tenham se remetido às fontes das informações; eles apenas não usaram um grande número de construções complexas com predicados evidenciais para isso. Assim, é mais comum que se encontrem, na revista *Naturalia*, casos de remissão às fontes das informações da seguinte forma:

- (66) De modo geral o ventrículo nas formigas é arredondado ou cilíndrico sendo que o piriforme é de ocorrência mais restrita^{23,41,11,13,18}. (N4)

Na revista *Matemática e Estatística*, é muito freqüente casos como:

- (67) As propriedades favoráveis do procedimento BLUP em relação a seus competidores são bem documentadas em literatura (HENDERSON et al., 1959; BULMER, 1980; GIANOLA & GOFFINET, 1982; RONNINGEN & VAN VLECK, 1985; VAN VLECK, 1993). Todavia, em situações em que a distribuição normal multivariada não pode ser assumida, podem existir preditores com melhores propriedades de ordenamento do que o BLUP (PORTNOY, 1982).

Na revista *Alfa*, entretanto, ocorre um uso mais recorrente de referências às fontes dentro do texto, como exemplificados a seguir:

- (68) Rondeau (1984), tratando desses termos, afirma que eles se situam numa zona intermediária, entre a língua comum e as línguas de especialidade. (A12)

Além disso, outras formas de expressão da evidencialidade que não foram abordadas neste estudo ocorreram nos artigos das três revistas, como, por exemplo, um advérbio, em (69); uma preposição accidental, em (70); e um sintagma nominal preposicionado, em (71):

- (69) A esse alargamento correspondeu *evidentemente* um alargamento do tipo de fatores correlacionados, donde a inclusão de variáveis de natureza pragmático-discursivas. (A10)
- (70) Entretanto, *conforme Grondona et al.* (1996), embora a teoria da casualização enfatize a neutralização da correlação espacial, tal neutralização é mais eficiente quando se usam modelos espaciais. (M9)
- (71) *De acordo com Wolverson & Mc Donald*, o aguapé pode produzir cerca de 350 a 411 litros de biogás (CH₄) por quilo de matéria seca, a uma temperatura de incubação de 36°C. (N5)

É importante ressaltar também que as normas estabelecidas pela Comissão Editorial das revistas podem influenciar na apresentação das fontes das informações. No conjunto de normas para apresentação de originais das três revistas não há restrições quanto ao aparecimento de referências a autores no corpo do texto. No entanto, na Revista *Naturalia*, a referência ao autor deve obedecer ao sistema numérico, ou seja, número da referência deve estar na entrelinha superior no final da frase ou após o sobrenome do autor. As normas de citações impostas pelas revistas *Matemática e Estatística* e *Alfa* são exatamente as mesmas: “se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses.” Ressalvamos, contudo, que é freqüente o uso dos dois tipos de referência (numérica e autor-data) juntamente com predicados evidenciais, o que mostra que um mecanismo de referência às fontes não exclui o outro, como observamos nos dados abaixo:

- (72) Em orquídeas, essa hipótese *parece* ter fundamento já que a macrosporogênese só se processa após a polinização, sob a ação de auxina liberada pelos tubos polínicos no ovário.^{2,4,6,28} (N11)
- (73) Esta conjunção *parece* sinalizar apenas que mais material lingüístico vai ser apresentado

(Chafe, 1992; Schiffrin, 1987) e é este despojamento semântico que facilitará a atribuição de uma leitura temporal a combinações como a seguinte. (A1)

5.2.3. A evidencialidade nas diferentes seções dos artigos científicos

Considerando as três partes que compõem os artigos científicos primários, *introdução*, *resultados/discussão* e *conclusão*, pretende-se, neste momento, analisar a distribuição da evidencialidade em cada uma delas, conforme a Tabela 6:

TIPO DE EVIDENCIAL	SEÇÃO DO ARTIGO					
	Introdução		Res/Disc		Conclusão	
	N	%	N	%	N	%
Inferida	7	21,5	48	34	15	75
Relatada definida	22	66,5	79	55,5	-	-
Relatada indefinida	-	-	2	1,5	-	-
Domínio comum	4	12	13	9	5	25
TOTAL	33	100	142	100	20	100

Tabela 6: Tipo de evidencialidade por seção do artigo

Como podemos observar na Tabela acima, as *introduções* dos artigos científicos que compõem o corpus em estudo são caracterizadas pela evidencialidade relatada de fonte definida, como exemplificado em (74):

(74) Embora alguns lingüistas (Duarte, 1995, p.107ss.; Ferreira, 1989) contestem o conceito de pseudoprefixo, por achá-lo incômodo e dispensável, *Ferreira (1989) reconhece* que, para se dispensar o referido conceito, faz-se necessária uma reformulação da própria definição de prefixo. (A2)

Tendo em vista que, nas *introduções*, a apresentação do tema a ser desenvolvido vem geralmente acompanhada de uma revisão bibliográfica sobre o assunto de que vai tratar o texto, a evidencialidade relatada de fonte definida apresenta-se como uma das formas de remissão a outras pesquisas. Nessa seção do texto, portanto, esse tipo de evidencialidade tem a função de situar o trabalho dentro do paradigma científico da área em questão. Por meio

desse tipo de evidencialidade, a atitude do falante é a de busca de credibilidade, de inserção em um domínio específico do saber, de busca da construção da imagem de especialista.

Dos sete casos em que o falante apresenta uma informação como resultado de uma inferência própria, seis foram encontrados em textos da revista *Alfa*, como ilustrado abaixo:

- (75) Uma outra razão para essa delimitação deve-se ao fato de os termos dessas áreas do conhecimento serem restritos aos especialistas, possivelmente com exceção de alguns termos do vocabulário médico. *Cremos* que, em decorrência desse fato, a descrição que nos propusemos realizar, qual seja, analisar o sentido que alguns prefixos adquirem nas terminologias, será levada a cabo com mais precisão, já que seus termos circulam num grupo ainda fechado. (A9)

Em (75), a afirmação contida na construção encaixada trata da relevância do trabalho proposto. O predicado “crer”, nesse caso, atenua a força da informação encaixada, proporcionando ao enunciado um tom de modéstia. O fato de não terem ocorrido inferências nas *introduções* dos artigos da área da Matemática e ter ocorrido apenas um caso em um artigo da revista *Naturalia* nos leva a crer que as inferências são mais uma característica dos textos da área da Lingüística do que das *introduções* dos artigos científicos de um modo geral.

Os casos de domínio comum, como vimos na Tabela 6, apesar de não serem muito abundantes, encontram-se distribuídos nas três partes dos artigos científicos. Nas *introduções*, eles contribuem para o estabelecimento do território no qual a pesquisa se insere, introduzindo informações que o falante julga serem do conhecimento geral da comunidade científica, como vemos em (76):

- (76) *Sabe-se* também que a cimetidina, um antagonista específico dos receptores H2 da histamina, mesmo em doses terapêuticas, pode vir a causar disfunções no eixo hipotalâmico-hipofisário-gonadal, apresentar atividade antiandrogênica, interferir na liberação de prolactina e levar ao aparecimento de ginecomastia. (N15)

Com relação às outras duas partes dos artigos científicos, é na seção destinada à apresentação dos *resultados e discussão* que os evidenciais são mais freqüentes, somando 73% (142/195) do total. Desses 142 casos, mais de 55% (79/142) corresponde a evidências

T. 1454/05

relatadas de fonte definida. A grande quantidade de evidenciais relatados, que caracteriza a seção dos *resultados/discussão*, demonstra a necessidade de um novo conhecimento se assentar sempre em pesquisas anteriores. Por mais original que seja o resultado de um trabalho, outros trabalhos sempre vão servir de base, ou porque têm algo em comum, ou porque se complementam, ou, ainda, porque são totalmente divergentes. Nesse contexto, os evidenciais assumem um papel importante na medida em que introduzem os resultados coincidentes, complementares ou divergentes.

Também é bastante recorrente, nessa seção, o uso da evidencialidade inferida. Esse tipo de evidencialidade, por relativizar o grau de certeza dos enunciados e diminuir o comprometimento do falante, é usado, nessa seção do artigo, para expor afirmações de uma forma não categórica, uma vez que os resultados expostos podem ser questionados. Exemplos de evidencialidade inferida que ocorreram nessa seção dos artigos são:

(77) *Acreditamos* que os compostos com disque- não se enquadram em nenhuma dessas divisões: não se trata de um agente, de um instrumento ou de um local, mas sim de um serviço oferecido à população por determinada empresa. (A2)

(78) A distribuição dos dados do português oral *parece* corroborar esta hipótese. (A1)

As *conclusões* apresentaram o menor número de evidenciais: 10% (20/195) do total). Algo importante que pode ter influenciado a baixa quantidade de evidenciais nessa seção é o fato de ela ser, em alguns casos, organizada na forma de tópicos. Isso aconteceu em um artigo da revista *Naturalia*, seis da *Matemática e Estatística* e dois da *Alfa*. Em todas as conclusões desses artigos, não houve nenhuma ocorrência de evidencial.

Dos poucos evidenciais usados nessa seção, 75% correspondem a inferências (15/20), como vemos exemplificado abaixo:

(79) *Acredito*, no entanto, que sem uma teoria do discurso que procure integrar os aspectos formais e os funcionais não se conseguirá avançar muito na análise dos gêneros. (A4)

- (80) Os resultados do experimento indicam que o objeto nulo com antecedente em posição argumental só *parece* ser sancionado em PB em estruturas de adjunção com predicados capazes de atribuir papel temático afetado ao seu argumento interno. (A5)

Entendemos que nas *conclusões* dos artigos predominou a evidencialidade inferida uma vez que este é o lugar em que o enunciador cientista deve assumir as idéias e os conhecimentos gerados como seus. A evidencialidade relatada, por sua vez, não foi utilizada, visto que as informações expostas nessa seção correspondem sempre a conclusões do próprio autor acerca do objeto de estudo abordado no trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a evidencialidade como a explicitação da fonte da informação contida em um enunciado, buscamos investigar as formas e as funções das orações complexas com predicados encaixadores que semanticamente se relacionam com a indicação da origem da informação presente na oração encaixada.

Para a análise dessa categoria, que em língua portuguesa tem expressão primordialmente lexical, fez-se necessária uma classificação dos evidenciais em subtipos, de acordo com a fonte e o modo de obtenção da informação. A partir de Willet (1988), Botne (1997) e Dall'Aglio-Hattnher (2001), propusemos uma nova classificação, identificando três tipos de fonte da informação: o falante, o outro e o domínio comum.

A evidencialidade, além de indicar a origem da informação, também traz informações acerca do (des)comprometimento do falante, podendo servir a diversas intenções comunicativas, de acordo com as relações que o falante estabelece com seu enunciado e com seu interlocutor. Nesse sentido, para o estudo de tal categoria lingüística, uma abordagem teórica que considere a língua em uso parece ser a mais indicada. Foi, então, com base no funcionalismo de linha holandesa (DIK, 1997ab), que buscamos analisar os efeitos comunicativos da evidencialidade em construções complexas no contexto específico de interação do discurso científico primário.

A análise dos dados evidenciou aspectos sintático-semânticos e discursivos das construções complexas com predicados evidenciais.



Do ponto de vista sintático-semântico, depreendemos que o subtipo de evidencialidade correlaciona-se com o tipo de predicado encaixador e a natureza argumental da construção encaixada. Assim, na codificação da evidencialidade relatada de fonte indefinida foram usados apenas predicados de dizer; na codificação de evidencialidade inferida ocorreram predicados de atitude proposicional e de percepção mental; na codificação de evidencialidade de domínio comum ocorreram predicados de atitude proposicional, de percepção mental e de conhecimento; e, na codificação da evidencialidade relatada de fonte definida, todos os quatro tipos de predicados foram utilizados.

Quanto à natureza argumental das CE, constatou-se que elas ocorrem exclusivamente na função de objeto quando se utilizou evidencialidade relatada de fonte definida, ficando a função de sujeito reservada para a explicitação da fonte da informação. Inversamente, quando não se explicitou a fonte da informação (evidencialidade relatada indefinida), a CE ocupou a função de sujeito. Na codificação da evidencialidade inferida e de domínio comum as CE ocorreram tanto na função de sujeito quanto na função de objeto. No primeiro caso, o tipo de predicado encaixador interferiu na função de seus argumentos: predicados como “crer”, “acreditar” e “considerar”, como codificadores de inferências, implicaram na CE em função de objeto com a explicitação da fonte da inferência (o falante) na função de sujeito, enquanto o predicado “parecer” encaixou seus complementos na função de sujeito.

Do ponto de vista discursivo, observamos que a evidencialidade serve a diferentes funções segundo a seção do artigo científico (introdução, resultados/discussão e conclusão) em que aparece e a área do saber (Linguística, Biologia e Matemática) a qual o artigo pertence. Assim, nas introduções, o alto percentual de evidencialidade relatada contribui para a inserção do trabalho em um domínio específico do saber e para a construção da imagem de especialista. Nas conclusões, o maior uso da evidencialidade inferida mostra que este é o lugar que os cientistas assumem as idéias e os conhecimentos gerados como seus. A seção

destinada à apresentação dos resultados/discussão é caracterizada pela evidencialidade relatada definida, mostrando que os resultados obtidos pelos falantes estão, em grande medida, ancorados em informações de outros pesquisadores. Um também alto percentual de evidencialidade inferida ocorre nessa seção e indica que os falantes expõem seus resultados muitas vezes de uma forma relativizada, protegendo-se de uma possível crítica quanto à validade de seus achados.

Com relação ao uso evidencial nas diferentes seções que compõem os artigos científicos primários, observamos que a natureza da pesquisa interfere no uso evidencial. Considerando que tanto evidenciais relatados de fonte definida quanto de domínio comum envolvem um baixo comprometimento, o alto percentual do primeiro subtipo de evidencialidade nas introduções e nos resultados/discussão e a distribuição do segundo subtipo ao longo das três seções dos artigos científicos comprovam o fato de que, no discurso científico, principalmente nas áreas da Matemática e da Biologia, busca-se a confiabilidade dos enunciados pelo uso de formas que denotam um menor comprometimento. Um comprometimento maior acontece nas conclusões dos artigos por meio da evidencialidade inferida, o que não diminui a confiabilidade dos enunciados, uma vez que se espera que os falantes assumam uma posição na conclusão de seus trabalhos. Na área da Linguística, representada, neste trabalho, pela revista *Alfa*, o comprometimento do falante não é algo negativo; pelo contrário, é considerado como uma importante estratégia que reflete confiança e autoridade perante os resultados. O reflexo disso em nossos dados pode ser observado nos casos de inferências encontrados nas introduções (seis dos sete casos ocorreram na *Alfa*) e nas outras seções dos artigos (a maioria dos casos de inferências denotando um maior grau de comprometimento ocorreu em textos da *Alfa*).

As possibilidades de análise da expressão da evidencialidade no discurso científico são muitas, tendo em vista a complexidade da própria categoria evidencial, além das intrincadas



relações entre evidencialidade e conhecimento científico, convenções lingüísticas de diferentes áreas do conhecimento científico, identidade do falante, etc. Nesse sentido, esperamos que o trabalho aqui empreendido, sem ter a pretensão de ser exaustivo, possa, ainda que provisoriamente, ter contribuído para um melhor entendimento do uso evidencial no discurso científico primário.

BOLKESTEIN, A. M. Sentential complement. In Functional Grammar: Embedded predication, propositions, structures in Latin, ed. N/V/T/S, J.; BOLKESTEIN, A. M., VET (Ed.) *Layers and levels of representation in language theory: a functional view*. Amsterdam/Philadelphia: Benjamins, p.71-100, 1993.

BOYNE, R. Evidentiality and epistemic modality in Lega. *Studies in Language*, v.2, n.3, p.509-532, 1997.

BYRLE, J.; FLAICHMAN, S. (eds.) *Modality in Grammar and Discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

CASSIO GALVÃO, V. C. Evidencialidade e gramatização no português do Brasil: os usos da expressão *deixa ver*. 2001. 211f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

CHAFE, W. Evidentiality in English conversation and academic writing. In CHAFE, W., NICHOLS, J. *Evidentiality: The linguistic coding of epistemology*. Norwood, NJ: Ablex, 1986.

CHAFE, W.; NICHOLS, J. (eds.) *Evidentiality: the linguistic coding of epistemology*. Norwood, NJ: Ablex, 1986.

CORACINI, M. J. *Um fazer performativo e discursivo: o verbo de cultura*. São Paulo: EDUE, Compilac. Poetas, 1991.

D'ÁHL, Ö. Review of Wallace Chafe and Rosaleen Acheson (ed.), *Evidentiality: the linguistic coding of epistemology*. *Journal of Pragmatics*, v.25, p.657-686, 1996.

GALL'AGLIO-HATTNER, M. N. A gramatização da evidencialidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos de ex-presidentes do Brasil. Araraquara, 1993. 111f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

_____. *Evidencialidade e modalização: forma e função* (Relatório de pesquisa). São Paulo: FAPESP, 2001.

DE HAAN, F. Evidentiality and epistemic modality. Artigo apresentado no 2º Al Meeting, Buenos, 02, 1997. Disponível em: <<http://www.amaq.edu/~filosofia/volapik.htm>>. Acesso em: novembro/2002.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARNES, J. Evidentials in the Tuyuca verb. *International Journal of American Linguistics*, v.50, p.255-271, 1964.
- BOAS, F. K. In: BOAS, F. (ed.) *Handbook of American Indian languages*. Part 1. Washington, DC: Government Printing Office, p.423-557, 1911.
- BOLKESTEIN, A. M. Sentential complements in Functional Grammar: Embedded predications, propositions, utterances in Latin. In: NUYTS, J.; BOLKESTEIN, A. M.; VET (Ed.). *Layers and levels of representation in language theory: a functional view*. Amsterdam/Philadelphia: Benjamins, p.71-100, 1990.
- BOTNE, R. Evidentiality and epistemic modality in Lega. *Studies in Language*, v.2., n.3, p.509-532, 1997.
- BYBEE, J.; FLEISCHMAN, S. (eds.) *Modality in Grammar and Discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.
- CASSEB-GALVÃO, V. C. Evidencialidade e gramaticalização no português do Brasil: os usos da expressão *diz que*. 2001. 231f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- CHAFE, W. Evidentiality in English conversation and academic writing. In: CHAFE, W., NICHOLS, J. *Evidentiality: The linguistics coding of epistemology*. Norwood, NJ: Ablex, 1986.
- CHAFE, W.; NICHOLS, J. (eds.) *Evidentiality: the Linguistic Code of Epistemology*. Norwood, NJ: Ablex, 1986.
- CORACINI, M. J. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. São Paulo: EDUC; Campinas: Pontes, 1991.
- DAHL, Ö. Review of Wallace Chafe and Johanna Nichols (ed.), *Evidentiality: the linguistic coding of epistemology*. *Journal of Pragmatics*. v.14, p.682-186, 1990.
- DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor. Araraquara, 1995. 111f. Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- _____. *Evidencialidade e modalidade: forma e função*. (Relatório de pesquisa). São Paulo: FAPESP, 2001.
- DE HAAN, F. Evidentiality and epistemic modality. Artigo apresentado no 2º ALTmeeting, Eugene, OR, 1997. Disponível em: <<http://www.unm.edu/~fdehaan/evidepi.htm>>. Acesso em: novembro/2000.

DENDALE, P.; TASMOWSKI, L. (eds.) *Les sources du savoir et leurs marques linguistiques*. Langue française 102. Paris: Larousse, 1994.

_____. Introduction: evidentiality and related notions. *Journal of Pragmatics*, v.33, p.339-348, 2001.

DIK, Simon. *The Theory of Functional Grammar*. Part I: The structure of the clause. 2nd.ed. Dordrecht: Foris, 1997a.

_____. *The Theory of Functional Grammar*. Part II: Complex and derived constructions. 2nd.ed. N.Y.: Mouton de Gruyter, 1997b.

DIK, Simon; HENGVELD, Kees. The hierarchical structure of the clause and the typology of perception-verbs complements. *Linguistics*, v.29, p.231-259, 1991.

DRESSEN, D. Geologists' implicit persuasive strategies and the construction of evaluative evidence. *JEAP*, v.2, n.4, 2003.

FLOYD, R. *The structure of evidential categories in wanka quechua*. Dallas: Summer Institute of Linguistics, 1999.

FRAWLEY, W. *Linguistics semantics*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1992.

GIVÓN, T. Evidentiality and epistemic space. *Studies in Language*, v.1, n.6, p.23-49, 1982.

GONÇALVES, Sebastião, C. L. Orações subjetivas e teoria dos protótipos. *Scripta*, v.5, 9, p.183-196, 2001.

_____. *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil*. 2003. 250 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos Lingüísticos, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GOSDEN, H. Discourse functions of subject in scientific research articles. *Applied Linguistics*, v.14, n.1, p.56-75, 1993.

HENGVELD, Kees. Illocution, mood and modality in a functional grammar of Spanish. *Journal of Semantics*, v.6, p.227-269, 1988.

_____. Layers and operators in functional grammar. *Journal of Linguistics*, v.25, p.127-157, 1989.

_____. The hierarchical structure of utterances. In: NUYTS, J., BOLKSTEIN, A.M., VET, C. (Ed.) *Layers and levels of representation in language theory: a functional view*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990, p.1-24.

_____. Dynamic expression in Functional Grammar. In: GROOT, C., HENGVELD, K. (Ed.) *Morphosyntactic expression in Functional Grammar*. (Functional Grammar series:27) Berlin: Mouton de Gruyter, 2004.

HYLAND, K. Writing without conviction? Hedging in science research articles. *Applied Linguistics*, v.17, n.4, p.433-454, 1996.

_____. Persuasion and context: the pragmatics of academic metadiscourse. *Journal of Pragmatics*, v.30, p.437-455, 1998.

_____. Humble servants of the discipline? Self-mention in research articles. *English for Specific Purposes*, v.20, p.207-226, 2001.

JAKOBSON, R. *Shifters, verbal categories, and the Russian verb*. Selected writings. The Hague: Mouton, v.2, p.130-147, 1957.

LATOUR, B. *Science in Action*. Milton Keynes: Open University Press, 1987.

LAZARD, G. On the grammaticalization of evidentiality. *Journal of Pragmatics*, v.33, p.359-367, 2001.

MARTINEZ, I. A. Impersonality in the research article as revealed by analysis of the transitivity structure. *English for Specific Purposes*, v.20, p.227-247, 2001.

MARTINS, N. S. *Introdução à estilística*. São Paulo: T.A. Queiroz/EDUSP, 1989.

MYERS, G. The pragmatics of politeness in scientific discourse. *Applied Linguistics*, v.10, n1, p.1-35, 1989.

NOONAN, M. Complementation. In: SHOOPEN, T. (Ed.) *Language Typology and Syntactic Description: Complex Constructions*. Cambridge: Cambridge University Press, p.43-140, 1985.

NUYTS, J. Epistemic modal adverbs and adjectives and the layered representation of conceptual and linguistic structure. *Linguistics*, v.31, p.933-969, 1993.

_____. Epistemic Modal Qualifications: On their Linguistic and Conceptual Structure. *Antwerp Papers in Linguistics*, 81, 1994.

_____. Subjectivity as an evidential dimension in epistemic modal expressions. *Journal of Pragmatics*, v.33, p.383-400, 2001.

PALMER, F. R. *Mood and Modality*. Cambridge: Cambridge University Press, .

PEZATTI, E. G. A ordem de palavras e o caráter nominativo/ergativo do português falado. *Alfa*, São Paulo, v.37, p.159-178, 1993.

_____. Uma abordagem funcionalista da ordem de palavras no português falado. *Alfa*, São Paulo, v.38, p.37-56, 1994.

SAPIR, E. *Language. An introduction to the study of speech*. New York: Harcourt, Brace & Co., 1921.

SHERZER, J. F. An areal-typological study of American Indian languages north of Mexico. North-Holland Linguistic Series 20. Amsterdam: North-Holland, 1976.

SWALES, J. *Genre Analysis: English in Academic and Research Settings*. Glasgow: Cambridge University Press, 1990.

THOMPSON, G.; YIYUN, Y. Evaluation in the reporting verbs used in academic papers. *Applied Linguistics*, v.12, n.4, p.364-382, 1991.

TRADOS, A. *Predication in text*. ELR Monograph, n.10, Birmingham University, 1985.

VAN VALIN, R. D., LAPOLLA, R. J. *Syntax. Structure, meaning and function*. Cambridge, 1997.

VASSILEVA, I. Commitment and detachment in English and Bulgarian academic writing. *English for Specific Purposes*, v.20, p.83-102, 2001.

VIECHNICKI, G. B. *Evidentiality and Biological Discourse*. 2002. 302f. Dissertation (PhD in Linguistics). University of Chicago, Chicago. [CD-ROM]

VIGNER, G. Intertextualidade, norma e legibilidade. In: GALVES, C.; ORLANDI, E. P.; OTONI. *O texto: leitura e escrita*: Pontes, 1988, p.31-37.

WILLET, T. A cross-linguistic survey of the grammaticalization of evidentiality. *Studies in Language*, v.12, 1, p.51-97, 1988.

8 - DA SILVA, Ademar. O presente futuro: uma questão semântico-discursiva. *ALFA*, São Paulo, v.42, p.131-168, 1998.

9 - CANO, Waldemir Moreira. Prefácio ao vocabulário técnico-científico. *ALFA*, São Paulo, v.42(n.esp.), p.71-91, 1998.

10 - BRAGA, Maria Luiza; SILVA, Giselle Márcia de Oliveira. Discursos e abordagens quantitativas. *ALFA*, São Paulo, v.41(n.esp.), p.41-55, 1997.

11 - CALEMBECK, Paulo de Tarso. Estruturas sintático-discursivas em textos conversacionais. *ALFA*, São Paulo, v.33, p.123-133, 1991.

12 - PONTES, Antônio Luciano. Os termos da cultura e da industrialização do café. *ALFA*, São Paulo, v.42(n.esp.), p.235-245, 1998.

13 - FONSECA, Patrícia; LONGO, Beatriz Nunes de Oliveira. A distribuição das modalidades modalizadoras na sentença: uma análise de base gerativa. *ALFA*, São Paulo, v.47, n.1, p.83-97, 2003.

14 - MOLLICA, Maria Cecília. Análises de relativas no português do Brasil. *ALFA*, São Paulo, v.41(n.esp.), p.171-179, 1997.

ANEXO: REFERÊNCIAS DOS TEXTOS QUE COMPÕEM O CORPUS

• *Alfa – Revista de Lingüística*

- 1 – BRAGA, Maria Luiza. O discurso oral e as orações de tempo. *Alfa*, São Paulo, v.41, p.39-53, 1997.
- 2 – CANO, Waldenice Moreira. O formativo tele- e suas variantes no português atual do Brasil. *Alfa*, São Paulo, v.42, p.9-22, 1998.
- 3 – KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Lingüística textual: retrospecto e perspectivas. *Alfa*, São Paulo, v.41, p.67-78, 1997.
- 4 – PAREDES SILVA, Vera Lúcia. Forma e função nos gêneros de discurso. *Alfa*, São Paulo, v.41(n.esp.), p.79-98, 1997.
- 5 – MALA, Marcus. O Acesso semântico no parsing sintático. *Alfa*, São Paulo, v.42, p.101-111, 1998.
- 6 – LAFACE, Antonieta. Aquisição e ampliação do vocabulário acadêmico - contexto ideológico cultural. *Alfa*, São Paulo, v.42, p.87-99, 1998.
- 7 – CRUZ, Maria de Lourdes Otero Brabo. Bordieu e a lingüística aplicada. *Alfa*, São Paulo, v.35, p.79-84, 1991.
- 8 – DA SILVA, Ademar. O presente futuro: uma questão semântico-discursiva. *Alfa*, São Paulo, v.42, p.151-168, 1998.
- 9 – CANO, Waldenice Moreira. Prefixação no vocabulário técnico-científico. *Alfa*, São Paulo, v.42(n.esp.), p.71-91, 1998.
- 10 – BRAGA, Maria Luiza; SILVA, Giselle Machline de Oliveira. Discurso e abordagens quantitativas. *Alfa*, São Paulo, v.41(n.esp.), p.41-55, 1997.
- 11 – GALEMBECK, Paulo de Tarso. Estruturas sintático-discursivas em textos conversacionais. *Alfa*, São Paulo, v.35, p.123-133, 1991.
- 12 – PONTES, Antônio Luciano. Os termos da cultura e da industrialização do caju. *Alfa*, São Paulo, v. 42(n.esp.), p.235-245, 1998.
- 13 – TOSQUI, Patrícia; LONGO, Beatriz Nunes de Oliveira. A distribuição dos advérbios modalizadores na sentença: uma análise de base gerativa. *Alfa*, São Paulo, v.47, n.1, p.85-97, 2003.
- 14 – MOLLICA, Maria Cecília. Anáforas em relativas no português do Brasil. *Alfa*, São Paulo, v.41(n.esp.), p.171-179, 1997.

15 – VIEIRA ABRAHÃO, Maria Helena. Ensino de língua inglesa: estilos discursivos e estruturas de participação na construção de uma prática renovada. *Alfa*, São Paulo, v.41, p.187-210, 1997.

16 – PEZATTI, Erotilde Goreti. Constituintes pragmáticos em posição inicial: distinção entre tema, tópico e foco. *Alfa*, São Paulo, v.42, p.133-150, 1998.

• *Naturalia*

1 - LANGEANI, F. *Argonectes robertsi* sp n., um novo Bivibranchiinae (Pisces, Characiformes, Hemiodontidae) dos rios Tapajós, Xingu, Tocantins e Capim, drenagem do Rio Amazonas. *Naturalia*, São Paulo, v.23, p.171-183, 1998.

2 - BRAGA, Francisco Manoel de Souza. Idade, crescimento e taxas de mortalidade de *Astyanax bimaculatus* (characidae, tetragonopterinae) na represa de Barra Bonita, rio Piracicaba (sp) nenhuma ocorrência de construções encaixadas. *Naturalia*, São Paulo, v.24, p.239-250, 1990.

3 - SANTIAGO, Etenaldo Felipe; PAOLI, Adelita Aparecida Satorti. Morfologia do fruto e da semente de *Peltophorum dubium* (spreng.) Taubert (leg.-caesalpinoideae). *Naturalia*, São Paulo, v.24, p.139-152, 1990.

4 - CAETANO, Flávio Henrique; TOMOTAKE, Maria Elisa M.; PIMENTEL, Mareia Ap. Lima; MATHIAS, Maria Izabel Camargo. Morfologia interna de operárias de *Dolichoderus attelaboides* (FABRICIUS, 1775) (FORMICIDAE: DOLICHODERINAE). I. Trato digestivo e sistema excretor anexo. *Naturalia*, São Paulo, v.15, p.57-65, 1990:

5 - HENRY-SILVA, Gustavo Gonzaga; CAMARGO, Antônio Fernando Monteiro. Composição química de quatro espécies de macrófitas aquáticas e possibilidades de uso de suas biomassas. *Naturalia*, São Paulo, v.25, p.111-125, 2000.

6 – ROSSI, Marcelo Nogueira. Efeito do número de oviposições provenientes de diferentes fêmeas de *cotesia flavipes* cam. no número de descendentes que emergem de seu hospedeiro *diatraea saccharalis* fabr. *Naturalia*, São Paulo, v.25, p.271-280, 2000.

7 – FIGUEIREDO, Luciano Silva; RODAL, Maria Jesus Nogueira; MELO, André Laurênio de. Florística e fitossociologia de uma área de vegetação arbustiva caducifólia espinhosa no município de Buíque – Pernambuco. *Naturalia*, São Paulo, v.25, p.205-224, 2000.

8 – ARAÚJO, Elcida de Lima; NOGUEIRA, Rejane Jurema Mansur Custódio. Tamanho de sementes e viabilidade de embriões em mangabeira (*Hancornia speciosa* gomes). *Naturalia*, São Paulo, v.25, p.139-148, 2000.

9 - MAIMONI-RODELLA, Rita C. S.; RODELLA, Roberto Antônio. Padrões de crescimento em *Merremia cissoides* (LAM.) HALL. F. (convolvulaceae). *Naturalia*, São Paulo, v.15, p.81-91, 1990:

10 – SOBRINHO, Cândido Athayde. Influência do meio de cultura e regime de luminosidade sobre o crescimento e reprodução de *Plenodomus destruens* harter, agente da podridão-do-pé da batata-doce. *Naturalia*, São Paulo, v.23, p.103-111, 1998.

11 - PINTAÚDO, Carla Andrade; STORT, Maria Neysa Silva; MARIN-MORALES, Maria Aparecida. Polinizações naturais e artificiais de *Xylobium squalens* LINDL. (ORCHIDACEAE). *Naturalia*, São Paulo, v.15, p.67-80, 1990.

12 - MATTHIESEN, Fábio Aranha. Sobre o comportamento de *tityus bahiensis* e *tityus serrulatus* e o papel da peçonha no canibalismo (scorpiones, buthidae). *Naturalia*, São Paulo, v.14, p.117-119, 1989.

13 - CELLA, Doralice Maria; FERREIRA, Amilton. O sistema citogenético de *eujivarus fusiformis* (orthoptera, acridoidea, acrtoidae, ommatolampinae - abracrini). *Naturalia*, São Paulo, v.14, p.67-73, 1989.

14 - LANDIM e ALVARENGA, Fernanda da Cruz. Nota sobre a presença de inclusões na matriz mitocondrial de células principais de epidídimo de búfalos (*bubalus bubalis*: bovidae). *Naturalia*, São Paulo, v.14, p.55-62, 1989.

15 - PEREIRA, Oduvaldo Câmara Marques; RIBEIRO, Adauto de Souza. Influência da cimetidina sobre os órgãos reprodutores de ratos machos. *Naturalia*, São Paulo, v.14, p.87-95, 1989.

16 - CRUZ-LANDIM, Carminda da; CRUZ-HÓFLING, Maria Alice da. Estudo ao microscópio eletrônico da deposição do envoltório do ovócito de peixes. *Naturalia*, São Paulo, v.14, p.97-105, 1989.

17 - GARUTTI, Valdener. Caráter sexual secundário *Emastyanax bimaculatus* (ostariophysii, characidae), relacionado às nadadeiras anal e pélvicas. *Naturalia*, São Paulo, v.14, p.109-119, 1989.

18 - VICENTINI, Carlos Alberto; ORSI, Antônio Marcos; BOARO MARTINS, Márcia Regina Fernandes. Considerações sobre o desenvolvimento pós-natal do epidídimo do hamster (*Mesocricetus auratus*). *Naturalia*, São Paulo, v.15, p.35-45, 1990.

19 - BRAGA, Francisco Manoel de Souza; GENNARI FILHO, Osvaldo. Contribuição para o conhecimento da reprodução de *Moenkhausia intermedia* (CHARACIDAE, TETRAGONOPTERINAE) na represa de barra bonita, rio Piracicaba, SP. *Naturalia*, São Paulo, v.15, p.171-188, 1990.

20 - ABSALÃO, Ricardo Silva; CRUZ, Renato Luiz dos Santos. Moluscos na Plataforma continental Brasileira. Parte II: Comissão oceanográfica "Geomar X". *Naturalia*, São Paulo, v.15, p.21-33, 1990.

21 - COLLI, Áurea Maria Therezinha; GALTIERI DE ANDRADE PEREZ, Sônia Cristina Juliano. Períodos de tempo, em diferentes umidades e em cloreto de cálcio na germinação dos esporos de *Cheilante concolor*. *Naturalia*, São Paulo, v.23, p.83-91, 1998.



• **Matemática e Estatística**

- 1 – BARATELA, Daniele da Silva; RODRIGUES, Josemar. Uma caracterização da existência da posteriori marginal do parâmetro n do modelo de jelinski-moranda. *Matemática e Estatística*, São Paulo, v.17, p.153-166, 1999.
- 2 – RESENDE, Marcos Deon Vilela de; FERNANDES, José Sebastião Cunha. Procedimento blup (melhor predição linear não viciada) individual para delineamentos experimentais aplicados ao melhoramento florestal. *Matemática e Estatística*, São Paulo, v.17, p.89-107, 1999.
- 3 - RESENDE, Marcos Deon Vilela de; FERNANDES, José Sebastião Cunha. Análises alternativas envolvendo o procedimento blup associado ao delineamento experimental de blocos incompletos ou látice. *Matemática e Estatística*, São Paulo, v.18, p.103-124, 2000.
- 4 – RESENDE, Marcos Deon Vilela de; DUDA, Laércio Luiz; GUIMARÃES, Paulo Ricardo Bitencourt; FERNANDES, José Sebastião Cunha. Análise de modelos lineares mistos via inferência bayesiana. *Matemática e Estatística*, São Paulo, v.19, p.41-70, 2001.
- 5 – MALHEIROS, Euclides Braga. Precisão da análise de dados longitudinais, com diferentes estruturas para a matriz de variâncias e covariâncias, quando se utiliza o esquema em parcelas subdivididas. *Matemática e Estatística*, São Paulo, v.17, p.263-273, 1999.
- 6 - ROSA, Guilherme Jordão de Magalhães; PADOVANI, Carlos Roberto. Modelos lineares mistos robustos utilizando-se a distribuição normal contaminada *Matemática e Estatística*, São Paulo, v.18, p.65-81, 2000.
- 7 - CARRASCO, Cleber Giuglioli; LOUZADA-NETO, Francisco. O efeito da presença de censuras aleatórias nos intervalos de confiança para os parâmetros do modelo log-logístico duplo. *Matemática e Estatística*, São Paulo, v. 21, n.1, p.85-95, 2003.
- 8 - VIOLA, Denise Nunes; CORRENTE, José Eduardo. Redução no vício da distribuição da deviance para dados de contagem. *Matemática e Estatística*, São Paulo, v.21, n.1, p.107-129, 2003.
- 9 - RESENDE, Marcos Deon Vilela de; STURION, José Alfredo. Análise estatística espacial de experimentos via modelos mistos individuais com erros modelados por processos arima em duas dimensões. *Matemática e Estatística*, São Paulo, v.21, n.1, p.7-33, 2003.
- 10 - TUTIA, Marcelo Hiroshi; DINIZ, Carlos Alberto Ribeiro; LEITE, José Galvão. Inferência bayesiana para a probabilidade de sucesso da distribuição binomial correlacionada. *Matemática e Estatística*, São Paulo, v.21, n.2, p.85-94, 2002.
- 11 - CUNHA, Wellington José da; COLOSIMO, Enrico Antônio. Intervalos de confiança bootstrap para modelos de regressão com erros de medida. *Matemática e Estatística*, São Paulo, v.21, n.2, p.25-41, 2003.
- 12 - CORRENTE, José Eduardo; GIMENES, Ana Paula Gomes da Silva. Fator de correção para a distribuição da deviance para dados de proporções. *Matemática e Estatística*, São Paulo, v.20, p.175-193, 2002.



13 - SILVA, Heyder Diniz; VENCOVSKY, Roland; RUMIN, Glauce Cristina Ricardo. Partição da variância da interação genótipos x ambientes em efeitos explicados pelos marcadores e desvios. *Matemática e Estatística*, São Paulo, v.20, p.207-226, 2002.

14 - RESENDE, Marcos Deon Vilela de; BIELE, Jonathan. Estimação e predição em modelos lineares generalizados mistos com variáveis binomiais. *Matemática e Estatística*, São Paulo, v.20, p.39-65, 2002.

15 - DÁVILA, Olga Lúcia Solano; LABRA, Filidor Edilfonso Vilca. Influência local no modelo estrutural de calibração comparativa. *Matemática e Estatística*, São Paulo, v.20, p.103-123, 2002.

Autizava a reprodução deste trabalho.

São José do Rio Preto, 25 de julho de 2005

VALÉRIA VENDRAME

Autorizo a reprodução deste trabalho.

São José do Rio Preto, 25 de julho de 2005

VALÉRIA VENDRAME



